

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: História e Historiografia da Educação

ALCUÍNO E A EDUCAÇÃO DE GOVERNANTES
(FINAL DO SÉCULO VIII E INÍCIO DO SÉCULO IX)

PRISCILA SIBIM DE OLIVEIRA

MARINGÁ

2008
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: História e Historiografia da Educação

ALCUÍNO E A EDUCAÇÃO DE GOVERNANTES
(FINAL DO SÉCULO VIII E INÍCIO DO SÉCULO IX)

Dissertação apresentada por PRISCILA SIBIM DE OLIVEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: História e Historiografia da Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a):
Prof^(a). Dr(a).: TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2008

AGRADECIMENTOS

A Deus por mais esta vitória alcançada.

À minha mãe Teolinda Sibim por sua dedicação e amor.

À minha família pela compreensão, amor, auxílio e por acreditarem na realização deste trabalho.

À professora Dra. Terezinha Oliveira por me proporcionar oportunidades de aprender sobre a ciência e sobre a vida.

Ao meu namorado Luis Carlos pelo amor, pelo estímulo, pela dedicação e compreensão.

Aos professores Marta Sueli de Faria Sforzi, Lourenço Zancanaro, e Ivana Guilherme Símboli, por aceitarem gentilmente fazer parte de minha banca e pelas significativas considerações feitas no exame de qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação que contribuíram com meu aprendizado.

À minha amiga Andréia Auresco com quem pude contar em todos os momentos.

A todos os meus colegas de trabalho que vivenciaram comigo esta caminhada.

À professora Marta Balbé pelo apoio e incentivo.

Às professoras Alexandra Ferreira e Jakeline Soares pelas traduções dos documentos em inglês.

À professora Ruth Yamashita pelo auxílio nas traduções dos documentos em francês.

Ao professor Aluysio Fávaro pela gentileza em traduzir o documento em latim.

À professora Regiani Vitoretti pela disposição nos empréstimos de materiais.

À professora Dra. Silvina Rosa pela revisão deste trabalho.

E a todos os mestres que passaram por minha vida e acreditaram na Educação.

I OLIVEIRA, Priscila Sibim. **ALCUÍNO E A EDUCAÇÃO DE GOVERNANTES (FINAL DO SÉCULO VIII E INÍCIO DO SÉCULO IX)** (120 fls.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. OrientadorA: (Dra.: Terezinha Oliveira). Maringá, 2008.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a proposta pedagógica do mestre medieval Alcuíno de York destinada à educação de governantes no Império Carolíngio a partir do ano 800. Este personagem histórico foi um mestre na corte de Carlos Magno, o mais importante líder dos francos no movimento denominado pelos historiadores de Renascimento Carolíngio. Além da função de mestre, Alcuíno foi também conselheiro em questões políticas e religiosas. Desta forma, contribuiu, significativamente, no processo de civilização do Ocidente Medieval no século IX principalmente pelo trabalho voltado à restauração da cultura antiga e pela atenção demonstrada à educação necessária à formação do governante da época. Suas propostas de ensino no que diz respeito à educação de governantes visavam formar primeiramente o homem, capaz de compreender-se como um ser social. Depois, a intenção do mestre era habilitá-lo a desempenhar, segundo as exigências da época, o cargo de dirigente. O contexto histórico foi delineado numa perspectiva educacional e política, desde as grandes incursões dos povos nômades até o princípio de organização dos povos francos, sem omitir o papel que a Igreja desempenhou neste processo. Ao considerar que a sociedade carolíngia encontrava-se no período, em um processo de organização e sistematização de suas relações, nos dispomos a evidenciar por meio de escritos de Alcuíno, de outras autoridades medievais e de análises historiográficas a importância da educação, principalmente no que diz respeito aos líderes, uma vez que estes, eram os que estavam à frente da reconstrução social. Para expor o tema proposto analisamos primeiramente o *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno* para sumariamente compreender a intenção do mestre em ensinar ao seu aluno a arte da retórica, ciência muito importante àquele que detinha todo o poder sobre o reino franco. Em seguida nos dispomos a analisar o *Diálogo entre Pepino e Alcuíno* que se constitui em uma aula lúdica que tinha como objetivo formar o jovem Pepino filho de Carlos Magno, na arte da liderança. E, por último, apresentaremos considerações analíticas a respeito da obra de caráter moral *Livro acerca das virtudes e dos vícios ao conde Guido* que evidencia variados conselhos destinados a um governante que desejava seguir os princípios cristãos. E também *Acerca da natureza da alma* que apresenta a concepção filosófica do autor, importante à compreensão das demais obras. Estes documentos fornecem indícios para compreender qual a importância e função de mestre e governante na alta Idade Média, bem como nos permite entender, por meio das expectativas depositadas nestes líderes, a sociedade que se pretendia formar.

PALAVRAS – CHAVE: História da Educação, Idade Média, Alcuíno, Mestre, Governante.

OLIVEIRA, Priscila Sibim. **ALCUIN Y L'ÉDUCATION DE GOUVERNANTS (FIN DU SIÈCLE VIII ET DÉBUT DU SIÈCLE IX)** (120 fls). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: (Dra. Terezinha Oliveira). Maringá, 2008

RESUMÉ

Cette recherche a pour but l'analyse de la proposition pédagogique du maître médiéval Alcuin de York, sur l'éducation de gouvernants à l'empire Carolingien à partir de l'année 800. Ce personnage historique a été un maître à la cour de Charlemagne, le plus important leader des francs au mouvement dont les historiens de la Renaissance Carolingienne en parlent. Au delà d'avoir le métier de maître, il a été aussi conseiller pour des questions politiques. Il a contribué d'une façon remarquable au processus de civilisation de l'Occident médiéval au IX siècle, surtout à cause du travail sur la restauration de la culture ancienne et de son intérêt vers l'éducation qu'il fallait pour les gouvernants de l'époque. En ce qui concerne à l'éducation de gouvernants, ses propositions envisageaient tout d'abord que ces gouvernants soyaient capables de comprendre eux-mêmes en tant qu'êtres sociaux. En ayant cette capacité, le prochain pas à faire c'était les rendre optes à exercer, d'après les exigences de l'époque, le poste de dirigeant. L'analyse a pris pour cible le sens contextuel historique qu' a été esquissé sous une perspective éducative et politique, dès les grandes incursions des peuples nomades jusqu'au principe d'organisation des peuples francs, sans omettre le rôle que l'église a joué dans ce processus. Si l'on considère que la société carolingienne était à ce moment-là dans un processus d'organisation et de systématisation de leurs rapports, on a voulu mettre en exergue par les écrits d'Alcuin, par d'autres autorités médiévistes et par des analyses historiographiques l'importance de l'éducation plus actuelles, plus particulièrement quand il s'agit des leaders puisqu'eux, ils étaient au devant de la reconstruction sociale. Pour exposer le thème proposé on a analysé primo le *Débat sur la rhétorique et sur les vertus du savant roi Charles et du maître Alcuin* pour, sommairement, comprendre l'intention du maître à apprendre à son élève l'art de la rhétorique très important à celui qui détenait tout le pouvoir sur le règne franc. Ensuite , un autre point de notre analyse a été l'étude du *Dialogue entre Pepin et Alcuin*, un cours ludique qui avait pour but éduquer le jeune Pepin fils de Charlemagne dans l'art de commandement. Et en dernier, on va vous présenter des considérations analytiques à propos de l'oeuvre d'essence morale *Livre sur des vertus et des vices au comte Guido* qui évide plusieurs conseils dirigés à un gouvernant qui souhaitait suivre les principes chrétiens, et aussi, l'étude de *Sur la nature de l'âme* dont la conception philosophique est importante pour la compréhension des autres oeuvres. Ces documents nous donnent des indices pour comprendre quelle était l'importance de la fonction de maître et de gouvernant au haut Moyen Âge, et encore pour savoir qu'elles étaient les attentes mises sur ces leaders ceci étant, c'est possible avoir un aperçu de la société qu'on voulait former.

Mots-Clés : Histoire de l'Education, Moyen Âge, Alcuin, Maître, Gouvernant.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS QUE CONTRIBUÍRAM COM AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO OCIDENTE CAROLÍNGIO	17
1.1 A situação do Império romano no século V	17
1.2 As bases cristãs do pensamento medieval.....	23
1.3 Igreja e Estado: uma nova prerrogativa de organização social	28
2. CARLOS MAGNO: HISTÓRIA E CULTURA DE SEU IMPÉRIO	35
2.1 Os princípios de organização educacional na corte Carolíngia.....	37
2.2 Davi e Salomão: personagens bíblicos que influenciaram a corte..... carolíngia	43
2.3 A influência de Cícero na prática pedagógica de Alcuíno	50
2.4 O sagrado e o profano na preservação do saber.....	54
2.5 Alcuíno e as relações estabelecidas com os escritos de Platão, Plotino e Santo Agostinho.....	59
3. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALCUÍNO E A EDUCAÇÃO DOS GOVERNANTES	66
3.1 <i>Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido</i> : um “espelho de príncipe” do século IX	68
3.2 Contribuições de Alcuíno para com a formação de Carlos Magno	81
3.3 <i>Diálogo entre Pepino e Alcuíno</i> : uma proposta pedagógica de ensino	88
4. CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

A linha de concentração *História e Historiografia da Educação* à qual este trabalho está vinculado é considerada como base dos programas que visam à formação docente na atualidade. Ao mencionarmos o termo base, temos como objetivo enfatizar seu significado, qual seja, o de apoio, sustentáculo. Embora essa área seja questionada por intelectuais contemporâneos da educação, quanto à sua finalidade e relevância, as disciplinas que a compõem ainda permanecem como requisitos obrigatórios, especialmente se houver continuidade da prudência dos que lideram as questões educacionais.

Estas ponderações iniciais decorrem do valor que a sociedade, acadêmica ou não, tem atribuído ao estudo da História e, no caso presente, da História da Educação. Poucos reconhecem sua importância. Os preconceitos aumentam um pouco mais, quando o recorte histórico diz respeito ao período medieval, intensamente caracterizado como 'período de trevas' e durante o qual, como alguns afirmam equivocadamente, não teria existido desenvolvimento do conhecimento. Sobre o assunto, Lauand afirma:

(...) os preconceitos que prejudicam o estudo de qualquer período histórico parecem manifestar-se mais acentuadamente quando se trata da Idade Média. Medieval ainda é sinônimo, para os menos informados, de obscurantismo e ignorância, uma vez que somos técnica e cientificamente muito mais avançados socialmente, muito mais tolerantes, etc. E, no entanto, é surpreendente como, além das diferenças existentes entre nós e "eles", é possível localizar semelhanças de comportamento e de mentalidade (e, talvez também, alguns pontos em que somos nós que temos que aprender (...)) [LAUAND, 1998, p. 2-3].

Estudar o passado para compreender o presente. Esta sentença é aparentemente destituída de essência e considerada como uma justificativa do estudo da História pautado no senso comum. No entanto, se pensarmos a mesma à luz das considerações de Marc Bloch, historiador do século XX, que afirma que "(...) a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado (...) (BLOCH, 2001)", é possível compreender que a História tem sua importância.

O estudo do passado requer sensibilidade para interpretar personagens, fatos, pensamentos que só existem nos textos e o desenvolvimento desta habilidade nos faz hábeis também para compreender o presente. Todavia, o mesmo autor completa: “Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001) o que nos faz concluir que o presente e o passado completam-se mutuamente.

Esta análise pode admitir a contraposição de que a Idade Média não apresenta semelhanças com a época que vivenciamos, uma vez que dizem respeito a sociedades, modos de produção, homens e, conseqüentemente, mentalidades diferentes e isto não pode ser negado. Entretanto, mesmo que os momentos históricos sejam diferentes e as relações humanas, conseqüentemente divergentes, podemos nos deter em estudar o homem, um ser social que luta para sobreviver da melhor forma possível. Este homem, sabemos que, independentemente de qualquer época histórica, permanece homem. Nas palavras de BLOCH:

Aprendemos que o homem mudou muito (...). É preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer (BLOCH, 2001, p. 65).

O homem, nas diferentes épocas, enfrentou conflitos e, por causa deles, desenvolveu meios para superá-los, o que remete ao uso prático de sua razão. Este fato pode ser verificado nos textos e talvez este seja o ‘fundo permanente’ do qual fala Bloch.

A Idade Média, foco temporal deste trabalho, se considerada cronologicamente, é intermediária entre a Antiguidade e a Modernidade. Se, a exemplo dos antigos, considerarmos que ‘nada surge do nada’¹, podemos constatar que cada período recebeu um legado do período que o antecedeu, o

¹ Esta máxima está presente nos escritos dos primeiros filósofos da cultura ocidental, oriundos da escola de Mileto na Jônia e denominados de pré-socráticos (século IV. A. C). Anaximandro, um de seus representantes, refletindo sobre a existência humana afirmou: “Vede como murcha vossa Terra; os mares se retraem e secam; a concha sobre a montanha vos mostra o quanto já secaram; o fogo, desde já, destrói vosso mundo, que, no fim, se esvairá em vapor e fumo. Mas sempre, de novo, voltará a edificar-se um tal mundo de inconstâncias: quem seria capaz de livrar-vos da maldição do vir – a – ser?(Anaximandro apud Nietzsche In Os pré-socráticos, 1996, p. 53)”.

que nos faz herdeiros do período medieval. Esta asserção é um convite aos profissionais da educação para que reflitam sobre a importância do estudo de temas pertencentes à História da educação, especialmente a medieval, pois eles tornam possível a compreensão das origens das instituições, dos conteúdos e pensamentos que permeiam a educação contemporânea.

Especificamente, o período que pretendemos analisar é o do reinado e Império de Carlos Magno (768 - 814), o líder que mais se destacou dentre o povo franco. Este recorte histórico deve-se a um outro, mais específico: a presença, na corte Carolíngia, do mestre Alcuíno de York (~730 - 804), personagem principal de nosso estudo e que, por meio dos seus escritos, fornece uma mostra da educação do período. Dessa perspectiva, pretendemos analisar as construções sociais e educacionais da época e suas contribuições para períodos posteriores, de forma a estimular os leitores a refletir sobre a importância do tema para a atualidade, uma vez que “(...) uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde a viver melhor” (BLOCH, 2001, p.45).

Mestre e governante serão as funções eminentes nesta dissertação, porque tanto a função de educador quanto a função de governante encontram-se intrinsecamente ligadas à forma como se constrói e organiza a sociedade, não só a do período medieval, mas também a de nossos dias. Como afirma Kant, “Entre as descobertas humanas, há duas que são difícilísimas: a arte de governar os homens e a arte de educá-los (Kant, 2004, p. 20)”.

Em suma, motivados pela perspectiva de que a importância de ambas independe do momento a que se referem, pretendemos analisar estas duas funções por meio de uma pesquisa bibliográfica. O mestre, ou educador, é absolutamente necessário em qualquer contexto social, uma vez que auxilia o homem a se integrar individual e coletivamente. Essencial também é o cargo de governante. Este exerce significativa influência no povo que lidera e, em nossa concepção, desempenhará um bom papel aquele que lutar pelos interesses da sociedade.

Nosso trabalho foi desenvolvido com base nas obras de Alcuíno que foram traduzidas em língua moderna, algumas do latim para o espanhol por Rubén Peretó Rivas e outra do latim para o português pelo professor Aluysio Favaro. Além delas, também nos apoiamos nos estudos realizados por historiadores,

como François Guizot, Émile Durkheim, Jacques Le Goff, Louis Ralphen, Etienne Gilson, March Bloch, Jean Favier e Eleanor Ducket. Estes escritos, que nos forneceram diferentes olhares históricos sobre as obras escolhidas, exerceram a função de ‘ferramentas’ na construção de nossas análises.

É válido ressaltar que são poucos os textos escritos por Alcuíno traduzidos em língua moderna. Talvez este seja um dos motivos de, no transcurso da pesquisa, quase não encontrarmos trabalhos científicos que contemplem a atuação deste mestre medieval ou que analisem suas obras.

Apesar disso, alguns dos temas específicos que abordamos no presente trabalho aparecem em outros trabalhos científicos desenvolvidos no campo da educação. Dentre eles, destacamos: *Carlos Magno e as propostas de Reforma Social e educacional (Final do século VIII e início do século IX)*, de autoria de Regiani Vitoretti. Esta dissertação, na qual foi contemplado alguns aspectos da educação medieval, será citada algumas vezes no presente trabalho.

Os documentos que fazem referência à educação medieval revelam a autoridade e o prestígio que possuíam os grandes mestres. De acordo com essas fontes, esses intelectuais sempre participavam ativamente na tomada de decisões políticas e os governantes, quando não possuíam conhecimento de determinado assunto, os consultavam.

É quase inevitável olharmos para os nossos dias e refletirmos sobre as condições constrangedoras em que se exerce a função de educador e governante. Aqueles que se dedicam à carreira docente infelizmente estão cômicos de que nossa sociedade não compreende a importância do trabalho de formação das futuras gerações do país. Esta ignorância social também deriva da consideração (ou da falta dela) dos líderes do nosso país pela Educação.

Os educadores da Idade Média tiveram a iniciativa de preservar a cultura antiga, porque tinham clareza da importância daquele modelo de Educação. Mesmo que prezassem o ensino cristão, não dispensaram o conhecimento desenvolvido até o momento.

No caso da experiência medieval, a cultura antiga salvou-se. Graças a um trabalho de imenso valor, mas que nós hoje não sabemos apreciar. Um trabalho humilde (e, necessariamente, pouco original) de aprendizado elementar. “Um trabalho de preservação, de salvação, da cultura antiga, conservando-a sob a

forma de minúsculas sementes que iriam sofrer longo e demorado processo germinativo em solo novo” (LAUAND, 1986, p. 23).

Da citação acima, podemos tirar duas lições valiosas. A primeira é que não podemos incorrer no erro de ignorar o conhecimento construído em épocas anteriores, pelo fato de vivenciarmos um período de grande avanço científico e tecnológico. Como afirma Durkheim:

Entre um estado histórico novo que o antecedeu, não há um vazio, mas sim um estreito laço de parentesco, pois, num certo sentido, o primeiro nasceu do segundo. Os homens, porém, não têm consciência desse laço; só sentem a oposição que os separa de seus predecessores; não vêem o que têm em comum com esses últimos (2002 p. 24).

A segunda é que nós, educadores contemporâneos, precisamos ter a percepção de qual é o processo educacional que contribuirá, de forma mais significativa, para o desenvolvimento de nossa sociedade. Para isso, é necessário ter conhecimento e disposição para interpretar os homens de nossa época.

Talvez, um bom início para tão árdua tarefa seja atentarmos para alguns aspectos da educação medieval com base na vida, formação e prática pedagógica de Alcuíno. Esse mestre, que demonstrou preocupação com as necessidades educacionais do período em que viveu, tornou-se um dos personagens principais de um movimento educacional importante ocorrido na alta Idade Média: o Renascimento Carolíngio.

Alcuíno foi filho de uma família nobre. Ele nasceu entre os anos 730 e 735 em York,² ou em suas proximidades, e foi levado por seus pais, ainda criança, à escola da catedral desta localidade, cujo arcebispo era Egberto. Elberto, seu discípulo, foi o mestre responsável pela formação de Alcuíno. Foi nesta escola que ele compreendeu a importância do estudo das escrituras e das artes liberais compostas pelo *Trivium* e *Quadrivium*,³ o que o tornou, posteriormente, um dos principais defensores de tais conteúdos.

² A cidade de York, capital da Nortúmbria, situava-se no norte da Inglaterra dos séculos VII e VIII (RIVAS, 2004).

³ As artes liberais, constituídas do *trivium* e do *quadrivium*, são consideradas um legado da antiguidade clássica. O *trivium* corresponde a três disciplinas literárias: gramática, dialética e

Paulatinamente, Alcuíno adquiriu responsabilidades dentro da escola: tornou-se mestre e, em 757, quando Elberto foi consagrado arcebispo de York, assumiu a direção desse centro de saber. Foi nesta escola que ele desenvolveu uma das características mais importantes de seu trabalho educacional: preservar e cuidar das obras que faziam parte da biblioteca pela qual também foi responsável. Seu anseio por copiar e colecionar livros auxiliou significativamente sua formação; por meio deste trabalho, ele adquiriu o conhecimento das obras que influenciaram a sua prática pedagógica no Império Carolíngio.

Foi no ano de 781, na cidade de Parma em Roma, que Carlos Magno encontrou Alcuíno, na época, com cinquenta anos, e o convidou a ser mestre na escola palatina. De acordo com alguns documentos, é provável que Alcuíno e Carlos Magno se conhecessem desde o ano de 773⁴.

O mestre anglo-saxão aceitou o convite e instalou-se na corte até o ano de 790. Regressou à Inglaterra e permaneceu no país durante três anos. Quando retornou à corte, tornou-se “[...] o promotor do que um dia seria o Renascimento Carolíngio” (FAVIER, 2004. p. 412).

Os documentos historiográficos que abordam a história de Alcuíno revelam que este mestre se tornou amigo próximo da família de Carlos Magno. Segundo Rivas, ele tinha um carinho muito grande por Gisela, irmã de Carlos Magno, e por Luís, o Piedoso, filho do imperador. Eleanor Ducket (1951) também o apresenta como um mestre que cultivava a amizade no interior da corte.

Nesta família e comunidade, então, liderado e inspirado pelo rei, Alcuíno logo encontrou seu lugar como professor, conselheiro, pai e amigo. Ele cresceu para conhecer cada membro e amou cada um de uma maneira santa e individual através do seu espírito de amizade. (DUCKET, 1951, p. 91. Tradução nossa).

retórica. O *quadrivium* é constituído de disciplinas ligadas ao conhecimento matemático, são elas: aritmética, geometria, astronomia e música. (JAEGER, 1995)

⁴ “Quando Carlos conheceu Alcuíno? Uma simples frase em *Vida de Alcuíno* nos revela que em Parma o monge anglo-saxão não era um desconhecido para o rei. Carlos Magno o conhecia, diz o biógrafo, “porque o monge já tinha sido mandado ao seu encontro por seu mestre”. Ora, o *Liber pontificalis*, que fala da embaixada enviada por Carlos a Roma em 773, menciona um certo Albuinus, qualificado de *deliciosus* do rei. Traduzir *deliciosus* já constitui um problema. Favorito? Encarregado da diversão? De qualquer modo, esse Albuinus não é nem um bispo, nem um abade, nem um conde, do contrário o *Liber pontificalis* não deixaria de mencioná-lo. O cubicular (alto funcionário) Albin(o), que encontramos em 799 na corte pontifical entre os fiéis do papa, não podia ser, em 773, o embaixador do rei franco. Além disso, nenhum outro texto menciona um Alcuíno no *entourage* de Carlos, ao passo que, como também sabemos, Alcuíno se fará chamar de bom grado Albinus” (FAVIER, 2004, p. 400).

Além dos laços de amizade desenvolvidos por Alcuíno na corte, ele foi um dos principais responsáveis pela formação de seus alunos, especialmente no que diz respeito ao exercício de responsabilidades políticas. Aconselhava constantemente pessoas que lhe solicitavam auxílio e o fazia, geralmente, por meio de cartas repletas de exortações de cunho moral.

Cumpram destacar que, na Idade Média, este meio de comunicação era muito utilizado, principalmente como uma forma de educar e instruir. Diferentemente dos livros, as cartas eram breves e, segundo Rivas (2004), constituídas basicamente de quatro partes: saudação, exortação introdutória do tema a tratar, corpo da carta e conclusão. Elas também poderiam ser dirigidas a públicos maiores por meio da cópia.

Como relatam toda a sua história na corte Carolíngia, as mais de 320 cartas de Alcuíno possuem um significativo valor documental. Segundo Rivas, elas eram copiadas no *scriptoria* e propagavam-se nos monastérios e nas escolas das catedrais.⁵

Outra forma de ensino muito utilizada pelos mestres medievais e, em particular, por Alcuíno eram os diálogos. Os seus geralmente abordavam assuntos relacionados à teologia, retórica e gramática, exegese bíblica e enigmas. Apresentam semelhanças e até mesmo citações dos diálogos clássicos de Santo Agostinho, Platão e Cícero. Isto demonstra que Alcuíno tinha um amplo conhecimento das obras clássicas da Patrística, bem como da cultura antiga.

Tanto o recurso pedagógico utilizado pelo mestre como as cartas tinham o objetivo de instruir e ensinar. Contudo, os diálogos, além de caracterizar uma aula da época, promoviam, por meio das perguntas e respostas, o estímulo constante da reflexão, seja do aluno seja do mestre.

Matter. E. Ann, (1990), no artigo intitulado *Alcuin's Question – and – answer texts*, afirma que Alcuíno utilizava os diálogos com o objetivo de levar o aluno a

⁵ “La mayoría de las cartas de Alcuino fueron conservadas como colecciones en diferentes manuscritos. El más antiguo que se posee es el Oesterreichischer Nationalbibliothek Cod. 795, escrito a fines del siglo VIII en Salzburgo mientras era arzobispo del lugar Arno, uno de los amigos más dilectos de Alcuino” (RIVAS, 2004 p. 42).”

“A maioria das cartas de Alcuíno foram conservadas como coleções em diferentes manuscritos. O mais antigo que se tem é o Oesterreichischer Nationalbibliothek Cod. 795, escrito ao final do século VIII em Salzburgo enquanto Arno, um dos amigos mais íntimo de Alcuíno era arcebispo do lugar. (RIVAS, 2004 p. 42)”

desvendar uma determinada resposta que, a princípio, era definitiva, ou seja, em seus diálogos não há evidências de argumentações como se observa em Platão. O filósofo antigo, notável por seus diálogos, buscava uma verdade elusiva, passível de modificações por meio das controvérsias, cuja discussão tinha como objetivo buscar nas perguntas e respostas uma compreensão crescente do assunto exposto.

Entretanto, em um dos diálogos que pretendemos analisar no decorrer do trabalho e cujo título é *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*, o mestre, apesar de transmitir respostas prontas, apresentava-as como resultado de intensa observação e interpretação das diversas coisas que há no mundo, o que confirma mais uma vez que, na Idade Média, houve intenso uso de uma habilidade que é inerente somente ao ser humano: a capacidade de reflexão.

É importante observar que os mestres medievais se preocupavam com a forma de transmissão de conteúdos. Para eles, era muito importante que o processo de ensino aprendizagem se efetivasse da melhor maneira; por isso, era muito comum usarem recursos lúdicos, como, por exemplo, diálogos, enigmas e também teatro⁶. Apesar da isenção de formalidade, a educação medieval tinha uma finalidade e primava pelo desenvolvimento da observação, da reflexão e da memória, habilidades que, conseqüentemente, promoviam o desenvolvimento da própria humanidade.

A habilidade da observação era fundamental, pois fazia com que o indivíduo se compreendesse como um elemento constituinte de um universo que, de acordo com as necessidades da época, precisava ser desvendado. A reflexão é a habilidade que diferencia o homem dos animais⁷; por isso, os mestres medievais estimulavam, constantemente, seus aprendizes a refletir sobre suas

⁶ Há uma peça de teatro, cujo título é *Sabedoria*, escrita pela monja medieval, Rosvita de Gandersheim (935), que busca ensinar, por meio de charadas, conteúdos matemáticos, além de enfatizar as virtudes da fé, esperança e caridade (Lauand, 1998). Uma análise desta obra: BOVOLIM, Zenaide, Z. C. Polido. *A proposta educacional de Rosvita de Gandersheim no século X*. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

⁷ A vida parece ser comum até para as próprias plantas, mas agora estamos procurando o que é peculiar ao homem. Excluamos, portanto, a vida de nutrição e crescimento. A seguir há uma vida de percepção, mas essa também parece ser comum ao cavalo, ao boi e a todos os animais. Resta, pois, a vida ativa do elemento que tem um princípio racional; desta, uma parte tem tal princípio no sentido de possuí-lo e de exercer o pensamento. (...) se realmente assim é, afirmamos ser a função do homem uma certa espécie de vida, e esta vida uma atividade ou ações da alma que implicam um princípio racional (...) [ARISTÓTELES., 1973, p. 256].

inquietações, as quais poderiam ser desfeitas pela aquisição e desenvolvimento dos conhecimentos cristãos. A memória, por sua vez, é uma habilidade que retém o conhecimento que o torna homem e, por isso, também mereceu a atenção dos mestres medievais no processo de formação de seus educandos.

Em nossos dias, embora o ‘aprender com prazer’ seja muito discutido em todos os níveis de ensino, o aprendizado raramente se efetiva. Vivemos em uma sociedade que, em geral, não compreende que a finalidade da educação vai muito além de obter um emprego e sobreviver. Talvez seja esta incompreensão que esteja produzindo alunos desinteressados, os quais, na melhor das hipóteses, apenas cumprem as exigências que lhes são impostas. Comumente encontramos professores que buscam o ensino por meio do lúdico e se esquecem de promover o desenvolvimento da reflexão, o que significa deixar de promover o desenvolvimento da humanidade em seus educandos. Sobre isso, Lauand faz, com sabedoria, algumas considerações:

Pensemos, por exemplo, nos bárbaros analfabetos que se instalavam no espaço do ex – Império Romano. Que faziam eles com os livros? Que acesso físico (obter os manuscritos), motivacional, de língua etc. tinham ostrogodos e visigodos à cultura clássica? Quem contempla o panorama educacional brasileiro percebe imediatamente que o ostrogodo é uma realidade atual, atualíssima. Tal como no século VI, o perigo que enfrentamos é o do simples desaparecimento da cultura greco-romana que plasmou o Ocidente. Quem lê e compreende a fundo, hoje, Platão, Aristóteles, Virgílio, Cícero, Agostinho, Tomás de Aquino, Dante? (LAUAND, 1998, p. 3).

O autor chama a atenção para o perigo de desaparecimento completo dos conhecimentos legados pela cultura greco-romana e que ainda podem ser encontrados no interior das instituições de ensino. Esse desaparecimento contribuiria ainda mais para o declínio do pensamento reflexivo.

Alcuíno, consciente do legado deixado pela educação antiga, soube, com sabedoria, utilizá-la juntamente com a educação cristã, que, pelos esforços de Carlos Magno, difundia-se rapidamente pelo Império.

É esta forma de educar que analisaremos no decorrer deste trabalho, cuja divisão contém três momentos.

O primeiro é dedicado aos aspectos historiográficos que contribuíram para as reformas educacionais no Império Carolíngio, mais especificamente os aspectos políticos, sociais, educacionais e religiosos, desde a queda do império Romano no Ocidente até a organização dos francos na dinastia Carolíngia. Nossa atenção também está voltada para a difusão do cristianismo, bem como para o desenvolvimento das bases cristãs no pensamento medieval. Esta apresentação historiográfica é importante, porque situa o leitor no contexto histórico do período que pretendemos analisar, qual seja, o dos séculos VIII e IX.

No segundo, analisaremos a organização do Império Carolíngio como o contexto no qual a cultura clássica, que influenciou Alcuíno, se fundiu com a formação cristã que o mestre recebeu. Estes temas são de significativa importância, porque se relacionam com as fontes que Alcuíno utilizou ao longo de sua formação e nos auxiliam a analisar como isso está evidenciado em suas obras.

No terceiro momento, desenvolvemos o tema que deu origem ao título do presente trabalho. Baseando-nos em três documentos destinados à educação de governantes: *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno*, *Diálogo entre Pepino e Alcuíno* e *Libro acerca de las virtudes y los vicios para el conde Guido*, além da obra *Acerca de la naturaleza del alma*⁸, é possível perceber como o homem medieval considerou a função de mestre e governante no período de Alcuíno, bem como analisar as propostas pedagógicas deste mestre medieval para a formação de dirigentes.

⁸ Os títulos destas obras foram traduzidas do espanhol e são respectivamente *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido* e *A respeito da natureza da alma*.

1. ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO OCIDENTE CAROLÍNGIO

A historiografia, que consiste no estudo histórico e crítico acerca da história, sem dúvida, oferece elementos a diversos campos do saber e permite a construção de uma análise e de uma reflexão mais aprofundada a respeito dos problemas e inquietações já vivenciadas pelos homens.

A apresentação de um estudo a respeito do século IX e do Renascimento Carolíngio só é possível, de nosso ponto de vista, se antecedida de uma exposição do contexto histórico dos séculos anteriores. Por isso, antes de apresentarmos aspectos importantes sobre a dinastia Carolíngia, buscamos compreender, em linhas gerais, como se deu o desenvolvimento político e educacional da dinastia anterior, a Merovíngia.

Estas informações delinearão as condições que contribuíram para a organização da dinastia Carolíngia, cujo destaque em nossa análise se explica pela presença do mestre Alcuíno de York, foco de nossa investigação.

Com base nos aspectos mencionados, será possível elucidar o principal objetivo do capítulo, qual seja, o de apresentar ao leitor a importância da educação dos governantes na história do povo franco, bem como o papel desempenhado pela Igreja neste processo.

1.1. A situação do Império romano no século V.

Os primeiros agrupamentos humanos nos revelam que o homem, por possuir um instinto gregário, atribuía ao convívio social o papel fundamental para a manutenção da vida. Ele poderia ter força física ou espírito guerreiro, porém tinha a consciência de que estes atributos, utilizados apenas de forma individual, não o protegeriam dos perigos que julgava existir. Logo, a capacidade de organização e as relações de solidariedade de um determinado grupo estavam intrinsecamente ligadas às condições de existência do mesmo⁹.

⁹ Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social (...) a característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade (ARISTÓTELES, 1985, p.15).

Neste item do trabalho temos a intenção de apontar algumas características da organização dos povos nômades, mais especificamente dos Francos, bem como refletir sobre o desenvolvimento desta tribo até a dinastia Carolíngia.

Como os Francos, aos poucos, conseguiram invadir o Império Romano no século V, também é oportuno verificar o que a historiografia nos informa a respeito desta sociedade nesse período. Embora sejam comunidades opostas quanto à concepção de organização social, o estudo dos povos francos, acompanhado de algumas considerações sobre o povo romano da época, torna possível a compreensão de como os governantes romanos assimilavam os conceitos de organização social, necessidade de sobrevivência e bem comum e como os líderes francos aos poucos desenvolveram a compreensão desta estrutura social.

O Império Romano (1000 a.C. a 476 d.C. aproximadamente), símbolo de força, poder, cultura e desenvolvimento na Idade Antiga, vivenciou períodos de crises e decadência. Os motivos que levaram a este acontecimento foram vários: declínio econômico, cultural e o enfraquecimento do exército. Diante deste quadro, as invasões dos povos nômades contribuíram de forma significativa para o processo de desestruturação da sociedade romana. Na busca constante por salvar a vida, as tribos germânicas se instalavam nos arredores do Império e se utilizavam do único recurso aprendido no interior de suas tribos, ou seja, da força. Para uma sociedade que já estava em crise, o saque, a pilhagem e a destruição de alguns territórios foram elementos que enfraqueceram definitivamente o Império Romano.

Quando nos deparamos com o fato de que uma sociedade aparentemente organizada é invadida por povos incultos, tendemos a fazer uma leitura maniqueísta¹⁰ da situação. Porém, como já foi mencionado, estes povos buscavam fundamentalmente o que todo homem buscaria diante de situações

¹⁰ “ Doutrina do sacerdote persa Mani (lat. Manichaeus), que viveu no séc. III (...). Admite dois princípios: um do bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas (...)” [ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 4 ed. São Paulo: Martins fontes, 2000].

ameaçadoras: preservar a vida por meio do vínculo social. Os romanos, por sua vez, também tentaram, à sua maneira, adaptar-se e conviver com os invasores. Sobre o assunto, Le Goff afirma:

Quando Jordanes acentua que, se os Godos pegaram em armas contra os Romanos em 378, foi porque tinham sido confinados num território exíguo e sem recursos, onde os Romanos lhes vendiam a peso de ouro carne de cão e de animais repugnantes, exigindo-lhes os filhos como escravos em troca de um escasso alimento. Foi a fome que os armou contra os Romanos. De fato, há duas atitudes romanas tradicionais perante os Bárbaros. A princípio, conforme as circunstâncias e os homens, dispunham-se a acolher os povos que se lhes apinhavam à porta e, mediante o estatuto de federados, respeitavam-lhe as leis, os costumes e a originalidade; desse modo lhes moderavam a agressividade e faziam deles, em seu proveito, soldados e camponeses – minorando a crise de mão-de-obra militar e rural (1983 p. 31).

O povo romano, subjugado por seus governantes, em vários momentos preferiu aliar-se aos povos nômades que aos poucos se infiltravam no império. Esta crise despertou diferentes reflexões por parte dos estudiosos da época. Le Goff cita Salviano, monge do século V, que assim descreve a situação social do período:

Os pobres estão despojados, as viúvas gemem e os órfãos são pisados a pés, a tal ponto que muitos, incluindo gente de bom nascimento e que recebeu educação superior, se refugiam junto dos inimigos. Para não perecer à perseguição pública, vão procurar entre os Bárbaros a humanidade dos Romanos, pois não podem suportar mais, entre os Romanos, a desumanidade dos Bárbaros. São diferentes dos povos onde se buscam refúgio; nada têm das suas maneiras, nada têm da sua língua e, seja-me permitido dizer, também nada têm do odor fétido dos corpos e das vestes dos Bárbaros; mas preferem sujeitar-se a essa dissemelhança de costumes a sofrer, entre os Romanos, a injustiça e a crueldade. (...) gostam mais de viver livres sob aparência da escravidão que de ser escravos sob a aparência da liberdade (Salviano apud LE GOFF, 1983, p. 36).

Salviano revela que a concepção, que se tinha na época, sobre os invasores nômades e os romanos poderia estar distorcida. Estes últimos eram considerados como indivíduos civilizados. Os primeiros, por sua vez, eram famosos por sua crueldade na conquista de territórios. No entanto, a massa da sociedade romana, oprimida, principalmente, pela alta carga tributária imposta

pelos governantes, encontravam mais humanidade nos estrangeiros que adentravam o território do que em seus próprios dirigentes.

É possível perceber que, neste momento, os governantes romanos não estavam interessados no bem comum da sociedade, mas apenas na satisfação de seus próprios interesses. Este comportamento por parte de quem estava na liderança não era algo incomum. É possível verificar que, desde o século V a.C., em razão dessa tendência, a formação dos governantes foi tema de vários escritos de Platão, inclusive em *A República*¹¹. Pode-se afirmar, portanto, que, já naquela época, o indivíduo designado a liderar deveria possuir uma boa formação para que não fosse tentado a subjugar com injustiça os interesses do povo. Sobre a educação do governante, Jaeger considera:

Para Platão, é evidente, e não precisa ser fundamentado, o fato de que os governantes do Estado só podem sair da camada dos representantes das supremas virtudes guerreiras e pacíficas. Segundo ele, é exclusivamente pelo fato de possuir a melhor educação que o exercício do poder supremo está subordinado. Mas a educação não acaba, de forma alguma, na formação dos “Guardiões”.

...Mediante uma observação e um exame incessantes mantidos desde a infância, verifica-se quais são os “guardiões” que possuem em mais alto grau as qualidades de sabedoria prática, de talento e de preocupação com o bem comum, decisivas naqueles que vão reger o Estado (JAEGER, 1999, p.802).

A educação mencionada ocorria desde a infância até os 50 anos e visava formar um rei-filósofo, ou seja, um sábio, e não apenas um indivíduo perspicaz nas artes guerreiras. Platão pensava a educação da perspectiva da totalidade, de forma que, para ele, a virtude, a justiça, a prudência, a temperança e a força eram adjetivos intrínsecos à arte de governar.

Xenofonte foi outro autor que escreveu um tratado de liderança, destinado a enfatizar que o dever do príncipe era lutar pelos interesses de seu povo. Nascido em Atenas, aproximadamente no ano de 430 a.C, e tendo sido discípulo

¹¹ “Quinze anos. Será tempo, então, de conduzir ao termo os que, cumprindo cinquenta anos, hajam saído puros destas provas e se tenham salientado tanto na ciência como na conduta, obrigando-o a volver os olhos da alma ao ser que tudo ilumina, a contemplar a essência do bem para dêle se servir daí por diante como padrão regulador dos próprios costumes e dos costumes do Estado e de cada cidadão, e ocupando-se quase sempre do estudo da filosofia; mas, quando lhes chegue a ocasião, encarregando-o do peso da autoridade e da administração dos negócios, só com a mira no bem público e na persuasão de que é menos um posto que uma obrigação penosa e inelutável (PLATÃO, s/d, p. 324)”.

de Sócrates e contemporâneo de Platão, Xenofonte vivenciou praticamente o mesmo período desses grandes filósofos. Observou os diversos regimes de governo e, posteriormente, por meio de uma de suas obras, a *Ciropédia*, cujo significado é “educação de Ciro”, apresentou ao povo grego como deveria ser o príncipe perfeito.

O texto é um romance, cujo enredo é imaginário, inspirado em Ciro, o antigo, um militar persa. Por meio desse personagem Xenofonte constrói a imagem de um monarca ideal, conquistador de vários territórios, que ascendeu ao trono graças à sua habilidade na arte da liderança.

É importante ressaltar que a *Ciropedia* é uma proposta de educação que, pautada em princípios morais, destina-se aos governantes. De acordo com o autor, o líder de um povo deveria desenvolver as virtudes guerreiras, ser mais sábio que os seus súditos, ser capaz de resolver os conflitos humanos da melhor maneira possível e, principalmente, zelar pelos interesses de seu povo. Dessa forma, promoveria a admiração por parte daqueles que estavam sob seu jugo. A seguir, um trecho do diálogo que contém os principais conselhos de Cambises, pai de Ciro e um dos principais responsáveis por sua educação:

Realmente, quando reflito sobre isso, parece – me verificar em tudo que o meio mais eficiente de conduzir à obediência é louvar e honrar o obediente, vituperar e punir o desobediente.

- Esse, com efeito, meu filho, o caminho para uma obediência imposta, mas há outro, mais curto, para outra obediência muito melhor, a espontânea. Os homens obedecem com o máximo gosto quem, na sua opinião, pensar melhor do que eles próprios no que lhes convém. Podes verificá-lo, além de muitos casos, sobretudo no dos doentes, que chamam com tamanha prontidão quem lhes prescreva o que fazer; bem assim, na docilidade com que, no mar, obedecem ao piloto os companheiros de viagem e na constância dos itinerantes em seguir na pegada de quem eles acreditam conhecer o caminho melhor do que eles. Quando, porém, imaginam que a obediência redundará em algum dano, não se dispõem a recuar sequer um pouco diante dos castigos, nem influenciar-se pelas dádivas, pois ninguém aceitará de boa mente dádivas a troco de seu próprio dano.

_ “Tu queres dizer, pai, que a coisa mais eficaz para mantê-los na disciplina é parecer mais sábio do que os subordinados”.

_ É que eu estou dizendo.

_ “Sim. Agora, o meio de ganhar a estima dos subordinados, o que, a meu ver, é da máxima importância, é o mesmo, é claro, de quem deseja a afeição dos amigos; é necessário, penso eu, que vejam em mim o seu benfeitor (Xenofonte 197? p. 45-46)”.

A citação acima revela que Xenofonte busca elementos que possam transformar a sociedade da época em uma ordem caracterizada principalmente pela justiça e pela força, uma vez que, em razão das guerras, a situação que vivenciava era contrária a este anseio. O governante, segundo ele, deveria ser sábio e, mais do que isso, ser reconhecido pelos seus súditos como tal. Um líder, possuidor desta virtude, certamente teria um governo forte, difícil de ser abalado por conflitos vindouros. A obediência espontânea por parte dos súditos e a valorização da amizade por meio de atitudes justas para com eles revela que a outra virtude constantemente pregada pelos filósofos e legisladores gregos era a justiça.

Para Xenofonte e Platão, a organização da *polis* deveria ser pautada nos interesses do bem comum. Ambos estavam preocupados com a educação helênica e principalmente com a direção política ideal para aquele momento de reconstrução social. No entanto, é importante ressaltar que, em seus diálogos, Platão enfatiza a necessidade de existência das diferentes classes na sociedade, legitimando o serviço do escravo e das classes menos favorecidas e caracterizando-os como sustentáculos da República:

(...) Frisemos agora que, ao contrario, quando cada classe do estado, a dos mercenários, a dos guerreiros e dos magistrados, se atém aos limites dos próprios deveres especiaes, tem-se o domínio da justiça, o que faz justo o estado (PLATÃO, s/d, p. 159).

Diferentemente da *República* de Platão, na *Ciropedia*, Xenofonte acrescenta à necessidade de suprir as necessidades sociais uma valorização de princípios morais para que os subordinados sempre tivessem admiração pelo príncipe e o obedecessem de livre e espontânea vontade.

É válido evidenciar também que, ao descrever o chefe ideal, Xenofonte menciona algumas características do mau governante, como seu tio, por exemplo. Estes aspectos são citados no prefácio da obra da seguinte forma:

Em contraste com o chefe ideal, delineia a caricatura do chefe errado. Ciaxerxes queria tudo para si, até os presentes que os súditos ganhavam; avocava a si toda honra e todo proveito; chegava a ter ciúmes dos êxitos de seus colaboradores. Por isso, os vassalos procuravam ocasião de libertar-se de seu mando e passavam gostosamente para o de Ciro (Xenofonte, prefácio).

Esta situação é bem semelhante com a que a plebe romana vivenciou, quando identificou nos povos germânicos mais humanidade que nos líderes a que estavam submetidos. Em busca de condições de existência, tanto os germanos quanto os romanos tornaram-se aliados e “Deste modo, cada um dos dois campos parecia ter caminhado ao encontro do outro. Os romanos, decadentes, barbarizados por dentro, rebaixavam-se ao nível dos Bárbaros, ainda mal talhados, só polidos por fora” (LE GOFF, 1983, p. 39).

Para que esta situação não se tornasse permanente, fez-se necessário que uma nova educação respondesse às necessidades sociais. É neste momento que a Igreja, propagadora dos ensinamentos cristãos, começou a se tornar a principal responsável pela reconstrução social.

1.2. As bases cristãs do pensamento medieval

Mesmo em meio ao caos decorrente das grandes invasões, a Igreja apresentou-se como uma instituição mais organizada que as demais, cumprindo um papel fundamental: além de preservar a integridade física dos indivíduos que dela se aproximavam, também se ocupou de preservar a integridade intelectual (OLIVEIRA, 1999).

Na opinião de François Guizot, foi ela que mais contribuiu para a organização da sociedade da época. Além disso, na medida em que produziu a unidade entre os homens, favoreceu o desenvolvimento das sociedades posteriores. Em suas palavras:

[...] Na sociedade religiosa, ao contrário, manifesta-se um povo muito animado, um governo ativo. As causas da anarquia e da tirania são numerosas; mas a liberdade é real e o poder também. Por toda a parte encontram-se e se desenvolvem os germens de uma atividade popular muito enérgica e de um governo muito forte. É em uma palavra, uma sociedade cheia de futuro, de um futuro agitado, carregado de bem e de mal, mas poderoso e fecundo (GUIZOT, 1999 p. 4).

Guizot faz uma comparação entre a sociedade secular e a religiosa e conclui que esta última se apresenta mais organizada que a primeira. Para o

autor, em razão desta organização, a Igreja se erigiu como uma instituição que exerceria, no futuro, um poder real.

A Igreja assumiu a função de educadora dos povos nômades e ofereceu um ensino que diferiu substancialmente da cultura antiga, o qual não pode ser considerado como superior ao anterior, pois, embora diferentes, as duas propostas tinham o mesmo objetivo, o de formar indivíduos para a sociedade. O fato de as sociedades antiga e medieval serem distintas em muitos aspectos implica uma educação também diferenciada. Sobre a educação ministrada pela Igreja, Durkheim afirma:

Todos os ensinamentos reunidos eram dados num mesmo local e, portanto, submetidos a uma mesma influência, a uma mesma direção moral. Era a que emanava da doutrina cristã; era a que fazia almas. À dispersão de outrora sucedia-se, portanto, uma unidade de ensinamento. O contato entre os alunos e o professor dava-se, entretanto, a todos os instantes (...) Ora, essa concentração do ensinamento constitui uma inovação fundamental, que testemunha a profunda mudança ocorrida na concepção que se tinha da natureza e do papel da cultura intelectual (DURKHEIM, 2002, p. 32).

A organização educacional construída pela Igreja favoreceu a organização da própria sociedade. Embora a desestruturação do império romano tenha afligido os grandes centros que difundiam o conhecimento na época, a Igreja atuou de forma decisiva quanto ao objetivo principal de pregar o evangelho e reeducar os indivíduos que dela se aproximavam. Esta instituição, empenhada nesta missão, contou com o apoio de muitos personagens que contribuíram significativamente para o processo de organização e evangelização. Dentre estes, destacamos São Bento de Núrsia, cuja importante atuação como educador teve repercussões em toda a Idade Média.

São Bento de Núrsia (480-547) foi fundador da Abadia de Monte Cassino, onde criou 78 regras que obrigatoriamente deveriam reger a vida dos monges que adentravam o mosteiro.

Este abade estabeleceu a ordem no recinto religioso, fazendo várias admoestações relacionadas à liturgia, ao comportamento da liderança e dos demais funcionários. São Bento retirou das Sagradas Escrituras padrões de comportamento essenciais ao desenvolvimento físico, mental e espiritual dos

indivíduos. Segundo Favier, “o monacato beneditino é feito de equilíbrio, de independência espiritual, de sabedoria econômica” (2004, p.389). Estas características ressaltam que o desenvolvimento da organização foi fundamental no processo de civilização social, pois não há sociedade sem princípios de organização e sem a interação civilizada entre os indivíduos que a constituem. As relações de reciprocidade entre os membros de um determinado grupo são essenciais à manutenção da vida, por isso, as regras beneditinas foram importantes para a sociedade medieval.

Os ensinamentos das Sagradas Escrituras eram considerados fundamentais pelos religiosos, os quais sabiam que seus preceitos eram capazes de organizar a vida do indivíduo, estimulá-lo à reflexão e torná-lo apto a viver em sociedade. As regras de São Bento são um exemplo nítido de que os princípios bíblicos foram essenciais naquele período de crise moral, uma vez que ensinaram o homem inserido em uma sociedade desorganizada a se tornar capaz de se relacionar com seu próximo. Vejamos, a seguir, algumas sentenças do quarto capítulo da Regra intitulada *Quais são os instrumentos das boas obras*:

- 1 - Primeiro, amar ao Senhor Deus de todo o coração, de toda a alma, com todas as forças.
 - 2 - Depois, amar ao próximo como a si mesmo.
 - 3 - Em seguida, não matar.
 - 4 - Não cometer adultério.
 - 5 - Não furtar.
 - 6 - Não cobiçar.
 - 7 - Não dar falso testemunho.
 - 8 – Honrar todos os homens.
- (SÃO BENTO, 1993, p. 23)

As duas primeiras regras são uma resposta de Jesus a uma pergunta feita por um doutor da lei sobre qual seria o grande mandamento (Mateus 22,37-39). Ele respondeu que eram essas duas porque elas representariam o resumo dos dez mandamentos, uma vez que a observância delas implicaria na obediência ao restante da lei.

As sentenças de três a sete são partes do decálogo, ou seja, das leis especificadas no texto descrito em Êxodo 20, 13-17, o que, de certo modo, é uma repetição, porque se um indivíduo é capaz de amar a Deus sob todas as coisas e ao próximo como a si mesmo será incapaz de prejudicar a outrem.

Alguns dos capítulos restantes não mencionados apresentam outros conselhos bíblicos, como, por exemplo, o capítulo 36, “*Dos irmãos doentes*”, e o capítulo 25, “*Das culpas mais graves*”, que aponta as orientações para os que cometem erros. Nestas sentenças, São Bento utiliza textos bíblicos para confirmar a validade da regra.

Por fim, algumas regras desenvolvidas pela Igreja são de caráter tradicional. O capítulo 14, “*Como se celebram as Vigílias nas festas dos Santos*”, e o capítulo 49, “*Da observância da quaresma*”, são exemplos desta categoria de sentenças.

De maneira geral, podemos considerar que os princípios cristãos contemplados, sistematicamente, nas Regras expressam que a reflexão de São Bento tinha como base as Sagradas Escrituras. Por meio delas, ele descobriu que os desígnios divinos tinham por finalidade educar o homem para que este pudesse viver da melhor forma possível consigo mesmo e também em sociedade.

A reflexão cristã de São Bento caracterizou toda a Idade Média. As regras foram adotadas pela maioria dos mosteiros criados posteriormente. Os mosteiros adeptos da Ordem Beneditina, criada pelo monge, zelavam principalmente pela observância de preceitos de boa convivência.¹²

Estes mosteiros desempenharam um papel muito importante na preservação e na propagação do conhecimento. Seus monges desenvolveram um importante ofício, o de copistas, o que contribuiu para o aumento do número e para a circulação das obras que iriam auxiliar na formação dos futuros teóricos da Idade Média. Nas palavras de ULLMANN:

As escolas monacais e os mosteiros não viviam isolados. Além da troca epistolar, mantinham intercâmbio de códices, os quais eram copiados para enriquecer os tesouros das bibliotecas. Salvaram-se, assim, muitas obras, que, sem o labor persistente dos monges, para sempre teriam desaparecido. Graças a eles, sobreviveram as humanidades clássicas (ULLMANN, 2000, p. 37).

No interior dos mosteiros, a arte da cópia era um trabalho comum e muito importante. Muitos estudiosos, preocupados com a integridade das obras

¹² O conceito de Ordem dentro da perspectiva de organização religiosa refere-se à “Associações de indivíduos da mesma crença que decidem viver num ambiente diverso da sociedade dos homens comuns para se libertarem dos interesses e preocupações mundanos e levarem uma vida de sacrifícios e ascetismo (...) [SCHLESINGER. H, PORTO. H, 1995]”.

reescritas pelos copistas, escreveram algumas recomendações aos que se ocupavam dessa arte da reprodução. Eis como Cassiodoro (485-580), fundador do mosteiro de *Vivarium*¹³, outro mosteiro de fundamental importância na época, e que era admirador do trabalho dos copistas, se manifestou a respeito do assunto:

Quanto a mim, eu vos manifesto minha predileção: entre as tarefas que podeis realizar com esforço corporal, a dedicação dos copistas, se escrevem sem erros, é - e talvez não injustamente - o que mais me agrada. Pois, relendo as Escrituras divinas, instruem de modo salutar sua mente e copiando espalham por toda parte os preceitos do Senhor.

Pois Satanás recebe tantas feridas quantas são as palavras do Senhor que o copista transcreve. Ele, permanecendo em seu lugar, percorre diversas províncias com a disseminação de suas obras. Seu trabalho é lido em lugares santos. Os povos ouvem e podem renunciar à sua vontade perversa e servir o Senhor com mente pura. Com seu trabalho, ele age, mesmo estando ausente (CASSIODORO, Instituições, cap. 30).¹⁴

Cassiodoro considera importante este trabalho, especialmente pela função social que os monges “trabalhadores” desempenhavam. Referindo-se à pregação do evangelho, ele afirma que o conteúdo das obras escritas ou copiadas pelos copistas era capaz de penetrar nas mentes dos homens, mesmo que seus autores não estivessem presentes¹⁵.

A propagação do conhecimento foi o lema dos teóricos da Antiguidade e da Idade Média. Mesmo diante dos vários aspectos sociais que se confrontavam com o desenvolvimento da educação, eles não se deixaram abater, pelo contrário, fizeram incessantes esforços para transmitir à sua época conhecimentos que

¹³ Segundo Lauand: No Cap. 29, "Sobre a localização do Mosteiro de Vivarium e do Castellense", Cassiodoro fala do quão adequado é o lugar (perto de Squillace, Calábria) e do empenho e cuidados que teve ao construir Vivarium. Nas palavras de Cassiodoro: “Na verdade, a posição do mosteiro de *Vivarium* é adequada para prestar ajuda a muitos peregrinos e necessitados, pois tendes hortos irrigados e tendes perto as correntes piscosas do rio Pellena_, que não é perigoso pela dimensão de suas águas nem desprezível por pequenez. Regulado com engenho, ele corre por onde julgueis necessário e é suficiente para vossos hortos e moinhos. Ele está aqui quando desejeis e, depois de atender a vossos desejos, afasta-se em seu curso. Assim, ele devota-se a este serviço: não vos atemoriza e não vos pode faltar quando o procurais”. Disponível : < <http://www.hottopos.com/videtur31/jean-cassiodoro.htm>> Acesso em: 26/08/2007.

¹⁴ Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur31/jean-cassiodoro.htm>. Acesso em: 10/02/2008).

¹⁵ Esta discussão foi feita por Oliveira, T. em trabalho apresentado na VI ANPEDI, 2006, cujo título é *O papel dos Mosteiros na preservação do ensino e da vida na Primeira Idade Média*. Em breve será publicado como artigo.

desenvolveriam no homem a capacidade de viver em sociedade. Sem saber o alcance de tais esforços, legaram às gerações posteriores grande parte do conhecimento construído pela humanidade até então, além do exemplo de mestres¹⁶.

Vejamos, no item a seguir, como os princípios religiosos ultrapassaram os limites dos mosteiros e começaram a influenciar a organização dos povos francos, povos nômades, que deram origem à dinastia carolíngia.

1.3. Igreja e Estado: uma nova possibilidade de organização social

Com a queda do Império romano, a concepção de Estado que se tinha até então, ou seja, a idéia de *Respublica* deixou de existir. Os francos, povos nômades que evidenciavam uma maior assimilação da cultura romana, apresentaram, em seus princípios de organização, características de uma sociedade patronal e patrimonial. Sua compreensão do que seria um rei e das funções que este deveria desempenhar era totalmente oposta à concepção antiga de realza. Nas palavras de Strayer:

Na alta Idade Média, a forma dominante de organização política na Europa ocidental foi o reino germânico, que, nalguns aspectos, representava a perfeita antítese daquilo que é um estado moderno. Baseava-se num sistema de lealdade a pessoas, e não a conceitos abstractos ou a instituições impessoais. Um reino era constituído por todos aqueles que aceitavam um determinado homem como rei, ou que, nas sociedades mais estáveis, reconheciam o direito hereditário de uma determinada família a reinar. [...] O rei existia para resolver casos de emergência, e não para dirigir um sistema legal ou administrativo. Falava em nome do seu povo com os deuses, conduzia-o na batalha com outros reis, mas cada comunidade resolvia os seus próprios assuntos internos. A segurança provinha da família, da vizinhança e do senhor, não do rei (STRAYER, s/d p. 18-19).

Desde a queda do Império Romano até a alta Idade Média, não havia a compreensão de um Estado destinado a servir ao interesse comum, mas a de um governo impregnado de uma cultura da força e da guerra que o impulsionava a conquistar cada vez mais territórios.

¹⁶ Alcuíno também desenvolveu a arte da cópia e certamente foi influenciado por Cassiodoro. Retomaremos este assunto no item 2.4 *O sagrado e o profano na preservação do saber*.

Não obstante, como podemos verificar no item anterior, o cristianismo propagado pela Igreja contribuiu para o processo educacional da época. Durkheim considerava esta instituição como a professora dos povos nômades: "E a Igreja é que serviu de mediadora entre os povos heterogêneos, ela foi o canal pelo qual a vida intelectual de Roma conheceu uma progressiva transfusão nas novas sociedades que estavam em via de formação" (2002, p. 26). Com isso, a forma como os povos nômades, inclusive os francos, concebiam o governo começou a mudar.

As reflexões de dois teóricos do final do século VI, Gregório Magno (590-604) e Isidoro de Sevilha (560-636), apontam para uma reestruturação da concepção de Estado que se tinha até então. Nesta nova compreensão, o novo modelo, diferente do antigo, era o do Estado cristão.

Gregório Magno, pontífice romano, ainda fortemente influenciado pela estrutura do Antigo Império, reformou a liturgia e o canto da Igreja e, na missão de cristianizar os povos nômades, assumiu o papel de pastor orientador dos governantes. Seu grande objetivo era unir o poder civil e religioso em um regime de colaboração, cujo foco estaria centralizado nos interesses da sociedade. Em favor dela é que o poder deveria ser exercido.

Manifesta-se, aí, o propósito deliberado de trazer ao rebanho povos ainda não cristianizados, chamar à ordem reis convertidos, mas pouco atentos às coisas da fé. A atitude de Gregório é, porém, a de pastor zeloso que aconselha. O que o anima é a vontade de estreitar a colaboração, não a de subordinar o Estado à Igreja. Ao que aspira é que o poder secular sirva de desígnio divino da salvação do homem, numa retomada da doutrina gelasiana de dualismo e cooperação de poderes (RIBEIRO, 1995, p. 96).

Para Gregório, o rei é responsável pelo povo diante de Deus. A moral e o ato de servir a sociedade devem ser as principais características de um soberano. Este não deve gozar de privilégios pessoais; sua ação perante o povo deve ser ética e justa. É importante observar que Gregório combate a atitude dos reis indolentes de Roma e aconselha atitudes opostas por parte daqueles que tinham em suas mãos o poder de liderança.

Os homens justos, quando estão no poder, não se vestem da força do mando, porém da igualdade de natureza; nem se vangloriam de governar os homens, mas servi-los. Ora, eles sabem que os

antepassados são lembrados não tanto por terem sido reis de homens, quanto por terem sido pastores de seus rebanhos. Em verdade, na natureza o homem tem precedência sobre os animais irracionais, não sobre os outros homens (GREGÓRIO MAGNO Apud RIBEIRO, 1995, p. 100).

Segundo as palavras de Gregório, o título adquirido por um indivíduo não o torna superior aos seus semelhantes. Este sentimento só se deve ter em relação aos animais que não se utilizam da capacidade de reflexão. Ao enfatizar a atitude de servir por parte dos governantes, ele retoma os princípios do Estado justo em Platão, para quem os líderes devem “(...) carregar nos ombros o peso das funções políticas e da direção das questões públicas tendo em mira apenas o Bem da cidade, com convicção, não de que executam uma função honrosa, mas de que cumprem um dever iniludível” (PLATÃO, 1985 p. 84).

Além de Gregório Magno, como mencionamos anteriormente, Isidoro de Sevilha também escreveu sobre o poder secular e religioso. Este arcebispo espanhol, que vivenciou o governo visigótico do século VII, foi considerado um importante matemático, teólogo e tradutor de sua época. Uma de suas obras de maior relevância, composta por vinte livros que abordam conteúdos das mais diferentes ciências, tem como título *Etimologias*, que, segundo o próprio autor, significa “origem dos vocábulos”. Muito consultada pelos estudiosos, ela foi considerada como uma enciclopédia medieval. (LAUAND, 1998, p. 105).

Isidoro atribuía muita importância à linguagem escrita de sua época. Ele retomava a palavra em sua essência ou analisava a sua procedência e, desta forma, proporcionava mais vida àquilo que se propunha a expressar. Um estudo dedicado à palavra reflete a preocupação do autor com o gradativo esquecimento da cultura de sua época. Preservar a língua latina em sua essência contribuiria para a conservação do saber antigo que já sofria significativas mudanças.

Como um intelectual de seu tempo, Isidoro lutou para salvaguardar questões que julgava serem fundamentais à preservação da instrução. Influenciado por Gregório, ele também elaborou uma doutrina política acerca do poder secular e religioso e, de forma semelhante, propôs a colaboração entre os dois poderes, num regime igualitário, embora considerasse que a realeza deveria estar a serviço da causa cristã. Sempre muito próximo ao modelo delineado por Gregório, ele também afirmava que o poder do príncipe era de origem divina:

Os príncipes seculares ocupam, por vezes a supremacia do poder na Igreja a fim de proteger, através desse poder, a disciplina eclesiástica. De resto, na Igreja esses poderes não seriam necessários se não impusessem o terror da disciplina, o que os sacerdotes são impotentes para conseguir com sua pregação. Frequentemente o reino celeste vale-se da realeza terrena: quando aqueles que estão na Igreja vão contra a fé e a disciplina, são destruídos pelos príncipes. Que estes saibam que Deus lhes pedirá contas a respeito da Igreja, por ele confiada à sua proteção. Pois, quer a paz e a disciplina eclesiástica se consolidem pela ação de príncipes fiéis, quer periguem, aquele lhes pedirá contas, já que confiou sua Igreja ao seu poder (ISIDORO apud RIBEIRO, 1998, p. 110).

É possível perceber que Isidoro reforçava qual era a função que o poder religioso e secular precisava desempenhar na sociedade e que dava ênfase à cooperação mútua. Quando um dos poderes não tinha condições de realizar algo, o outro deveria auxiliá-lo: é o caso da incapacidade da Igreja para impor a disciplina por meio de leis, razão pela qual deveria receber o apoio do poder secular.

É válido ressaltar que Isidoro, por investigar constantemente a origem das coisas, abordou a origem e a função da realeza, tornando-se mais um intelectual que contribuiu para o processo de constituição da sociedade ocidental na Alta Idade Média.

O processo de civilização outorgado pelo cristianismo e a concepção de Estado cristão discutida por Gregório Magno e Isidoro de Sevilha tiveram repercussão direta nas questões políticas do Império Carolíngio a partir do reinado de Pepino. Aos poucos, desenvolveu-se uma compreensão, por parte dos governantes francos, da importância da aquisição do conhecimento sagrado e intelectual para a preservação e organização do reino. Não se podia mais admitir no governo reis incapazes de ocupar esta função, como era comum no período merovíngio, quando os governantes ocupavam o trono ainda crianças e, diante de sua inabilidade, os prefeitos do palácio¹⁷ eram os responsáveis pela direção dos reinos.

¹⁷ “Em princípio, o prefeito do Palácio é apenas um funcionário doméstico. Ao *major domus*, o mordomo, cabia organizar o serviço e manter a disciplina nas casas da aristocracia. O palácio real dispunha também de um *major domus*. No século VII, ele se tornou chefe da administração. Já

Desde o início da dinastia carolíngia, ficou perceptível que a educação passou a ser um dos requisitos necessários àqueles que iriam ocupar o cargo de governante.

Pepino (714 -768) filho de Carlos Martel, foi um dos primeiros descendentes dos francos a ser educado de uma forma diferente da de seus antecessores e sobre isso Favier afirma:

Pepino recebeu uma educação que faria dele um rei, mas um rei de um novo tipo, mais inspirado no exemplo anglo-saxão do que nos costumes francos: ele foi educado em Saint Denis, não por um preceptor leigo, como eram as crianças da família merovíngia. E Fulrad é abade de Saint Denis (FAVIER, 2004, p. 42).

A educação de Pepino foi promovida pelos monges da abadia de Saint Denis, o que implicava uma educação predominantemente religiosa, embora apresentasse muitos aspectos da filosofia antiga, análise que desenvolveremos mais adiante.

O povo franco estabeleceu o reino mais duradouro constituído de duas dinastias: a dos Merovíngios e a dos Carolíngios. As sucessões reais do período merovíngio foram caracterizadas por golpes, usurpações, armadilhas e acordos, o que demonstra um interesse significativo e constante pelo poder. Favier (2004) considera que, até a morte de Carlos Martel (688 - 741), o reino ainda era merovíngio¹⁸. Assim, a mudança desta dinastia foi conduzida de forma planejada por Pepino, que contou com o apoio expressivo da Igreja.

Ele possuía uma parte da Nêustria, que compreendia as regiões francas de outrora. Seu irmão, Carlomano (751 - 771), tinha sob seu poder as áreas germânicas e o restante da Austrásia. Carlomano dedicava-se à religião e, em momentos de paz, retirava-se para os claustros. Quando isto acontecia, Pepino se tornava responsável por todo o reino franco, que já se encontrava unificado¹⁹.

em meados do século, ele é o *major palatii* o “maior no palácio”. Na realidade, agora é ele quem governa” (FAVIER, 2004, p. 23).

¹⁸ “Até a morte de Carlos Martel, ainda se poderiam definir em termos antigos os reinos confiados a seus filhos, reinos ainda merovíngios na tradição das partilhas do século VI e VII” (FAVIER, 2004, p. 34).

¹⁹ O “reino” franco em seu conjunto é uma herança de Clóvis. Depois da morte do rei Dagoberto, em 639, ele não seria mais unificado. Há sempre um rei na Nêustria, um rei na Aquitânia, um rei na Austrásia, um rei na Borgonha. Como se vê, o mapa é complexo, pois sobrepõe “reinos” continuamente redistribuídos entre os ramos da dinastia franca. [...] Em 263 anos, só durante 72

Segundo Favier, isto instigou cada vez mais Pepino a se tornar rei. Assim, ele aprisionou seu irmão em um mosteiro em Vienne e, em 751, tornou-se rei, mas de uma nova dinastia, a dos Carolíngios.

A forma como Pepino se consagrou rei diferiu da de seus antecessores em vários aspectos. O papa Zacarias (~700 – 752) afirmou, diante de uma pergunta acerca da realeza franca feita pelos conselheiros de Pepino, “que valia mais chamar rei àquele que tinha, do que àquele que não tinha o poder real” (HALPHEN, 1974, p. 28). Estava, assim, por antecipação, legitimada a atitude do papa Estevão II (752-757), que, validando essa sentença do papa Zacarias, por meio de uma cerimônia não usual, ungiu Pepino como rei. Nesse momento, o pontificado estava sendo ameaçado e as circunstâncias impeliam a uma aliança com o reino Franco. A santa unção não era até então utilizada no estabelecimento dos reis no poder, marcando, desse modo, uma nova concepção de governo: o rei designado por Deus. Nas palavras de Halphen:

A sua subida ao trono, contrária, em princípio, à tradição franca, que limitava a escolha do rei aos membros da família merovíngia, ocorreu em condições desusadas: a eleição habitual pelo povo exigida pelo velho costume franco (*more francorum*, diz o cronista), foi seguida em Soissons de uma cerimônia, até então desconhecida na Gália no decorrer da qual o novo eleito recebeu a santa unção das mãos do bispo da Germânia, Bonifácio. [...] O representante mais qualificado do chefe supremo da cristandade significava, portanto, aos olhos dos espectadores, que a instauração de uma ordem nova tinha o acordo total daquele que devia ser considerado o intérprete mais legítimo da vontade divina (HALPHEN, 1970, p. 29).

Pepino, ao ser proclamado rei por meio da unção, retomou o gesto simbólico de origem bíblica. Diante de vários exemplos, podemos citar Saul (~1095 a. C), rei de Israel, que só foi proclamado rei pelo povo depois de ter sido ungido por Samuel, um profeta divino. A seqüência da cerimônia é proposital, ratificando que a escolha e a aprovação divina devem vir em primeiro lugar.

[...] Disse Samuel a Saul: Enviou-me o Senhor a ungir-te rei sobre o seu povo, sobre Israel; ouve, pois, agora a voz das palavras do Senhor. (I Samuel 10,1)

anos os merovíngios conheceram um reino dos francos que tinha à frente um único rei (FAVIER, 2004, p. 20-21).

[...] disse Samuel ao povo: Vinde, vamos nós a Gilgal, e renovemos ali o reino. E todo o povo partiu para Gilgal, onde proclamaram a Saul por rei perante o SENHOR, e ofereceram ali ofertas pacíficas perante o Senhor; e Saul se alegrou muito ali com todos os homens de Israel (BÍBLIA, V.T. I Samuel 11,14 e 15).

Portanto, tal como Saul, que antes foi ungido pelo profeta Samuel para depois ser reconhecido rei perante o povo, Pepino foi ungido e, posteriormente, coroado. Esta cerimônia inovadora torna mais nítido o papel que a Igreja vai desempenhar nas questões políticas daquela sociedade. Os princípios cristãos, a partir desse momento, vão se tornando cada vez mais indispensáveis na administração do reino. Em colaboração com a Igreja, o rei deve propagar o evangelho e guiar o povo de acordo com os princípios nele contidos. Verifica-se então que as idéias de Gregório Magno e Isidoro de Sevilha tornaram-se efetivas no governo de Pepino e de seus sucessores carolíngios.

A unção do primeiro governante da dinastia Carolíngia pela Igreja determinou, em linhas gerais, as novas relações entre o poder real e o religioso. Escolhido por Deus, o rei estava encarregado de uma importante missão: a de propagar o evangelho entre os povos de seu reino. A Igreja, por sua vez, deveria colaborar nesse processo; seria, portanto, uma aliada do rei.

Esta aliança fortalecia mutuamente os dois poderes. Quando as terras pertencentes à Igreja foram invadidas por povos nômades, por exemplo, a Igreja contou com o apoio do rei para auxiliá-la na restituição do patrimônio. Da mesma forma, este tinha a missão de auxiliar a Igreja na pregação do evangelho para os povos ainda não cristianizados. A legitimação do poder por meio da sagração proporcionava a garantia de que o domínio dos territórios não seria uma prerrogativa do indivíduo mais forte, mas, sim, do rei ungido pelo ritual religioso. A união entre os poderes estendeu-se aos sucessores de Pepino: Carlomano e Carlos Magno.

Tanto a Igreja como o Estado tinham, como objetivo comum, formar indivíduos para a sociedade. A Igreja possuía o instrumento fundamental para cristianizar os povos nômades, o evangelho. Porém, era o Estado que detinha o poder de efetivação das leis que assegurariam o cumprimento deste desígnio. A união entre o poder secular e o religioso favoreceu, significativamente, a organização social necessária à época de Pepino e também de seus sucessores.

2. CARLOS MAGNO: HISTÓRIA E CULTURA DE SEU IMPÉRIO

A situação resultante da união entre poder secular e religioso foi a realidade do Império Carolíngio, cujo líder de maior expressão foi Carlos Magno (~742 – 814), filho de Pepino, o Breve, e de sua esposa Berta. Sua primeira sagração ocorreu por volta de onze anos de idade, pelo papa Estevão II (FAVIER, 2004, p. 135), demonstrando que as gerações posteriores a Pepino se pautaram na união anteriormente realizada entre Igreja e Estado.

A História nos informa²⁰ que Carlos Magno, depois da morte de seu irmão Carlomano II, dirigiu-se ao reino que ele deixara, onde, pela terceira vez, por meio do ritual religioso e político, foi sagrado como rei. É bem provável que, desta maneira, ele almejasse um reconhecimento por parte da Igreja e, ao mesmo tempo, a legitimação de seu domínio sobre o território do irmão. Sobre a aliança deste período, Favier considera:

A aliança com o papado, sem a qual Pepino não teria passado de um simples príncipe dos francos, em pé de igualdade com os outros príncipes nacionais, permite a Carlos calcular imediatamente o que ele deve à Igreja e o que esta lhe deve. Escolhido por Deus e não mais pela sua aristocracia, o rei deve conduzir o povo para a salvação. Isto lhe acarreta muitos deveres, e o da rápida evangelização dos povos germânicos entra facilmente no desejo divino, ainda que ela implique uma rude conquista e não menos rude repressão. Orar-se-á no reino franco pelo sucesso das armas francas. (...) A sagração faz do rei responsável pelas almas. Isso lhe dá direitos que só ele tem o poder de definir (2004, p. 132).

O processo de cristianização dos povos sob seu domínio, como nos informa a citação, não foi pacífico. Le Goff (1983) descreve as medidas cruéis utilizadas pelo soberano Carlos e seus missionários auxiliares²¹. Esta atitude talvez enuncie a seriedade com que se desincumbiu do compromisso de cristianizar o povo franco e, ao mesmo tempo, a necessidade de afirmação de seu

²⁰ (FAVIER, 2004, p. 129-135) .

²¹ (...) Carlos Magno inaugurou uma tradição de conquista em que se misturaram o morticínio e a conversão – a cristianização à força, que a Idade Média iria praticar durante longo tempo(...) Auxiliado por missionários – todo e qualquer ferimento nalgum deles e toda e qualquer ofensa à religião cristã eram puníveis com a morte segundo umas capitulares publicadas para auxiliar a conquista – e, levando, ano após ano, os soldados para o interior da região, com uns a baptizar (sic) e outros a pilhar, a queimar, a matar, e fazendo deportações maciças, Carlos acabou realmente por subjugar os Saxões. Foram criados bispados em Bremen, Munster, Paderborn, Verden e Minden (LE GOFF, 1983, p. 66-67).

poder. Embora ele tenha utilizado a força para evangelizar, e esta atitude seja contraditória com os princípios cristãos, o fato é que tanto a Igreja quanto o Estado tinham a necessidade de poder. De nossa perspectiva, era como se os meios justificassem o fim, ou seja, um reino unido, e a religião seria um dos elementos para se atingir esse objetivo.

Civilizar era o grande objetivo de Carlos Magno. Na medida em que, durante a história, a Igreja tinha revelado este caráter civilizador, nada mais conveniente do que unir forças. Guizot, ao considerar a história do período Carolíngio, referiu-se a Carlos Magno da seguinte forma:

No reinado de Carlos Magno, seja qual for o aspecto debaixo do qual o estudemos, encontraremos sempre o mesmo caracter; a saber: a lucta contra o estado bárbaro e a manifestação do espírito de civilisação. É o que se torna bem patente no ardor com que funda escolas, anima os sábios, protege os ecclesiásticos, e em geral tudo o que lhe affigura que pôde influir sobre a sociedade ou sobre o homem (GUIZOT, apud VITORETTI, 2004, p. 86).

Segundo Guizot, tanto cristianizar como promover uma educação escolar para auxiliar na formação deste novo homem eram objetivos deste soberano. No entanto, esta educação não foi unicamente religiosa, pelo contrário, o soberano fez questão de retomar a cultura antiga. Neste processo, há uma questão, a nosso ver, importante de ser analisada: a fusão de conceitos sagrados e seculares, amplamente evidenciados nos documentos da época.

Esta análise é importante, porque consideramos que, no período medieval, a religião foi difundida de forma a enfatizar também a importância da cultura greco-romana, uma vez que esta, na visão dos mestres medievais, auxiliava na compreensão das sagradas escrituras. Assim, no meio religioso, esta era uma justificativa para a união destes dois conhecimentos.

Carlos Magno, ao reunir intelectuais em seu palácio para auxiliá-lo nas questões educacionais, encontrou no mestre Alcuíno de York semelhanças de propósitos quanto à evangelização e à retomada da cultura antiga.

Nos escritos deste intelectual, a união destes dois conhecimentos foi constantemente mencionada. Por isso, no presente capítulo, contemplaremos as relações que este mestre medieval fez entre alguns membros da corte e dois personagens bíblicos, de forma a compreender como as escrituras sagradas

influenciaram a sua prática. Em seguida, baseando-nos em algumas referências documentais do período, analisaremos alguns autores que, retomando nitidamente conceitos pertencentes ao cristianismo e à filosofia antiga, influenciaram as obras do mestre Alcuíno.

2.1. Os princípios de organização educacional na corte carolíngia.

Consideramos que o nível de organização de um determinado grupo contribui para o desenvolvimento reflexivo de seus indivíduos, da mesma forma como um ambiente organizado e que ofereça certa pacificidade favorece a construção do pensamento. Como exemplo desta afirmação, podemos mencionar os mosteiros, nos quais, isolados da sociedade desorganizada, os monges foram capazes de preservar, desenvolver e difundir o conhecimento. Segundo Vitoretti (2004 p. 78), os mosteiros “tiveram um papel decisivo na vida religiosa, econômica, social e educacional da Alta Idade Média e formaram o substrato sob o qual o Renascimento Carolíngio pôde se desenvolver”.

Mesmo que a sociedade carolíngia, em seu princípio de organização, não tenha se apresentado como exemplo de sociedade estruturada, à medida que, com o apoio da Igreja, foi se constituindo como Estado, contribuiu também para o desenvolvimento das questões educacionais. Aos progressos na educação carolíngia correspondeu o desenvolvimento do Estado como tal, o que evidencia a relação entre educação e governo. Pepino, o Breve, em razão de sua formação, estabeleceu a aliança com a Igreja e modificou os rumos políticos e culturais do Ocidente. Carlos Magno, por sua vez, pretendeu dar continuidade a essas transformações; por isso, as reformas educacionais foram enfatizadas em seu governo.

A nova organização ansiada por Pepino só se materializou, de fato, com o governo de seu filho, que se tornou rei dos Francos (768-800) e imperador (800-814). Carlos Magno, um dos personagens mais importantes da Alta Idade Média, além de ter conquistado um grande número de territórios no período em que esteve no poder, a exemplo de seu pai, preocupou-se também com a situação

educacional de sua época. Ações voltadas para a reforma da Igreja Franca²² e para a restauração das letras são reveladoras de sua disposição para organizar o império.

Para que seus objetivos se tornassem reais, com auxílio provável de Alcuíno, ele elaborou as capitulares²³, destinadas a reger as questões educacionais de seu império. Nas palavras de Carlos Magno:

Por isso exortamo-vos a não negligenciardes o estudo das letras, mas, ao contrário, a vos empenhardes porfiosamente com esforço humilde e agradável a Deus esta tarefa, para que com mais facilidade e correção possais penetrar nos mistérios das sagradas escrituras.

Mas como se encontram nas páginas sagradas figuras, tropos e outros insertos semelhantes, ninguém duvida que qualquer um que ler isso, tanto mais rapidamente entenderá seu sentido espiritual quanto mais instruído for no magistério das letras (KAROLI EPISTOLA DE LITTERIS COLENDIS apud VITORETTI 2004, p. 151).

Carlos Magno realizou também várias viagens aos grandes centros culturais da Itália, Espanha e Ilhas Britânicas, em busca de intelectuais capazes de o auxiliarem em seu governo, uma vez que seu território possuía dimensões significativas.

Em Roma, após o ano de 750, alguns centros culturais, como Monte Cassino, São Vicente de Volturno, abadia de Bobbio e a Província de Pavia, foram restabelecidos e, neles, além das cópias e dos estudos dirigidos à compreensão das escrituras sagradas, a cultura clássica foi preservada e, posteriormente, difundida (FAVIER, 2004, p. 394-395). Estes centros promoveram a circulação dos mais diversos livros e obras clássicas, contribuindo, assim, para a formação de muitos estudiosos. Foi na Lombardia que, no ano de 781, Carlos Magno encontrou vários intelectuais, como Pedro de Pisa, que se tornou um de seus mestres de latim, Paulo, o Diácono, (720-800), que contribuiu

²² Vitoretti (2004) faz uma análise sobre a reforma que Carlos Magno realizou na Igreja Franca a fim de restabelecer a hierarquia eclesiástica, melhorar a formação destes religiosos, além de regenerá-los moralmente. A autora considera que “(...) a Igreja, por meio de diversos componentes, principalmente seus representantes e sua estrutura física, fornecia as bases para a atuação do soberano”. Desta forma, a reforma na Igreja pretendia preparar as ações de Carlos no campo educativo (VITORETTI, 2004, p. 83-87). ”.

²³ “Chama-se *capitulare* ou *capitularium*, “capitular”, a um conjunto de parágrafos, de pequenos “artigos” *capita*, ou “capítulos”, capitula (FAVIER 2004 p.293)”.

significativamente para o aumento do número de obras clássicas em sua biblioteca real e Paulino de Aquiléia, grande gramático e poeta.

Na Espanha visigótica, encontramos Isidoro de Sevilha, que se tornou um influenciador dos mestres que ocuparam as funções no palácio e até mesmo de Carlos Magno. Segundo Favier:

Foi o bispo de Sevilha, Isidoro (falecido em 636), quem compilou em suas etimologias uma enciclopédia dos conhecimentos adquiridos pelos gregos e pelos romanos e fez o balanço das “autoridades” que se invocam na defesa da fé. Ele dirige uma revisão dos cânones conciliares que regem a vida da Igreja. Comentador da Bíblia, fino analista das alegorias da história sagrada e da história profana, Isidoro não se interessa menos por matemática, geografia e cosmografia. Sua obra servirá de base a todas as tentativas feitas na Idade Média para conhecer o mundo no espaço e no tempo (2004, p. 395).

A obra deste intelectual influenciou diretamente o movimento educacional carolíngio. O conhecimento que os intelectuais da época tinham de suas obras será mais bem evidenciado na análise que será feita no decorrer deste trabalho.

Nas Ilhas Britânicas concentrou-se o maior número de centros culturais, dos quais saíram os mais importantes personagens do renascimento carolíngio, como Alcuíno de York. Na Irlanda, os mosteiros utilizavam muito as obras clássicas com o intuito de compreender as Sagradas Escrituras. Desta forma, os acervos de suas bibliotecas eram cada vez mais ampliados com livros profanos e sagrados, trazidos por intelectuais viajantes.

Com o passar do tempo, a necessidade da cultura clássica se fez presente no meio religioso e foi a partir dela que a educação medieval se desenvolveu. No século VIII, as Ilhas Britânicas se tornaram muito fecundas e, segundo Rivas (2004), foi em virtude do cultivo das línguas clássicas, da criação de centros literários, do desenvolvimento de escolas e da distribuição destes saberes por todo o continente que o nascimento da cultura cristã medieval se efetivou.

Carlos Magno, ao convidar vários intelectuais destes grandes centros para que o auxiliassem na corte, mostrou-se capaz de aproveitar toda a cultura preservada nestas regiões. Apesar de virem de diferentes regiões e possuírem diferentes personalidades e formação intelectual, esses sábios tinham um objetivo comum: a restauração das letras no Império Carolíngio. Segundo Rivas:

A mesma atitude fundamental fazia das questões da vida intelectual, as mesmas idéias do literário, os mesmos modelos referenciais. Impulsionado pela possibilidade de intercâmbio, como em nenhum outro período da época ao viverem no coração do reino e por suas relações pessoais com o soberano, os sábios mais próximos de Carlos Magno realizam a idéia da unidade intelectual da Europa (RIVAS, 2004, p. 23).²⁴

Foi em Roma que Carlos Magno encontrou Alcuíno de York (730-804), que seria um de seus braços direitos na corte. Tendo estudado na escola catedral de York e posteriormente, no ano de 778, assumido o cargo de mestre nesse mesmo lugar, foi orientado pelo arcebispo Egberto, que, por sua vez, tinha sido discípulo de Beda, o Venerável²⁵. O conhecimento transmitido de mestre para mestre desenvolveu em Alcuíno habilidades que o auxiliariam na importante missão que assumiria no Ocidente Carolíngio:

A reputação de Alcuíno havia excedido os limites da Grã Bretanha. Quem melhor que ele para dirigir a escola da corte, onde se educavam os membros da família real e da nobreza franca? Com a permissão de seu bispo, Alcuíno deixa a escola catedralícia de York e se incorpora à corte de Carlos Magno em 782, aos cinquenta anos (RIVAS, 2004. p. 27)²⁶.

Por ser um distinto organizador e por ser comprometido com as questões educacionais do Império, Alcuíno se tornou um dos mestres mais importantes da Escola do Palácio. Como veremos adiante, a forma como ele encaminhou a educação na escola Palatina contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento da formação do líder da dinastia. Em consequência disto, a estruturação do Império foi, aos poucos, se tornando efetiva. Vejamos, a seguir,

²⁴ La misma actitud fundamental hacía las cuestiones de la vida intelectual, las mismas ideas en lo literario, los mismos modelos referenciales. Incitados por la posibilidad de intercambiar, como en ninguna otra parte de la época al vivir en el corazón del reino y por sus relaciones personales con el soberano, los sabios que rodean a Carlomagno realizan la idea de la unidad intelectual de Europa (RIVAS, 2004, p. 23).

²⁵ Beda o Venerável, foi um dos precursores do movimento intelectual da Europa. Duas de suas obras mais famosas são: *Da natureza das coisas* e *História eclesiástica do povo inglês*. Esta última narra a missão e o êxito da pregação do evangelho aos ingleses (GILSON, 2001).

²⁶ La reputación de Alcuino había sobrepasado los límites de la Gran Bretaña. ¿Quién mejor que él para dirigir la escuela de la corte, donde se educaban los miembros de la familia real y de la nobleza franca? Con el acuerdo de su obispo, Alcuino deja la escuela catedralicia de York y se incorpora a la corte de Carlomagno en 782, a los cincuenta años (RIVAS, 2004 p. 27).

um trecho do diálogo em que Alcuíno ensina alguns elementos da arte da retórica a Carlos Magno:

C. A ordem exige que fales da partição (da oratória).

A. Falarei. A partição é a divisão das coisas que pertencem à própria causa que, exposta corretamente, torna todo o discurso claro e ordenado. Ela consta de duas partes: uma é aquela que mostra aquilo em que se concorda com os adversários e aquilo em que há divergência; desta parte algo que é certo destina-se ao auditório e nisso deve estar a mente ocupada; a outra parte é aquela na qual se dispõem breve e ordenadamente aquelas coisas das quais se tratará. Procura-se com essa disposição fazer que o ouvinte retenha certas coisas. Esta parte deve ser breve, completa (positiva) e sóbria. A brevidade consiste em não usar a não ser palavras necessárias; a completude está em incluir na partição todos os gêneros que ocorrem na causa e dos quais se deva falar; a sobriedade se tem quando se colocam na partição somente aquelas coisas que se consideram necessárias (DISPUTATIO DE RHETORICA...Tradução Aluizio Fávaro).

O cuidado com as palavras era importante para a arte da retórica, cujo conhecimento, por sua vez, era necessário a quem detinha o poder, já que a transmissão de suas decisões precisava ser feita com coerência. Por isso, Carlos Magno tornou-se aluno dedicado de Alcuíno, adquirindo diversos conhecimentos que o auxiliaram diretamente em sua função²⁷.

O grande anseio do mestre Alcuíno era revigorar o estudo que havia sido abandonado pelo povo, o que só seria possível mediante zeloso esforço, leitura e estudo das obras clássicas da Antiguidade. Em uma de suas cartas enviadas a Carlos Magno, ele demonstra o seu grande anseio: “Construir na França uma nova Atenas (*forsan Athenae nova perficeretur in Francia*)” (ALCUÍNO apud GILSON 1995, p. 230). Esse anseio encontra correspondência no imperador, que assim se pronuncia em uma de suas cartas:

Impomo-nos a tarefa de fazer reviver, com todo o zelo de que somos capazes, o estudo das letras, abolido pela negligência de nossos antecessores. Convidamos todos os nossos súditos, na medida em que são capazes, a cultivarem as artes liberais do que lhe damos o exemplo (CARLOS MAGNO apud GILSON, 2001 p. 225).

²⁷ No item 3.2 do presente trabalho apresentaremos a análise do documento *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno*. Esta obra evidenciará o ensino transmitido por Alcuíno a Carlos Magno sobre os elementos constituintes da arte da retórica.

As artes liberais constituídas do *trivium* e do *quadrivium* representam para Alcuíno instrumentos que auxiliam na compreensão do conhecimento cristão. Esta concepção não era comum ao período e, como exemplo, podemos citar Beda, para quem as sete artes eram pagãs e os filósofos adeptos a elas, patriarcas dos hereges. Ele pontua as artes do *trivium* como doutrinas humanas dissociadas de Deus e consequentemente de sua sabedoria (RIVAS, 2004).

Já Alcuíno possuía uma concepção diferente. Em uma das cartas enviadas a Carlos Magno, utilizando a opinião de alguns teóricos de seu tempo a respeito das artes liberais, ele afirma que, sem elas, Santo Agostinho não conseguiria desvendar os mistérios da Santíssima Trindade. Ao se referir às artes, o filósofo de York as considera como de origem divina, como instrumentos fundamentais para conhecer os mistérios do Criador:

Uma afirmação do autor que situa as artes como um fazer divino. Foram criadas pelo mesmo Deus na natureza, e somente os filósofos as encontraram. Deste modo as artes liberais legitimam sua procedência; não é um saber pagão, mas sim um aspecto do Criador nas criaturas, devendo ser, portanto, plenamente aceitas pela consciência cristã (RIVAS, 2004, p. 48).²⁸

É possível perceber que Alcuíno, embora defenda as doutrinas evangélicas, retoma as pagãs, fundindo-as e transformando-as em complemento mútuo. Alcuíno se apropria dos conhecimentos antigos, como a arte da retórica e da dialética desenvolvida por Cícero, as artes liberais compostas pelo *Trivium* e *Quadrivium*, as virtudes defendidas por Platão e Aristóteles, as ciências pré-socráticas e aquelas desenvolvidas por Isidoro de Sevilha e Cassiodoro. Enfim, as leituras que fez dos clássicos antigos o aproximam de boa parte do pensamento Antigo e Medieval desenvolvido até o momento. Sendo um homem da Igreja e conhecendo a doutrina cristã, Alcuíno dedica-se à propagação do evangelho e, ao mesmo tempo, luta para preservar os elementos da Antiguidade, pois os julgava

²⁸ [...] una afirmación del autor que ubica a las artes como factura divina. Han sido creadas por el mismo Dios en la naturaleza, y los filósofos sólo las han encontrado. De este modo las artes liberales legitiman su procedencia: no son un saber pagano, sino una traza del Creador en las criaturas, debiendo ser, por tanto, plenamente aceptadas por la conciencia cristiana (RIVAS, 2004 p. 48).

fundamentais. Com isso, ele torna complementares os conhecimentos que, antes, eram distintos. Isto pode ser expresso no grande desejo de Alcuíno: edificar na França uma Academia superior à de Atenas, pois considerava a sabedoria divina mais elevada do que a sabedoria humana:

Aquela, sem outro ensinamento além das disciplinas de Platão, brilhou com a ciência das sete Artes, mas esta supera em dignidade toda a sabedoria deste mundo porque está, ademais, enriquecida com a plenitude dos sete dons do Espírito Santo (ALCUÍNO apud GILSON, 2001, p. 230).

Como foi possível observar, Alcuíno conheceu a educação desenvolvida na academia de Platão e a considerou importante; por isso, manifestou o desejo de retomá-la. Esta recuperação da sabedoria antiga, porém, se efetivou de maneira muito diferente, pois a época de Alcuíno era caracterizada pela religião cristã e não pelo paganismo.

Alcuíno norteou seu trabalho na corte pelos conselhos das Sagradas Escrituras. Para orientar o rei, ele retirou exemplos dos reis bíblicos que, com sabedoria e auxílio divino, teriam governado Israel com êxito. As admoestações do livro de Provérbios e Salmos também são constantemente mencionadas nos escritos de Alcuíno, indicando que um dos objetivos do mestre foi propagar estes ensinamentos entre as pessoas que o rodeavam, transformando-os numa prática diária.

2.2. Davi e Salomão: personagens bíblicos que influenciaram a corte Carolíngia

A filosofia antiga proporcionou muitas respostas às inquietações dos homens da Antiguidade e destas originaram-se as mais diversas ciências. O cristianismo, por sua vez, também foi capaz de prover respostas, mas para o novo modelo de homem que tentava se organizar e sobreviver em face das dificuldades posteriores à ruína do Império romano. No início, afirma Durkheim (2002, p. 27), o cristianismo “Era por excelência, a religião dos pequenos, dos modestos, dos pobres, material e espiritualmente pobres (...)”, mas, com o tempo, desenvolveu-

se e tornou-se a essência fundamental de impérios e reinados, especialmente no Ocidente Medieval, como foi o caso do Império Carolíngio.

Alcuíno considerou as Sagradas Escrituras como uma espécie de mapa a ser utilizado para o êxito do Império. Ao analisar a idéia cristã contida nos evangelhos, ele a considerou mais importante que a filosofia produzida pelos antigos. A relação que foi capaz de fazer implica o conhecimento das duas e, embora faça essa afirmativa, ele vai utilizar elementos tanto da filosofia antiga quanto do pensamento cristão para dirigir os ensinamentos na corte e isto fica explicitado na maioria de suas obras.

No documento intitulado *Diálogo acerca da verdadeira filosofia*²⁹, Alcuíno afirmou que as artes liberais eram de origem divina e, para legitimar sua tese de que as artes liberais possuíam a função de degraus para a aquisição da verdadeira sabedoria, ou seja, da cristã, ele utilizou o texto de Provérbios, 9, 1: “A sabedoria edificou a sua casa, lavrou as suas sete colunas” (BÍBLIA, V.T.). Esta exegese de Alcuíno legitima o uso preponderante das artes liberais na compreensão da filosofia cristã. Vejamos o trecho do *Diálogo acerca da verdadeira filosofia* que contém esta afirmação:

Discípulo: De qualquer modo que estas coisas devam ser ditas, rogamos que nos sejam apresentadas aos primeiros escalões da sabedoria, para que concedendo Deus e ensinando você, sejamos capazes de chegar desde as coisas inferiores até as superiores.

Mestre: Lemos, quando disse Salomão, por quem a Sabedoria disse de si mesma: ‘a sabedoria edificou sua casa, levantou suas sete colunas’. Esta sentença corresponde à sabedoria divina, a que construiu sua casa no útero virginal, ou seja, o corpo, a fortaleceu com os sete dons do Espírito Santo, e inclusive iluminou a Igreja, que é a casa de Deus, com os mesmos dons. No entanto, a sabedoria é fortalecida pelas sete colunas das artes liberais, de outro modo não conduz a ninguém ao conhecimento perfeito se não for exaltado por estas sete colunas ou escalões. (ALCUÍNO, 2004, p. 71. Tradução nossa).³⁰

²⁹ O título deste documento em latim é *De vera philosophia*. O mesmo foi traduzido para o espanhol por Rivas (2004) com o título *Diálogo acerca de la verdadera filosofía*.

³⁰ Discípulo: De cualquier modo que estas cosas deban ser dichas, rogamos que nos sean presentados los primeros escalones de la sabiduría, para que concediendo Dios y enseñando tú, seamos capaces de llegar desde las cosas inferiores a las superiores.

Maestro: Leemos, cuando dice Salomón, por quien la Sabiduría se cantó de sí misma: ‘la Sabiduría edificó su casa, levantó sus siete columnas’. Esta sentencia corresponde a la sabiduría divina, la que construyó su casa en un útero virginal, es decir el cuerpo, la fortaleció con los siete dones del Espíritu Santo, e incluso iluminó a la Iglesia, que es la casa de Dios, con los mismos dones. Sin embargo, la sabiduría es fortalecida por las siete columnas de las artes liberales; de

Ao fazer uma analogia entre as sete colunas da sabedoria do versículo bíblico com as sete artes liberais, Alcuíno confirma a fusão dos conhecimentos sagrados e seculares na qual necessariamente vai basear sua prática.

Para exemplificar sua tese, Alcuíno afirma que o conhecimento da astronomia permitiu a Abraão conhecer e admirar o seu Criador e que os conteúdos da aritmética possibilitavam uma maior compreensão das Sagradas Escrituras.

Contudo, é pertinente ressaltar que o momento histórico em que o diálogo foi escrito foi marcado por conflitos entre doutrinas cristãs. O combate contra a heresia de Félix, bispo de Urgel, denominada adocionista³¹ instigou Alcuíno a escrever o tratado (797-798) *Contra a heresia de Félix* com passagens completas dos cânones dos concílios de Éfeso de 431 (FAVIER, 2004, p. 369). O momento turbulento vivenciado pela Igreja estimulou Alcuíno a justificar o uso que fazia dos elementos da filosofia antiga, o que explica sua idéia de que as artes liberais e os dons do Espírito Santo seriam juntamente capazes de desenvolver a sabedoria.

Um dos personagens bíblicos que mais discutiram a virtude da sabedoria foi Salomão, que viveu aproximadamente no século X a. C. Suas reflexões possuem como eixo principal o fato de que não é possível encontrar a verdadeira sabedoria distante de Deus. O homem, mediante obediência aos desígnios divinos, é capaz de manter uma íntima comunhão com o seu Criador, o que implica o desenvolvimento da semelhança entre criatura e Aquele que a criou. Respeitadas as diferenças de condição, se Deus é sábio, o homem também pode alcançar esta sabedoria, já que, de acordo com os escritos sagrados, ele foi criado à sua imagem e semelhança.

Alcuíno é um leitor da Bíblia, mas, algumas vezes, apropria-se das reflexões de outros intelectuais cristãos, como Orígenes (185 a 253 d. C), por exemplo, para quem Salomão foi o fundador da verdadeira sabedoria, (RIVAS,

otro modo no conduce a nadie hacia el conocimiento perfecto si no es exaltado por estas siete columnas o escalones. (ALCUÍNO, 2004, p. 71).

³¹ O adocionismo, formulado por volta de 780 por Elipândio,, arcebispo de Toledo, e por Félix, bispo de Urgel, distancia-se ainda mais da ortodoxia no fim do século VIII: "Verbo de Deus", o Filho é gerado por Deus. Enquanto homem, ele é o Filho de Deus e de Davi, um filho adotivo. Sendo Filho "adotado" de Deus, Cristo não é natureza divina (FAVIER, 2004, p. 369).

2004, p. 52-53). Este personagem bíblico elaborou algumas máximas, muitas de cunho social e moral, que estão descritas em dois de seus livros, Provérbios e Eclesiastes, e que foram utilizadas na corte Carolíngia.

Salomão considera o “(...) temor do Senhor como princípio da sabedoria (...)” [BÍBLIA, V.T. Provérbios 1,7]. Portanto, toda a sabedoria e conhecimento que se relacionam a esse temor devem estar baseados no reconhecimento da realidade, do poder e da bondade de Deus. Ele é o ponto de partida de toda a sabedoria verdadeira. Esse rei de Israel, por providência divina, recebeu esta virtude em abundância e, conseqüentemente, tinha a habilidade para julgar o seu povo. A história bíblica narra que, em certa noite, em sonho, Deus apareceu a Salomão e disse: “Pede o que quiseres que te dê” (BÍBLIA, V. T. I Reis 3,5). A resposta do jovem rei foi: “Dá, pois ao teu servo sabedoria para julgar a teu povo, para que prudentemente discirna entre o bem e o mal; pois quem poderia julgar este grande povo? (BÍBLIA, V.T. I Reis 3, 6-9)”.

O narrador da história afirma que o pedido de Salomão para se ter prudência, discernimento e capacidade para julgar foi agradável aos olhos de Deus. Isto nos faz refletir sobre a influência desta história na formação do governante do período carolíngio. Alcuíno, ao mencionar diversas passagens do livro de provérbios, provavelmente escrito por Salomão, toma como exemplo a necessidade de os governantes de sua época serem sábios, justos e prudentes, características que só poderão ser desenvolvidas pelo estudo e principalmente pelo “temor do Senhor”.

O pedido para que Deus lhe desse sabedoria para ser um grande rei demonstrou uma submissão completa aos desígnios divinos, o que lhe garantiria a sabedoria para reinar. Perante Deus, o rei era responsável por seu povo, por isso, deveria governar segundo Sua vontade, tal como descrito na Bíblia. O povo, por sua vez, devia obediência e respeito à sua investidura, o que foi mencionado pelo apóstolo Paulo em uma de suas cartas aos Romanos: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por Ele instituídas" (BÍBLIA, N.T. Romanos 13:1). Esta passagem enfatiza a necessidade do respeito ao poder temporal, o que legitima que a atuação do governante seja orientada por

conselhos sagrados. Esta, portanto, será a concepção de rei no Ocidente Carolíngio e, consequentemente, o lema do Rei Carlos Magno.

O livro de provérbios é composto por um conjunto de máximas acerca de vários assuntos, além de fábulas, enigmas, sátiras e parábolas.³² Nesta obra, Salomão parece representar a primeira fase de sua vida, que se caracterizou pela completa fidelidade a Deus, garantindo-lhe a sabedoria anteriormente solicitada.

De acordo com a história bíblica, Salomão adquiriu e desenvolveu dons e qualidades morais por meio de sua dependência de Deus. A educação recebida de seu pai contribuiu também para o êxito dos primeiros anos do seu reinado. Antes de lhe entregar a coroa, Davi chamou a atenção de seu filho para duas virtudes: a “prudência” e a “sabedoria” (BÍBLIA, V.T I Reis 2, 6 e 9). A aquisição desta última tornou-o famoso e muito respeitado diante das nações vizinhas.

No Ocidente, como abordamos no capítulo anterior, as virtudes de um bom governante foram amplamente discutidas na *República* de Platão. Um Estado justo deveria ser governado por sábios filósofos, nos quais as virtudes da justiça, temperança, força e prudência deveriam ser eminentes. Alcuíno também menciona essas virtudes, com a diferença de que, para ele, o princípio da sabedoria consiste na submissão aos desígnios divinos. É desta forma que as quatro virtudes retomadas da cultura Antiga serão essenciais ao governante da época carolíngia.

De acordo com a história bíblica, o reinado de Salomão entrou em declínio por razões políticas e morais. Primeiramente, ele desenvolveu em seus súditos uma expressiva insatisfação com seu governo, relacionada à imposição de altas cargas tributárias, o que empobreceu o povo à custa de sua ambição. Além disso, a aliança por meio de casamentos com mulheres pertencentes a reinos que não serviam ao Deus de Israel fez propagar a idolatria e rituais pagãos. Segundo o narrador, o distanciamento dos desígnios divinos ocasionou a ruína de seu

³² Assuntos principais do livro de Provérbios: (I) Louvor à sabedoria, 1,7 até cap. 9,18; poema didático em forma de conselhos de um pai a seu filho, destinado principalmente a um jovem ; (II) Provérbios de Salomão, caps. 10 a 22, 16; máximas em ordem irregular, e consistindo na maioria dos casos de duas sentenças em contraste; (III) sem inscrição formal, que pode ser encontrada no primeiro v. compara as palavras do sábio, contidas no cap. 22, 17 até cap. 24,22, com as do cap. 24, 23. No meio delas existe um poema sobre embriaguez, suplementado pelas palavras do sábio, contidas no cap. 24, 23-34, inclusive uma ode sobre o preguiçoso ; (IV) Provérbios de Salomão, copiados pelos servos de Ezequias, rei de Judá, contidos nos caps. 25 a 29. Todos eles têm cunho de provérbio popular, consistindo de poderosas sentenças formadas de duas até cinco cláusulas, paralelas (DAVIS, J, 1996, p. 489).

reinado. Assim, no final de seu reinado, como nos relata o livro bíblico de Eclesiastes, ele não foi considerado um bom governante.

Em nossa análise, esta história bíblica transmite à época carolíngia uma lição importante: o Rei cristão deve dirigir suas ações pela revelação divina descrita nas sagradas escrituras. Atitudes contrárias a este conselho certamente promoverão um mau governo.

O livro de Eclesiastes³³ parece apresentar Salomão já em sua velhice, uma vez que suas reflexões denotam certa insatisfação com alguns acontecimentos de sua vida. Ele percebe que, de certa forma: “O que foi é o que há de ser, e o que se fez, isso se tornará a fazer, nada há pois, novo debaixo do sol” (BÍBLIA, V.T. Eclesiastes 1,9).

Esta inquietação adveio de uma reflexão: a Terra continua a existir, mas os seres humanos, não. A natureza, por exemplo, se fez presente antes de nós e permanece após a nossa existência. Os seres humanos não são imortais e, apesar de possuírem todo o conhecimento, não conseguiram explicar ou resolver a questão da morte. Estas e outras reflexões filosóficas estão descritas em Eclesiastes, cuja principal característica é a retomada de consciência e a afirmação de que os preceitos divinos são justos e garantem a verdadeira felicidade.

Os livros escritos por Davi (Salmos) e Salomão (Provérbios, Eclesiastes e Cantares) mereceram comentários em algumas obras de Alcuíno, bem como várias menções na íntegra em muitas de suas cartas. Pelo seu conhecimento da história bíblica, ele ofereceu a Carlos Magno o pseudônimo de “Davi”, um personagem bíblico que se destacou na arte de um governo cristão e foi também o patriarca de cuja linhagem viria o Cristo, Aquele que deveria libertar o povo de Israel. Sobre o pseudônimo de Carlos Magno, Favier considera:

³³ O nome *Eclesiastes* é uma derivação fonética do termo grego *Ekklesiastes*, que aparece como título do livro na versão grega do Antigo Testamento, denominada Septuaginta. Por sua vez, esse termo encontra sua raiz no vocábulo: *ekklesia*; que tem o sentido de *reunião* ou *assembléia*. Na Bíblia hebraica, aparece o termo *Qohelet*, cuja raiz encontra-se na seqüência das consoantes: Q, H, L e cuja primeira acepção é *reunião* ou *ajuntamento de pessoas*. Nas formas verbais, essas consoantes dão o sentido de *reunir*, *juntar*. Dessa maneira, o termo substantivado, *Qohelet*, pode significar aquele que reúne uma assembléia para falar-lhe; ou seja, o pregador. AGUILAR, R. Disponível em: www.cpb.com.br/htdocs/periodicos/licoes/adultos/2007/arqcom/doc/com112007.doc. Acesso em: 05/02/2008

Quanto a Carlos, ele escolheu para si um nome que evoca ao mesmo tempo o poder do rei e o talento do poeta, mas que nada tem de grego ou de latino: ele é Davi. [...] Para Alcuíno ele é “Davi, o rei pacífico”. O que é prestar homenagem a Carlos fazendo referência àquilo com que ele sempre sonha e sobre o que não se cansa de falar: a paz. Davi é ao mesmo tempo o vencedor de Golias, isto é, do pagão, o organizador do reino da Judéia, o fundador de Jerusalém, o chefe da “casa” onde nasceria o Cristo. Ele é considerado o autor dos Salmos. E muitos imperadores cristãos viriam a ser chamados, a partir do século V, o “Novo Davi” (FAVIER, 2004, p. 424).

Carlos Magno encontrou no rei israelita algumas características que lhe serviram de inspiração no governo de seu Império. A sabedoria, coragem, resignação diante de Deus e a responsabilidade de propagar o evangelho às nações pagãs foram os principais exemplos retirados das Sagradas Escrituras para nortear o seu reinado. Alcuíno, ao comparar Carlos Magno ao rei Davi, expressou-se da seguinte forma:

Feliz, disse o salmista, a nação de que Deus é o Senhor; feliz o povo exaltado por um chefe e apoiado por um pregador da fé cuja mão direita brande a espada dos triunfos e cuja boca faz ressoar a trombeta da Verdade católica. Foi assim que outrora David, escolhido por Deus para o rei do povo que era então o seu povo eleito [...]. Submeteu a Israel, pela sua espada vitoriosa, as nações dos arredores, e pregou entre os seus a lei divina. Da nobre descendência de Israel saiu, para a salvação do mundo, “a flor dos campos e dos vales”, o Cristo a quem nos nossos dias o (novo) povo que ele fez seu deve um outro rei David. Sob o mesmo nome, animado da mesma virtude e da mesma fé, este é agora o nosso chefe e o nosso guia: um chefe à “sombra do qual” o povo cristão repousa na paz e que de todos os lados inspira o terror às nações pagãs; um guia cuja devoção não cessa, pela sua firmeza evangélica, de fortificar a fé católica contra os partidários da heresia, velando para que nada de contrário à doutrina dos apóstolos se introduza em qualquer ponto, esforçando-se por fazer brilhar por toda a parte a fé católica à luz da graça celestial (ALCUÍNO Apud HALPHEN, 1970, p. 199).

Davi é apresentado como um exemplo das escrituras sagradas para um bom governante; submisso aos desígnios divinos, ele conquistou na época o maior número de territórios alcançados pelo povo de Israel. Quando Alcuíno fala de paz no reinado de Carlos Magno, talvez esteja se referindo à paz que o evangelho pode proporcionar ao se difundir pela sociedade e que era um dos grandes anseios do soberano carolíngio. No entanto, para isso, era preciso

evangelizar e, como vimos no início deste capítulo, embora o resultado esperado fosse a união e a paz social, o processo não foi tão pacífico em termos literais.

Ao mesmo tempo em que Alcuíno se utilizou de nomes de personagens bíblicos, ele também retomou alguns nomes da filosofia antiga. Isto confirma, mais uma vez, que as duas vertentes do conhecimento, ou seja, os conhecimentos clássicos e cristãos estavam presentes na Escola Palatina. Nas palavras de Favier:

Os nomes que se dão os que participam da Academia são às vezes ricos de significado. Nos debates da corte e em sua correspondência com o rei, Alcuíno se chama Albinus (Albino) ou Flaccus (Flaco), ou seja, Horácio. Angilbeto é Homero, Teodulfo é Píndaro e o jovem poeta Modoíno é Naso, isto é, Ovídio. Esses quatro nomes dizem bem do gosto desses letrados pela poesia, lírica ou épica, mas poder-se-á notar que, apesar das restrições de Alcuíno, dois deles reportam-se à literatura grega, em mesmo número, portanto que os das letras latinas (2004, p. 423).

Podemos perceber, neste item do trabalho, que Alcuíno e Carlos Magno orientaram muitas das questões organizacionais e educacionais do Império pautadas na filosofia cristã. Porém, a filosofia antiga também se fez muito presente, pois para o mestre elas não eram independentes e isso pôde ser verificado na discussão que faz no *Diálogo acerca da verdadeira filosofia*.

A seguir, apresentaremos como o mestre Alcuíno contribuiu para a preservação do conhecimento na Idade Média e, por meio de excertos de suas obras, demonstraremos como se deu a apropriação do conhecimento antigo por este filósofo anglo-saxão e refletiremos sobre o fato de que ele contribuiu, não só para a restauração das letras no Império Carolíngio, mas para a permanência do conhecimento, nas sociedades posteriores.

2.3. A influência de Cícero na prática pedagógica de Alcuíno

A cultura antiga foi essencial na organização do Império, especialmente no que tange à educação. Sua apropriação por Alcuíno auxiliou-o na formação dos governantes de sua época, principalmente na de Carlos Magno. Para desenvolver

esta questão, iremos discorrer um pouco sobre a influência de Cícero na corte carolíngia.

Cícero (Arpino, 106 – Caieta, 43 a. C) foi um eminente pensador latino que defendia o estudo das sete artes liberais na formação do sábio. Considerava que a eloquência era o elemento fundamental a ser desenvolvido em todo homem, inclusive do líder. Contudo, era necessário que esta eloquência fosse acompanhada da sabedoria, pois “ (...) é possível ser filósofo sem ser eloquente, mas não eloquente sem ser filósofo, o ideal humano que se deve perseguir é o do *doctus oratur*, o orador instruído (Cícero Apud GILSON, p. 205).

Influenciado pelos escritos de Cícero, Alcuíno baseou a instrução de Carlos Magno em várias disciplinas do *trivium* e *quadrivium*, dentre as quais se destaca, conforme registro nos documentos históricos, a arte da retórica. No entanto, ao mesmo tempo em que é possível verificar essa influência, é conveniente também levar em conta a diferença cultural e social entre Alcuíno e Cícero. Alcuíno enfatiza o estudo das setes artes liberais, mas em outro contexto, o cristão. Já Cícero apresenta a filosofia como um conhecimento fundamental que o líder deve desenvolver. Sobre Cícero, Gilson afirma:

Já que se trata de formar líderes, o futuro orador deverá antes de mais nada possuir a fundo a ciência do direito, que será sua técnica própria, mais uma massa de conhecimentos diversos, como a filosofia (dialética e ciência dos costumes, a história, as belas – letras, em suma, toda essa *eruditio* que constitui a bagagem de um espírito culto (GILSON, 2001 p. 206)

Alcuíno foi autor de outro diálogo, cujo título é *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno*³⁴. Este diálogo é uma aula de retórica, com algumas considerações sobre as habilidades que Carlos Magno deveria desenvolver. Vejamos como Alcuíno retoma o conhecimento passado para conduzir a sua aula:

C..Introduze-me, mestre, antes de mais nada no estudo dessa arte.
A. Fá-lo-ei com a autoridade dos antigos. Com efeito houve, dizem, um tempo em que os homens vagavam pelos campos a esmo, à maneira das bestas, nada fazendo orientados pela razão; quase

³⁴ Título original da obra: *Alcuin: disputatio de rhetorica et de virtutibus sapientissimi regis Karli et Albini magistri*

tudo faziam com a força corporal. Ainda não havia o culto de uma religião divina nem o senso do dever, mas o homem, levado pela cega, temerária e dominadora cobiça, abusava das forças do corpo para satisfazer-se. Naqueles tempos alguém, certamente um homem importante e sábio, percebeu que talento tinha o homem e de quantas realizações ele seria capaz, se alguém o pudesse orientar e aperfeiçoar ordenadamente. Este sábio compeliu, de alguma maneira, os homens dispersos pelos campos e acostumados a recolher-se em abrigos silvestres e induziu-os a alguma coisa útil e honesta, tornando-os de ferozes e cruéis em pacíficos e tratáveis, a eles que de início reclamavam da novidade que se introduzia, mas depois passaram a ouvir com mais atenção, graças às palavras de convencimento. A mim, senhor meu rei, parece-me que uma sabedoria (inativa) e carente de palavra não poderia remover subitamente os homens de seus antigos costumes e orientá-los para uma nova maneira de viver (DISPUTATIO DE RHETORICA ...Tradução Aluysio Favaro).

Alcuíno chama a atenção de Carlos Magno para a importância de saber expressar a sua sabedoria em palavras, ou seja, não seria suficiente o Império Carolíngio possuir um rei sábio, fazia-se necessário que esta sabedoria fosse coerentemente expressa por palavras e isto só poderia ser desenvolvido com a arte da retórica.

É importante observar também que a forma como Alcuíno introduziu a explicação é muito semelhante às considerações de Cícero, quando este afirma que o homem difere dos animais apenas pela linguagem e por este motivo tal habilidade deve ser muito bem desenvolvida. Vejamos a seguir como Cícero descreveu a importância da linguagem na sociedade:

(...) o que há de mais agradável nos dias de lazer, o que há de mais verdadeiramente humano que uma conversa espiritual entre jovens instruídos? A principal superioridade do homem sobre o animal é de poder conversar com seus semelhantes e exprimir seus sentimentos por meio da palavra. Também temos nós o direito de reservar nossa admiração e de consagrar todos os nossos esforços à um trabalho que nos permitirá sobrepô-lo sobre os demais precisamente quando coloca o homem acima do animal. Mas, o mais belo título da eloquência é ter tido a única potência capaz de agrupar dois homens dispersos, de tê-los feito renunciar a vida selvagem de animal para levá-los à cultura e à civilização presente, e depois à constituição dos Estados, de ter estabelecido a justiça, as leis e o direito (Cícero, s/d, p. 17. Tradução nossa)³⁵.

³⁵ (...) quoi de plus agréable dans les jours de loisir, quoi de plus vraiment humain qu'une conversation spirituelle entre gens instruits? La principale supériorité de l'homme sur la bête est de pouvoir converser avec ses semblables et exprime ses sentiments par la parole. Aussi, avons-nous le droit de réserver notre admiration et de consacrer tous nos efforts à un travail qui nous

Cícero afirma que o homem deixa de ser selvagem à medida que se utiliza da linguagem para se inserir no contexto social. O diálogo é o meio pelo qual os homens se tornam humanos³⁶, já que a palavra exprime sentimentos que só os homens são capazes de sentir. Além disso, Cícero afirma ter sido por meio da linguagem que a organização social se estabeleceu. Este pode ser um dos motivos pelos quais Alcuíno, baseando-se em suas idéias, procurou ensinar seu superior a utilizar bem esse mecanismo de comunicação e, assim, organizar da melhor maneira o seu governo. Sobre as vantagens de o Estado possuir bons oradores, Cícero complementa:

Eu não quero continuar a enumerar estas vantagens que são quase infinitas: resumo: pelo seu talento e sabedoria o orador perfeito assegurará, não somente sua própria glória, mas ainda a saudação dos concidadãos e a saudação do Estado. Continuem então jovens, como vocês começaram, atem-se a este estudo: será a glória para vocês, uma vantagem para seus amigos e um grande bem para a República (Cícero, s/ d p. 17-19. Tradução nossa)³⁷.

Como podemos verificar, Cícero atribui grande importância à presença de bons oradores no Estado. Isto se deve à necessidade de os líderes se expressarem da melhor maneira perante o povo e, assim, garantirem sua autoridade na sociedade.

É importante enfatizar o papel da formação neste quadro. Ao ler as obras de Cícero, um autor latino, Alcuíno redireciona suas idéias para a prática pedagógica do século IX, cujo fim é ensinar um líder sobre a arte do bem falar e consequentemente auxiliá-lo na constituição do Império Carolíngio. O mestre foi

permetra de l'emporter sur les autres, précisément par ce qui met l'homme au-dessus de l'animal. Mais le plus beau titre de l'eloquence, c'est d'avoir été la seule puissance capable de grouper les hommes dispersés, de les avoir fait renoncer à la vie sauvage des bêtes pour les amener à la culture et à la civilisation présentes, et après la constitution des États, d'avoir établi la justice, les lois, le droit (Cícero, s/ d p. 17-19).

³⁶ Etienne Gilson ao referir-se a Cícero considerou: [...] melhor se fala, melhor se é homem. É por isso que a eloquência é, a seus olhos, a arte suprema, e não só uma arte, mas uma virtude. Como ele mesmo diz em *De inventione rhetorica* e em *De oratore*, a eloquência é a virtude pela qual um homem leva a melhor sobre os outros homens, por aquilo que faz a superioridade do próprio homem sobre os outros animais. Quem cultiva a eloquência cultiva a própria humanidade (2001, p. 204).

³⁷ Je ne veux pas poursuivre l'énumération de ces avantages, qui sont en nombre presque infini; je me résume: par son talent et sa sagesse, l'orateur parfait assurera non seulement sa propre gloire, mais encore le salut de ses concitoyens et de l'État. Continuez donc, jeunes gens, comme vous avez commencé, attachez-vous à cette étude: ce sera de la gloire pour vous, un avantage pour vos amis, un grand bien pour la république (Cícero, s/ d p. 17-19).

capaz de aplicar à sua realidade um conhecimento já produzido por seus antecessores, o que só foi possível porque os mosteiros, principalmente, preservaram essas obras.

Vejamos, no item a seguir, como os conhecimentos sagrados e profanos fizeram parte do processo de preservação da cultura que se realizou no interior dos mosteiros.

2.4. O sagrado e o profano na preservação do saber

Como discutimos no primeiro capítulo, o isolamento dos mosteiros favoreceu a preservação da cultura antiga. Contudo, os religiosos conviviam com uma contradição. Apesar de prezarem o ensino baseado nas Santas Escrituras, a cultura presente era a greco-latina. Assim, quando os monges se dedicavam ao estudo do latim, que era a língua da Igreja, automaticamente se deparavam com um fato inevitável, ou seja, com as obras antigas de literatura latina. Durkheim levanta questões sobre o assunto:

[...] o ensino supõe uma cultura, e não havia então outra cultura senão a pagã. A Igreja tinha, pois, a obrigação de apropriar-se a ela. O ensino, a prédica, supõem, em quem ensina ou prega, uma certa prática ou língua, uma certa dialética, um certo conhecimento do homem e da história. Ora onde encontrar esses conhecimentos, senão nas obras dos antigos? (DURKHEIM, 2002 p. 29).

Como estas instituições estavam inseridas em uma cultura que, no seu apogeu, primava pela erudição clássica, muitos intelectuais refletiram sobre os ensinamentos cristãos à luz da filosofia antiga. Na tentativa de compreender as mais variadas inquietações humanas, acabaram por unir essas duas formas de conhecimento. Um dos intelectuais que buscou desenvolver suas máximas desta perspectiva foi Boécio (480-525).

Filósofo de um período de transição, Boécio (c. 480-525), cidadão romano e filho de família nobre, adquiriu, por meio do estudo das ciências gregas, um vasto conhecimento da cultura clássica. Sua formação privilegiada o fez compreender a essencialidade da instrução e, diante do declínio cultural que

acompanhou a queda do Império romano e as incursões nômades, transmitiu, por meio de suas obras, a importância da filosofia. Inspirou, desta maneira, a grande maioria dos mestres medievais posteriores.

Boécio era Ministro de Teodorico (454 – 526), líder dos Godos. Um de seus principais deveres era auxiliar seu superior em todos os aspectos políticos e administrativos; no entanto, sua atenção maior estava voltada para a preservação e propagação da cultura que recebera. Nas palavras de Gilson:

Traduzir, comentar, conciliar e transmitir, era essa, em sua primeira intenção, a obra de Boécio. Ela estava em harmonia com as necessidades desse século VI que se sente como trazendo em gestação um novo mundo (2001, p. 175).

Boécio foi considerado o fundador da Escolástica por seus comentários teológico-filosóficos. De acordo com Lauand (1998), ele apresenta em sua obra *De Trinitate* um tratado sobre a Trindade, no qual, para compreender e analisar a natureza da fé utiliza como base o pensamento de Aristóteles.

Suas formulações revelam nitidamente os conflitos que vivenciava na transição entre a Idade Antiga, pautada na filosofia clássica, e a Idade Média, que se servia da filosofia cristã.

Segundo o prefácio da obra, a *Consolação da Filosofia* foi escrita na prisão. A clausura foi uma punição aplicada em razão de uma acusação de conspiração contra Teodorico. Mesmo desprovido de sua liberdade, sofrendo a dor da injustiça por parte daqueles que anteriormente o admiravam, ele registrou suas reflexões sobre toda a sua vida, sobre o conhecimento adquirido e sobre o prazer que a riqueza e a fama tinham lhe proporcionado. Solitário, ele teria iniciado um diálogo com a Filosofia, expressando todos os sentimentos que lhe revoltavam a alma. Obteve dela respostas que o consolavam.

É essa recompensa que tenho por ter aderido a ti? E, no entanto foste tu que ditaste pela voz de Platão que seriam felizes os estados governados pelos sábios ou que se consagrassem à sabedoria. Tu, pela boca do mesmo filósofo, me persuadiste de que os sábios deveriam governar os estados, para impedir que o governo caísse nas mãos de pessoas sem escrúpulos e sem palavra, e que fosse uma praga para os bons. [...] Quando eram tomadas as riquezas dos habitantes da província ou estavam eles sobrecarregados de impostos, sofri tal como qualquer cidadão comum (BOÉCIO, 1998, p. 11).

Este desabafo revela a sua indignação perante a desestruturação do Império romano. Ele considerava como ideal de governante aquele que buscava desenvolver as quatro virtudes, justiça, prudência, temperança e força, com um único fim, o bem comum. No entanto, vivenciava uma realidade distante daquela que zelava pelos interesses da sociedade. Por isso, em *A Consolação da Filosofia*, por meio da descrição dos comportamentos dos personagens da época e da angústia de seu autor, ele nos mostra as características do homem inserido em uma sociedade que estava se desestruturando. Além de buscar na filosofia respostas para as questões que não cessavam de ir e vir na sua mente, ele também considerava Deus como auxiliador de todos que se achegavam a Ele:

Aquele que nos observa do alto, que perdura eternamente, que tem a presciência de todas as coisas, é Deus, que com a eternidade sempre presente do seu olhar, concorda com a qualidade futura de nossas ações distribuindo aos bons as recompensas e aos maus os castigos. E não é em vão que colocamos em Deus nossas esperanças e preces, as quais, sendo justas, não podem permanecer sem algum efeito. (BOÉCIO, 1998, p. 156).

Nesta citação, é possível perceber que Boécio enfatiza a consolação que a filosofia lhe traz a respeito da injustiça dos homens. O autor recorre também a algumas reflexões cristãs, segundo as quais o homem é possuidor do livre-arbítrio, mas recebe de Deus as recompensas por suas obras, sejam elas boas ou más, o que traz ao autor certa consolação.

Para Boécio, a filosofia é o caminho que leva o homem até Deus, pois é Ele o doador da capacidade de reflexão que os seres humanos possuem. Ele considera que as quatro ciências do *quadrivium*, (aritmética, astronomia, geometria e música) são fundamentais à aquisição da sabedoria e que as ciências do *trivium* (a gramática, a retórica e a lógica) podem ser ferramentas que auxiliam a filosofia. Este raciocínio marcará profundamente os ideais educacionais do Renascimento Carolíngio. Nas palavras de Gilson:

A influência de Boécio foi múltipla e profunda. Seus tratados científicos alimentaram os ensinamentos do Quadrívio; suas obras de lógica substituíram as de Aristóteles durante vários séculos, seus Opúsculos deram o exemplo, que atormentará vários espíritos na Idade Média, de uma teologia que se constituiria como ciência e segundo a expressão do próprio Boécio, se deduziria, de acordo

com certas regras, a partir de termos previamente definidos.
(GILSON, 2001, p. 174)

Assim, podemos observar influências de *Consolação da filosofia* de Boécio no período carolíngio, especialmente nas obras de Alcuíno de York. Em *Diálogo acerca da verdadeira filosofia*, este faz algumas referências diretas a ela:

Ouvimos-te dizer frequentemente doctiloqüentíssimo mestre, que a filosofia seria a professora de todas as virtudes e que, entre todas as riquezas do mundo, ela teria sido a única que nunca deixou miserável àquele que a possui (...) [ALCUÍNO 2004, p. 65. Tradução nossa].³⁸

Na seqüência do texto, ele reproduz um trecho semelhante da obra de Boécio, evidenciando que as formulações realizadas por um intelectual do século VI influenciaram diretamente o pensamento de um intelectual do século IX³⁹.

Mediante tais considerações, é possível destacar duas questões importantes: as reflexões de Boécio não só contribuíram para a educação de sua época, mas para boa parte do pensamento medieval; Alcuíno, apesar de prezar pelos ensinamentos cristãos, busca, em fontes seculares, elementos que julga importantes para a educação de sua época.

Outra obra de Alcuíno que apresenta esta fusão entre conceitos da cultura antiga e cristã é o *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*, datado do século IX. Este diálogo, que será analisado no próximo capítulo, além de possibilitar a compreensão desse processo de fusão de conhecimentos diferentes, fornece-nos também uma amostra do ensino ministrado na escola do palácio e da importância que o mestre Alcuíno atribuía à brincadeira no processo ensino-aprendizagem. Vejamos alguns exemplos:

Quem gera a palavra? (Fala 5)
A língua (Fala 6)

³⁸ Te oímos decir frecuentemente doctísimo maestro, que la filosofía sería la maestra de todas las virtudes y que, entre todas las riquezas del mundo, ella habría sido la única que nunca dejó miserable al que la posee (...) [ALCUÍNO 2004, p. 65]

³⁹ Segue uma das passagens da obra *Consolação da filosofia* de Boécio que apresenta semelhanças com a de Alcuíno: “E eu lhe perguntei: ‘Mas que fazes aqui, na solidão de meu exílio, ó mestra de todas as virtudes, tendo descido do alto do céu? Ou também tu, culpada, queres partilhar as acusações caluniosas?’ E ela disse: ‘Haveria eu de abandonar meu discípulo e não tomar também do fardo que suportas e da calúnia que te impuseram? Mas à filosofia não é lícito deixar caminhando sozinho um discípulo seu. Temeraria eu a censura, como se isso jamais tivesse acontecido comigo, e ficaria em pânico? (...)’ [BOÉCIO, 1998, p. 8]”.

O que é a língua? (Fala 7)
 O chicote do ar (Fala 8)
 O que é o ano? (Fala 131)
 A quadriga do mundo (Fala 132)
 E quem a conduz? (Fala 133)
 A noite e o dia, o frio e o calor. (Fala 134)
 E quem dirige as rédeas? (Fala 135)
 O sol e a lua. (Fala 136)
 Quantos são seus palácios? (Fala 137)
 Doze. (Fala 138)
 Quem são os governantes dos palácios? (Fala 139)
 Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Balança, Escorpião,
 Sagitário, Capricórnio, Aquário e Peixes. (Fala 140)
 (*Diálogo entre Pepino e Alcuíno* 1986, p. 79, 84-85)

Muitas das charadas apresentadas por Pepino, filho de Carlos Magno, a Alcuíno contemplam respostas reveladoras da influência significativa das Sagradas Escrituras. Nas falas de cinco a oito, é possível verificar que o significado dado à palavra língua é semelhante às menções que são feitas na Bíblia sobre esta parte do corpo que é capaz de edificar a outra pessoa, ou o contrário. Muitas referências são encontradas no livro de Salmos: "Guarda a tua língua do mal, e os teus lábios de falarem o engano (BÍBLIA, V.T. Salmos 34,13)". Esta é uma recomendação moral ao cuidado com as palavras, à prática justa por parte do governante. É importante à época que os líderes se vigiem para não cometer o vício da mentira.

No livro de Provérbios também há admoestações semelhantes: "Há alguns que falam como que espada penetrante, mas a língua dos sábios é saúde" (BÍBLIA, V.T. Provérbios 12,18). Novamente há uma ênfase à sabedoria e à linguagem. Se considerarmos esta citação na perspectiva do governante, poderemos afirmar que o líder sábio que utiliza bem as palavras promove a saúde de seu reino e viverá em harmonia com seus súditos.

Nos livros do novo testamento, como o escrito por Tiago, por exemplo, também encontramos versículos que advertem sobre o mau uso da língua, representando-a como algo que pode ferir outra pessoa, como Alcuíno alertava. "A língua também é um fogo; como mundo de iniquidade, a língua está posta entre os nossos membros, e contamina todo o corpo, e inflama o curso da natureza, e é inflamada pelo inferno (BÍBLIA, N.T. Tiago 3,6)".

Já nas perguntas que se referem a "o que é o ano" (Fala 131) e vão até a explicação das doze constelações que se localizam na faixa do zodíaco (Fala

140), revela-se um conhecimento elementar sobre a ciência astrológica, conceitos matemáticos combinados com o misticismo, oriundos de Pitágoras (570-495a.C)⁴⁰. Outros exemplos presentes no documento evidenciam o conhecimento de Alcuíno sobre os pré-socráticos e outros clássicos da filosofia antiga. Isso comprova que “Muitos bispos cristãos das Gálias formaram-se nessas escolas, aprenderam nelas a apreciar a literatura antiga e, portanto, esforçaram-se para conciliar o culto das belas letras com as exigências da nova fé” (DURKHEIM, 2002 p. 37).

Como já afirmamos, a fusão entre as duas formas de compreensão de mundo estará sempre presente nas obras de Alcuíno. O livro, *A respeito da natureza da alma*, compreendido à luz das discussões já realizadas por Platão, Plotino e Santo Agostinho evidenciará isso mais uma vez.

2.5. Alcuíno e as relações estabelecidas com os escritos de Platão, Plotino e Santo Agostinho

Conhecer o homem e desvendar os seus mistérios por meio da razão foi o anseio de muitos filósofos da antiguidade e da medievalidade. Esse tema é difícil de ser explicado, porque envolto em múltiplas teorias metafísicas⁴¹, mas é de suma importância, já que diz respeito à constituição do homem e de suas potencialidades, único saber que possibilita um viver satisfatório.

⁴⁰ “Da imputação de *polimathia*, pode-se concluir que procedem de Pitágoras aqueles que mais tarde Aristóteles referiu-se como ‘os chamados ‘pitagóricos’, considerando-os fundadores de um novo tipo de ciência que eles, diversamente da ‘metereologia’ dos Jônios, denominaram apenas *Mathemata*, isto é, ‘os estudos’. Pitágoras é um homem universal, que abrange de fato muitas coisas heterogêneas: a doutrina dos números e os elementos da Geometria, os primeiros fundamentos da acústica, a teoria da música e o conhecimento dos tempos dos movimentos das estrelas. (JAEGER, 1994, p. 204)”

⁴¹ Metafísica é a ciência, por ter como objeto de todas as outras ciências, e como princípio, um princípio que condiciona a validade de todas as outras. Por essa pretensão de prioridade (que a define) a metafísica pressupõe uma situação cultural determinada em que o saber já se organizou e dividiu em diversas ciências, relativamente independentes e capazes de exigir a determinação de suas inter-relações e sua integração com base numa fundamentação comum. (...) a segunda concepção fundamental é a da metafísica como ontologia ou doutrina que estuda os caracteres do ser: os que todo ser tem e não pode deixar de ter (...) [ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia, 2000]

Alcuíno procurou responder às inquietudes de homens e mulheres de seu tempo. Suas reflexões filosóficas não foram originais, mas foram suficientes para educar e transmitir àquela sociedade o conhecimento desenvolvido até o momento.

Ele buscou em outros autores respostas para suas inquietações do corpo e da alma. Neste item, abordaremos as influências que ele recebeu direta ou indiretamente de três filósofos, cujas reflexões originais diziam respeito à natureza da alma: Platão, Plotino e Santo Agostinho.

Platão, um dos mais célebres intelectuais da Idade Antiga, afirmou que o homem é constituído de dois princípios divergentes: a “razão, a parte da alma que raciocina, e apetite sensual, destituído de razão, amigo de sensações e prazeres (...) e que se atira com ímpeto a todos os desejos” (PLATÃO s/d, p. 167).

O uso da razão desenvolve o sumo bem, que também pode ser entendido como virtude ou felicidade. Porém, esta razão encontra um obstáculo, melhor explicado pelo dualismo filosófico-religioso de alma e corpo. O corpo, susceptível às sensações e desejos, deve ser dominado pelo uso da razão. Se esse domínio se efetiva, é porque a alma se tornou superior ao corpo, sendo possível, então, atingir a virtude suma, que é a filosofia. Neste processo, Platão destaca quatro virtudes essenciais, denominadas de naturais ou cardinais: prudência, força, temperança e justiça.

Esta definição filosófica sobre alma e corpo construída por Platão foi emprestada e modificada pelos teóricos subseqüentes e até mesmo pelos padres, entre os quais se destaca Santo Agostinho. Logo, os escritos de Alcuíno certamente não permaneceram imunes a estas influências.

O movimento filosófico tradicionalmente denominado de neoplatonismo, representado pela filosofia de Plotino e seus discípulos, busca, em Platão, Aristóteles e nos estóicos, a metafísica que possibilitou o desenvolvimento de suas teorias (BRUN, 1988). Plotino descreve sua concepção de alma e corpo da seguinte forma:

A alma preside ao raciocínio (*logizómenon*); para isso parte de imagens vindas das sensações, imagens que compõem ou que divide. O conhecimento discursivo (*dianoia*) apóia-se nas contribuições que ela recebe dos sentidos, ajustando as imagens

presentes às que já conheceu, mas também às que provém da Inteligência (V, 3, 3).

Sentimos por intermédio dos sentidos e somos nós que sentimos. Raciocinamos da mesma maneira? Sim somos precisamente nós que raciocinamos e concebemos as noções incluídas no raciocínio; estas noções, somos nós mesmos. Os actos da Inteligência vêm de cima, como as imagens originadas da sensação vêm de baixo. Para nós, somos essa parte principal da alma, que é intermediária entre duas forças, uma inferior e outra superior, a sensação e a inteligência. Quanto à sensação, concordamos que ela é nossa porque sentimos sempre. Mas, quanto à Inteligência, duvidamos, porque não a utilizamos sempre e porque ela está separada; está separada quer dizer que não se inclina em direção a nós, antes somos nós que nos inclinamos para ela, quando olhamos para o alto. A sensação para nós é uma mensageira; a inteligência é o nosso rei (V, 3, 3) (PLOTINO apud BRUN, 1988, p. 60-61).

Como podemos verificar na citação acima, as definições de Plotino para alma e corpo e as relações que ele faz com as sensações são muito semelhantes com as de Platão⁴². Estas definições mantêm a essência, mas se revestem de formas diferentes, principalmente nos escritos de Santo Agostinho (354 - 430), considerado o último dos antigos, pela influência que recebeu deste período, e o primeiro dos medievais, pela influência marcante nos escritos dos grandes teóricos que o sucederam.

Santo Agostinho encontrou nos escritos neoplatônicos muitas respostas para as inquietações que a seita maniqueísta, da qual era adepto, não foi capaz de lhe proporcionar. A filosofia agostiniana desenvolveu-se sobre os pilares da filosofia neoplatônica, mas acrescentou-lhe a nova interpretação pautada nas doutrinas cristãs.

Agostinho considera a alma como uma criação de Deus para reger o corpo, mas, com a entrada do pecado no mundo e com o uso que o homem faz do livre arbítrio, acontece exatamente o contrário. Isto torna impossível que a alma se salve do domínio das paixões sem a graça divina que auxilia o homem a se libertar da escravidão do pecado. A incessante luta pela submissão das paixões à razão também foi assunto de uma das cartas do apóstolo Paulo aos Romanos. Ele também utilizou termos filosóficos para ensinar a fé cristã, mas, segundo

⁴² Jean Brun considera que embora o neoplatonismo tenha como sua fonte primeira o platonismo e o aristotelismo, constitui-se como uma corrente filosófica diferente de suas fontes. (BRUN, 1988, p. 25)

Gilson (1988), substituiu o significado construído pela filosofia antiga por um sentido religioso novo. Nas palavras de Paulo:

Porque não faço o bem que quero, mas o mal que não quero esse faço. Ora, se eu faço o que não quero, já o não faço eu, mas o pecado que habita em mim. Acho então esta lei em mim, que, quando quero fazer o bem, o mal está comigo. Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus; Mas vejo nos meus membros outra lei, que batalha contra a lei do meu entendimento, e me prende debaixo da lei do pecado que está nos meus membros. Miserável homem que eu sou! quem me livrará do corpo desta morte? (BÍBLIA, N.T. Romanos 7:15-24)

A citação bíblica refere-se à luta constante entre a razão e as paixões humanas. O apóstolo Paulo afirma ter a consciência do que deve ser feito, no entanto, na maioria das vezes as paixões imperam em sua vida e o fazem praticar aquilo que é contrário à sua razão.

Alcuíno, por sua vez, influenciado pelos escritos de Santo Agostinho, também escreveu sobre a dicotomia existente entre alma e corpo. No entanto, é possível que ele não tenha conhecido, em profundidade, a metafísica das fontes que influenciaram sua fonte direta. Em seu tratado *A respeito da natureza da alma*, ele retoma as quatro virtudes cardeais de Platão, mas as interpreta de uma perspectiva cristã, afirmando que elas, juntamente com a caridade, são virtudes que possibilitam uma aproximação da alma com Deus⁴³

⁴³ Sobre as quatro virtudes Alcuíno considera: “E estas quatro virtudes, aperfeiçoadas pela caridade, aproximam a alma a Deus. E, em efeito, não há nada melhor para o homem, nem nada que lhe faça mais feliz que Deus, ao qual certamente podemos unir-nos somente pelo amor. Por isso estas quatro virtudes devem ser coroadas pelo diadema da caridade. O que é a verdadeira sabedoria senão compreender que é necessário amar a Deus? O que é a justiça senão adorar Àquele que é a fonte de nossa existência e de quem recebemos todos os bens? O que é a temperança senão o oferecimento puro de si mesmo Àquele que se ama em estado de vida perfeita? O que é a fortaleza senão suportar todas as adversidades por amor a Deus? (ALCUÍNO, 2004, p. 160-161 Tradução nossa)”

“Y estas cuatro virtudes, perfeccionadas por la caridad, acercan el alma a Dios. Y, en efecto, no hay nada mejor para el hombre, ni nada que lo haga más feliz que Dios, al cual ciertamente no podemos unirnos sino por el amor. Por eso, estas cuatro virtudes deben ser coronadas por la diadema de la caridad. ¿Qué es la verdadera sabiduría, sino comprender que es necesario amar a Dios? ¿Qué es la justicia sino adorar a Aquél que es la fuente de nuestra existencia y de quien recibimos todos los bienes? ¿Qué es la templanza sino el ofrecimiento puro de sí mismos a Aquél que se ama en estado de vida perfecta? ¿Qué es la fortaleza sino soportar todas las adversidades por amor a Dios? (ALCUÍNO, 2004, p. 160-161)”

Nesta obra, Alcuíno também afirma que a alma é superior ao corpo e que é capaz de levá-lo a desenvolver as virtudes e evitar os vícios⁴⁴ Os vícios estão diretamente ligados às sensações do nosso corpo, por isso, a necessidade de vigilância para que a alma não perca sua liberdade. Segundo ele, cada vício possui uma virtude que o combate, porém isso só acontece quando a alma está unida com seu Criador, o que a torna semelhante a Ele. Alcuíno recupera, portanto, a interpretação neoplatônica de Santo Agostinho sobre as sensações captadas pelo corpo e entendidas pela alma:

Consideremos agora a admirável velocidade que possui a alma para conceber as coisas que percebe através dos sentidos corporais, dos quais recebe, como se fossem mensageiros, qualquer aspecto da realidade sensível conhecida ou desconhecida (ALCUÍNO, 2004, p. 163. Tradução nossa).⁴⁵

Embora Alcuíno não apresente reflexões inéditas sobre o assunto, consideramos significativa esta retomada interpretativa que ele faz das principais idéias de Santo Agostinho e, indiretamente, de toda a influência anterior de que este filósofo é portador. Se o mestre retoma, provavelmente isto se deve a dois motivos: um possível esquecimento destas importantes discussões construídas nos séculos anteriores ou a necessidade histórica do conhecimento nas duas perspectivas, cristã e filosófica. Nas palavras de Gilson:

Alcuíno reproduz como evidente a doutrina agostiniana e plotiniana da sensação: os sentidos são mensageiros que informam a alma sobre o que sucede no corpo, mas é a alma que modela, ela mesma e nela mesma, as sensações e as imagens (...). Admitir

⁴⁴ Sobre o assunto Alcuíno afirma: “Portanto, sendo a alma a melhor parte do homem, convém que seja ela a senhora e que, como desde o alto de um trono real, que governe por meio do quê, onde, de que modo deve comportar-se com o corpo; e que considere diligentemente que coisa ordenar a cada membro, e que coisa permitir-lhe a cada um segundo a necessidade natural dos mesmos. É necessário que a alma discirna todas estas coisas com a intuição racional da mente, de modo que nada indecoroso ocorra no dever assinado à própria carne (ALCUÍNO, 2004, p. 160. Tradução nossa)”.

“Por tanto, siendo el alma la mejor parte del hombre, conviene que sea ella la señora y que, como desde lo alto de un trono real, gobierne qué, por medio de qué, cuándo, dónde, de qué modo debe comportarse con el cuerpo; y que considere diligentemente qué cosa ordenar a cada miembro, y qué cosa permitirle a cada uno según la necesidad natural de los mismos. Es necesario que el alma discierna todas estas cosas con la intuición racional de la mente, de modo que nada indecoroso ocurra en el deber asignado a la propia carne (ALCUÍNO, 2004, p. 160)”.

⁴⁵ Consideremos ahora la admirable velocidad que posee el alma para concebir las cosas que percibe a través de los sentidos corporales, de los cuales recibe, como si fuesen mensajeros, cualquier aspecto de la realidad sensible conocida o desconocida (ALCUÍNO, 2004, p. 163).

que a sensação seja um ato da alma é aderir implicitamente à definição do homem dada por Platão no *Alcibíades*, emprestada de Platão por Plotino e de Plotino por Santo Agostinho: o homem é uma alma que se serve de um corpo. E essa definição mesma está ligada a uma ontologia e a uma metafísica definidas (GILSON, 1998, p. 238).

Sua adesão inconsciente ao neoplatonismo faz dele um mestre impregnado por uma filosofia mística que, considerando alma e corpo como elementos distintos, caracteriza a primeira como imortal⁴⁶. No entanto, a imortalidade da alma não se confirma nos escritos que regem a doutrina cristã. Pelo contrário, as escrituras sagradas afirmam que o homem é uma alma e que esta é mortal. Vejamos a seguir como se deu a criação do homem na perspectiva das Escrituras e como nelas aparece o sentido da alma

Então formou o Senhor ao homem do pó da terra, e lhe soprou nas narinas o fôlego da vida, e o homem passou a ser alma vivente (BÍBLIA, V.T. Gênesis 2,7).

Eis que todas as almas são minhas; como o é a alma do pai, assim também a alma do filho é minha: a alma que pecar, essa morrerá (BÍBLIA, V.T. Ezequiel 18, 4).

Porque os vivos sabem que hão de morrer, mas os mortos não sabem coisa nenhuma, nem tampouco terão eles recompensa, mas a sua memória fica entregue ao esquecimento (BÍBLIA, V.T. Eclesiastes 9, 5).

Isto evidencia que a religião cristã ensinada pelos religiosos da Igreja manteve, de certa forma, a supremacia das escrituras, porém foi muito influenciada pela filosofia desenvolvida na antiga Grécia e em Roma. Esta influência deu origem a determinados dogmas e interpretações, que não se originam da bíblia, mas sim dos antigos filósofos, o que confirma mais uma vez a

⁴⁶ Por muito miserável que seja a alma, quando se desprende do Criador, em si mesma, não poderá perder a eternidade e a imagem da própria dignidade, não tendo o poder de sair da carne e de retornar a ela novamente, porque isto depende da vontade Daquele que a criou, e a introduziu na carne. Sairá, no entanto, ainda involuntariamente, a fim de apresentar-se ante o tribunal divino e, segundo Deus a julgue, entrará em um lugar de acordo com seus próprios méritos, onde esperará a sentença do último dia, para revestir a carne na qual havia vivido nesta vida (ALCUÍNO, 2004, p. 166, tradução nossa)."

"Por muy miserable que sea el alma cuando cae del Creador en sí misma, no podrá perder la eternidad y la imagen de la propia dignidad, no teniendo el poder de salir de la carne y de retornar a ella nuevamente, porque esto depende de la voluntad de Aquél que la creó y que la introdujo en la carne. Saldrá sin embargo, aunque involuntariamente, a fin de presentarse ante el tribunal divino y, según Dios la juzgue, entrará en un lugar acorde a sus propios méritos, donde esperará la sentencia del último día, para revestir la carne en la cual había vivido en esta vida (ALCUÍNO, 2004, p. 166)."

fusão de conhecimentos sagrados e seculares no ensino cristão da medievalidade.

Em razão disso, quando Alcuíno escreve sobre as virtudes e os vícios no *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, no qual ele organiza os principais vícios que devem ser evitados pelo líder a fim de que ele primeiramente saiba governar a si mesmo, para depois se tornar apto a governar outrem. Observadas suas influências, ele não só transmite regras baseadas na religião cristã, mas as fundamenta na filosofia antiga, cujo escopo é a tentativa de explicar o significado e a dialética existente entre as funções do corpo e da alma.

No próximo capítulo analisamos a obra citada acima para evidenciar a educação transmitida por Alcuíno numa perspectiva moral, além das obras *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno* e *Diálogo entre Pepino e Alcuíno* que se referem a modelos de aulas da época, nas quais a transmissão de conhecimentos filosóficos ou não, são evidenciados.

3. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ALCUÍNO E A EDUCAÇÃO DOS GOVERNANTES

Como já afirmamos no primeiro capítulo, a organização social está intrinsecamente ligada à preservação e ao desenvolvimento da vida humana. Qualquer grupo de pessoas em uma determinada comunidade vai possuir um líder, oficial ou não, que será responsável por sua direção. O homem, segundo Aristóteles, sempre sentiu a necessidade de ter um modelo a ser seguido, ter alguém mais sábio, fosse este um ser real ou mítico, que lhe indicasse as diretrizes para viver ou conviver em grupos ou em comunidades maiores⁴⁷.

O que pretendemos, neste momento, é analisar como intelectuais envolvidos com a formação de governantes interferiram em suas ações. A dinastia Carolíngia será o destaque, já que a organização deste Império reverbera, nitidamente, a contribuição do mestre Alcuíno na formação do rei e imperador, Carlos Magno, bem como na de seu filho, o príncipe Pepino, o provável sucessor de Carlos.

Refletir sobre a principal característica de um líder perante o seu povo é um difícil desafio, porque implica considerá-la no tempo e no espaço. Não é possível ignorar que a concepção de líder ou governante variou constantemente em razão dos movimentos e das necessidades sociais existentes em determinados momentos da história.

No período mitológico, nos tempos homéricos, os heróis eram exemplos educativos; com a ajuda dos deuses eles buscavam o modelo mais completo de formação (Cambi 1999 p.49), Já em Platão (séc. V a.C), a concepção de governante é distintamente mais elaborada; é resultado do desenvolvimento do pensamento reflexivo, para o qual os acontecimentos são consequência dos próprios atos humanos. Dotado desta compreensão, este célebre filósofo propõe uma educação específica para os governantes. Ele vivenciou uma época que, de um lado, era resultante de um período de guerras e, de outro, se preparavam

⁴⁷ (...) pois em todas as coisas compostas, onde há uma pluralidade de partes, seja contínua ou descontínua, é combinada para constituir um todo único, sempre se verá alguém que manda e alguém que obedece, e esta peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo, pois mesmo onde não há vida existe um princípio dominante, como no caso da harmonia musical (ARISTÓTELES, 1985, p. 18-19).

tentativas de organização da República. Ou seja, vivenciou um período de transição que demandava um líder que tivesse desenvolvido algumas virtudes que o capacitassem a governar em prol do bem comum.⁴⁸

Com base nesses exemplos históricos, podemos pensar que, também na Idade Média, cada momento vivenciado influenciou diretamente o modo de produção da vida dos indivíduos, ou seja, de acordo com o momento histórico, o homem criou as suas necessidades e consequentemente meios para satisfazê-las. Os primeiros líderes dos povos francos buscavam a conquista do maior número de territórios como uma forma de preservação e organização da vida, já que o domínio das terras conquistadas era sinônimo de poder. No entanto, como o período foi marcado por um declínio educacional quase geral, os líderes merovíngios foram incapazes, segundo BACKER, (1936, p. 221-223), de administrar as riquezas conquistadas, o que contribuiu para a ruína da dinastia.

A dinastia sucessora, ou seja, a Carolíngia, teve características diferentes, especialmente no que se refere à educação. O vínculo que Carlos Magno estabeleceu com alguns mestres medievais possibilitou uma reorganização social, cultural e educacional de seu império. Como já mencionamos, Alcuino foi um dos personagens que mais se destacou nesse meio intelectual, motivo pelo qual é sua proposta pedagógica destinada ao ensino de governantes que será abordada neste capítulo do trabalho.

Três propostas educacionais serão contempladas neste capítulo. Cada uma enfatiza uma esfera da atividade humana: a da moral, a do conhecimento e a da filosofia. A primeira está contida no *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, considerado um “espelho de príncipe” da época. Nela, Alcuíno propunha-se a educar um conde com base nos princípios morais defendidos principalmente pela fé cristã. Na perspectiva do conhecimento classificamos o *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno*: uma aula em que Alcuíno ensina Carlos Magno a ciência da retórica. Por último, analisaremos a obra *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*, que contempla uma educação mais filosófica voltada a um futuro governante da dinastia carolíngia.

⁴⁸ Esta discussão foi realizada no primeiro capítulo deste trabalho.

3.1. Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido: Um espelho de príncipe do século IX

Neste item, a intenção é analisar aspectos considerados muito importantes na proposta pedagógica de Alcuíno para o governante.

Na pesquisa histórica, de cunho bibliográfico, exposta nos capítulos anteriores, nos deparamos com vários gêneros textuais, escritos por diferentes mestres, os quais, por sua vez, influenciados por fontes diversificadas, abordaram os mais variados assuntos. No entanto, é possível perceber neles uma característica comum: a intenção de ensinar.

O anseio de organizar e desenvolver a sociedade medieval está expresso no caráter educativo das obras, nas quais encontramos propostas pedagógicas pertinentes a cada um dos momentos vivenciados por esses mestres. Suas propostas eram direcionadas a públicos específicos, que, na maioria das vezes, eram líderes, governantes, ou religiosos.

Uma das características mais evidentes dos autores medievais é que eles não escreviam seus livros para um público anônimo e desconhecido, mas também dirigidos a pessoas ou comunidades determinadas, com um propósito concreto e propondo a solução dos problemas reais que haviam sido esboçados em momentos anteriores embora logo cópias desses escritos fossem enviadas a grande parte dos centros culturais da Europa, com o conhecimento e a satisfação do autor (RIVAS, p.92 tradução nossa).⁴⁹

Como já foi afirmado tantas vezes, essas obras baseavam-se em duas vertentes do conhecimento: a antiga e, sobretudo, a cristã. É o que pretendemos caracterizar nas obras de Alcuíno.

Alcuíno de York foi capaz de analisar a sociedade em que estava inserido e, mediante o seu trabalho no palácio, buscava atender não só aos interesses diretos de Carlos Magno, como também aos de outros líderes que solicitavam suas orientações. Isto evidencia o seu compromisso em compartilhar seu

⁴⁹ (...) una de las características más salientes de los autores medievales es que no escribían sus libros para un público anónimo y desconocido sino dirigidos a personas o comunidades determinadas, con un propósito concreto y proponiendo la solución a problema reales que habían sido planteados con anterioridad, aunque luego copia de esos escritos serían enviadas a gran parte de los centros culturales de Europa, con el conocimiento y complacencia del autor. (RIVAS, 2004, p. 91-92)

conhecimento com aqueles que tinham nas mãos o poder sobre outros. Por ser um cristão, sentia o dever de auxiliar o próximo. Nas palavras de Rivas:

Alcuíno considera um dever de caridade, ao qual o obriga sua posição na Igreja, o aconselhar, não somente a seus discípulos ou achegados, mas também a todas aquelas pessoas que ocupam a um posto de comando como o Imperador, arcebispos ou abades. Alcuíno toma certa responsabilidade sobre o cumprimento dos preceitos cristãos e consequentemente da salvação eterna dos seus amigos (RIVAS, 2004, p. 92. Tradução nossa).⁵⁰

O contato que Alcuíno estabeleceu com diversos líderes, ora aconselhando ora ensinando, fez dele um mestre político que se preocupava em atender as diversas solicitações dos governantes a fim de beneficiar a própria sociedade. Os conselhos eram específicos para cada líder, mas todas as orientações buscavam estimulá-los a orientar suas vidas nos moldes cristãos

(...) Alcuíno de York, além de desempenhar tarefas relacionadas com a cultura e educação do Império Carolíngio, foi um funcionário político de destaque. Seu epistolário testemunha a nutrida correspondência que trocava com diversos expoentes do governo, foram estes, parte do governo imperial ou não. Depois da vitória de Carlos Magno sobre os avaros em 796, Alcuino instruiu o rei e a Mangefredo, tesoureiro do palácio, sobre o modo de dirigir a conversão deste povo ao cristianismo. [...] Aconselha também aos filhos do Imperador: a Pepino, rei da Itália, o repreende a fim de que deixe seus costumes licenciosos; escreve um livro de conselhos a Luis, rei da Aquitânia; e aconselha a Carlos sobre diversos temas. Os soberanos anglo-saxões, que não faziam parte do reino, são também destinatários dos conselhos sobre suas obrigações: Aeterredo, Osvaldo e Eardulfo, reis da Nortumbria; Offa, Egfrido e Ceonulfo, reis de Mercia e o duque Osberto. Escreve a um chefe franco e sua esposa sobre o amor conjugal e a Mangerario, conde de Sens, sobre as suas responsabilidades como governante (RIVAS, p. 90, Tradução nossa).⁵¹

⁵⁰ Alcuino considera un deber de caridad, al cual lo obliga su posición en la Iglesia, el aconsejar, no solamente a sus discípulos o allegados, sino también a todas aquellas personas que ocupan un puesto de mando como el emperador, arzobispos o abades. Alcuino toma cierta responsabilidad acerca del cumplimiento de los preceptos cristianos y, consecuentemente, de la salvación eterna de sus amigos (RIVAS, 2004, p. 92-93).

⁵¹ (...) Alcuino de York, además de desempeñar tareas relacionados con la cultura y la educación del imperio carolingio, fue un destacado funcionario político. Su epistolario testimonia la nutrida correspondencia que intercambiaba con diversos exponentes del gobierno, fueran estos parte del gobierno imperial o no. Luego de la victoria de Carlomagno sobre los ávaros en 796, Alcuino instruye al rey y a Mangefredo, tesorero del Palacio acerca del modo de manejar la conversión de este pueblo al cristianismo. [...] Aconseja también a los hijos del imperador: a Pepino, rey de Italia, lo reprende a fin de que deje sus costumbres licenciosas, escribe un libro de consejos a Luis, rey de Aquitania; y aconseja a Carlos sobre diversos temas. Los soberanos anglosajones, que no

Como vimos acima, Alcuíno escreveu continuamente a líderes, governantes e filhos destes. Seus conselhos auxiliavam estes indivíduos a desenvolver um melhor governo. Isto evidencia a contribuição significativa do mestre para com a organização do Império Carolíngio.

Uma de suas cartas, destinada a um dos funcionários de Carlos Magno que possuía um cargo de liderança, é considerada por Rivas como um “espelho de príncipe”. O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido* caracteriza-se como uma espécie de manual de comportamento cristão, cujo objetivo era orientar o destinatário a desenvolver as virtudes e evitar os vícios para que a função ocupada fosse exercida com êxito.

Virtude e vício. Dois termos antagônicos, porém repletos de significado, mereceram destaque neste documento escrito por Alcuíno. Seu anseio era transformar Guido, líder de uma das províncias do reino franco⁵², em um governante virtuoso.

A palavra virtude é entendida como uma disposição firme e constante de praticar o bem. Quando o indivíduo escolhe este comportamento e não outro, ele faz uso da razão. O uso da razão, por sua vez, foi analisado sob múltiplas teorias, inclusive à luz da filosofia antiga e do cristianismo. Como pudemos evidenciar nos capítulos anteriores, a todo momento Alcuíno se baseava na sabedoria antiga, utilizando escritos de importantes filósofos, porque os julgava importantes também para sua época.

Para compreendermos a concepção filosófica que norteou a escrita deste documento político e ao mesmo tempo religioso, é importante entender como Alcuíno entendia os significados dos termos virtude e vício.

Alcuíno, antes de ensinar ao governante os deveres necessários à sua função, pretendia formar e desenvolver o homem em três direções diferentes, porém complementares entre si, ou seja, a moral, a espiritual e a intelectual.

formaban parte del reino, son también destinatarios de consejos acerca de sus obligaciones: Aetelredo, Osvaldo y Eardulfo, reyes de nortumbria; Offa, Egfrido y Ceonulfo, reyes de Mercia, y el duque Osberto. Escribe a un jefe franco y su esposa acerca del amor conyugal y a Mangenario, conde de Sens, sobre sus responsabilidades como gobernante. (RIVAS, 2004, p. 90-91)

⁵² Guido era denominado de margrave, ou seja, era um chefe da Bretanha, uma das províncias que faziam fronteira com o Império franco, encarregado do comando das tropas e da administração da justiça (RIVAS, 2004).

O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, como já foi mencionado, é considerado como um “espelho de príncipe”. No período medieval, esses textos geralmente eram escritos por homens religiosos, com o objetivo de aconselhar, orientar os governantes a viver uma vida cristã de acordo com as Sagradas escrituras, de forma a cristianizarem também os seus súditos. Sobre o assunto, Rivas afirma:

Os bispos, abades e religiosos, conscientes de serem depositários da sabedoria da Igreja e, portanto, os únicos capazes de cristianizar os líderes a fim de que estes cristianizem os seus súditos, começam a escrever pequenos tratados de caráter moral dirigidos a estes “príncipes”. Trata-se de espécies de manuais onde estão resumidos os deveres de um governante cristão a fim de que possa dirigir seu povo com justiça e ser merecedores deste modo do reino eterno (RIVAS, 2004 p. 87. Tradução nossa).⁵³

A obra mencionada, portanto, pretendia formar o destinatário numa perspectiva moral, a fim de que este soubesse governar primeiramente seus próprios impulsos, para, então, habilitar-se a governar os súditos.

O livro é composto por uma epístola dedicatória, seguida de vinte e seis capítulos a respeito das diversas virtudes e vícios. Seguem-se ainda nove capítulos sobre os vícios capitais e as virtudes cardinais; o último capítulo é o epílogo da obra. Segundo Rivas (2004), o primeiro grupo de capítulos apresenta um estilo homilético e os demais são descritivos e factuais. Destacaremos, no decorrer da análise, as seções que julgamos mais importantes para a formação do governante.

Segundo Alcuíno, para cada vício há uma virtude que o combate. Em razão dessa informação, organizamos a análise de forma a contemplar os termos antagônicos, e, assim, evitar as repetições que contém o documento.

Alcuíno, no primeiro capítulo, adverte o leitor sobre a necessidade de buscar a verdadeira sabedoria, que consiste em honrar a Deus em todos os seus mandamentos. Esta sabedoria é adquirida pela leitura e estudo das sagradas

⁵³ Los obispos, abades y religiosos, conscientes de ser depositarios de la sabiduría de la Iglesia y, por tanto, los únicos capaces de cristianizar a los líderes a fin de que estos cristianicen a sus súbditos, comienzan a escribir pequeños tratados de tipo moral dirigido a estos “príncipes”. Se trata de especies de manuales en los que están compendiados los deberes propios de un gobernante cristiano a fin de dirigir a su pueblo con justicia y ser acreedores de ese modo del reino eterno. (RIVAS, 2004, p. 87)

escrituras, uma vez que a bíblia deve ser considerada como um “(...) ‘espelho’ no qual podemos refletir e conhecer se nossa vida está adequada aos seus ensinamentos (RIVAS, 2004 p. 100. Tradução nossa)⁵⁴

Em seguida, Alcuíno destaca a importância das três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade. Mencionadas pelo apóstolo Paulo em uma de suas cartas aos Coríntios⁵⁵, estas três virtudes são consideradas “filhas” da Sabedoria, motivo pelo qual sua discussão vem logo após o capítulo a ela dedicado⁵⁶.

Outra virtude abordada ao longo do tratado é a paz. Alcuíno adverte para a necessidade de se ter paz consigo mesmo, para que assim seja possível a união e o bom relacionamento com o próximo. Diversas passagens bíblicas são utilizadas para enfatizar a necessidade e os benefícios desta virtude⁵⁷, a qual só seria alcançada se o indivíduo obedecesse a Deus. Libertando-o das acusações de sua própria consciência, a paz produziria a harmonia entre Deus, indivíduo e sociedade.

A paz foi uma das virtudes que, naquele contexto social, mereceram a atenção de Carlos Magno. Ele dedicou a capitular *Admonitio* para enfatizar o dever que o rei tem diante de Deus, de fazer reinar a paz e a concórdia. Em suas palavras:

⁵⁴ “(...) ‘espejo’ en el cual podamos reflejarnos y conocer si nuestra vida se adecua a sus enseñanzas. (RIVAS, 2004 p. 100)

⁵⁵ “Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e a caridade, estes três, mas o maior destes é a caridade” (I Coríntios 13,13).

⁵⁶ Mais de um século depois da escrita do “Livro a respeito das virtudes e dos vícios para Conde Guido (802 – 804) estas três virtudes são retomadas por uma monja, Rosvita de Gandersheim (935) em uma peça de teatro medieval. Sobre o enredo Lauand comenta: “É a história de Santa Sabedoria (Santa *Sofia*) e de suas três filhas chamadas Fé (*Pístis*, em grego), Esperança (*Elpis*) e Caridade (*Ágape*), que são denunciadas por Antíoco ao Imperador Adriano, acusadas de praticar a religião cristã. As meninas (de doze, dez e oito anos, respectivamente) são interrogadas e, pela persistência na fé, são sucessivamente martirizadas. Por fim, Cristo atende às preces da mãe e leva-a também para o Céu. Essa história não foi inventada por Rosvita; ela simplesmente adaptou para o teatro, algo que já existia de há muito. Aliás, no séc. X, celebrava-se liturgicamente a festa das Santas Sabedoria, Fé, Esperança e Caridade. O mais famoso relato do martírio dessas santas - festa do dia 1º de agosto - procede do célebre contemporâneo de Rosvita, Simeão Metafraste, que é “*une sorte d'abbé Migne de l'époque* (séc. X)”. Quanto ao problema da existência histórica das quatro santas, Mario Girardi faz notar a sua ausência nos calendários e martirológios mais antigos, o que, junto com outras razões, “dificilmente deixa de levar à conclusão de estarmos diante de uma personificação da Sabedoria divina e das três virtudes teológicas”. (LAUAND, 1986, p. 34)

⁵⁷ Salmos 118, 103; João 14, 27; Mateus 5, 9 e Zacarias 8, 19

Sob o perpétuo reinado de N. S. Jesus Cristo, eu, Carlos, por graça e misericórdia de Deus , rei regente do reino dos francos, devoto da santa Igreja e seu humilde servidor, envio, no Cristo Senhor, a todas as ordens votadas à piedade eclesiástica e aos dignatários do poder secular a saudação de perpétua paz e felicidade (ADMONITIO..., apud VITORETTI, 2004, p. 105).

Para o cristianismo, a paz é uma virtude necessária à vida; é a partir dela que advém todos os elementos necessários à sociedade temporal, como a organização, a harmonia e consequentemente a felicidade. Para que isto se efetivasse em seu Império cristão, Carlos Magno e, consequentemente, os líderes das províncias de seu império deveriam considerar em suas ações o cuidado com o “bem público”, com a “ordem pública” e principalmente com a “paz pública” (FAVIER, 2004, p. 304).

Para a obtenção da paz social, é necessário o desenvolvimento de outras virtudes, como a misericórdia e a indulgência. A primeira é o perdão que se deve ofertar quando outros agem com injustiça. Quando o indivíduo perdoa seu próximo, ele se torna merecedor da misericórdia de Deus, como encontramos na Bíblia: “Felizes os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia” (BÍBLIA, N.T. Mateus 5,7). Além do sentido espiritual, Alcuíno também evidencia a necessidade desta virtude nas decisões políticas:

No juiz deve existir misericórdia e justiça, porque uma sem a outra não pode ser bom. Pois se existir somente a misericórdia, daria segurança para pecar. E se só aparecer à lei, empulsaria o ânimo do delinqüente ao desespero (ALCUÍNO, 2004, p. 113. Tradução nossa).⁵⁸

Provavelmente, essa ênfase na necessidade da misericórdia e justiça deve-se à finalidade de educar Guido na virtude da prudência. Segundo Alcuíno, o governante deve ter equilíbrio em suas decisões para não ser injusto com aquele que está sendo acusado e, consequentemente, com Deus, nem adverso à lei, que assegura a ordem social. Esta passagem é importante, porque enfatiza a necessidade de os governantes agirem com ponderação.

⁵⁸ En el juez debe existir misericordia y justicia, porque con una y sin la otra no puede ser bueno. Pues si existiera solamente la misericordia, daría seguridad para pecar. Y si sólo apareciera la ley, empujaría el animo del delincuente a la desesperación (...) (ALCUÍNO, 2004, p. 113)

Agir com ponderação, por sua vez, exige outra virtude: a paciência. Ele recomenda que Guido se valha dela em todos os aspectos de sua vida, principalmente diante das tribulações, das tentações e das injúrias, uma vez que o conselho divino é dar glórias a Deus nestes momentos. Esta atitude é enfatizada em um trecho da carta de Paulo aos Romanos: “(...) a tribulação produz a paciência, e a paciência a experiência, e a experiência a esperança (BÍBLIA, N.T. Romanos 5, 13). O governante que desenvolver esta virtude será seguro em suas decisões e dificilmente se abalará com momentos adversos.

A virtude da paciência, no entanto, só será alcançada se o vício da ira for vencido. Ao discorrer sobre a ira, Alcuíno baseia-se nas citações das escrituras para fundamentar o seu conselho⁵⁹. Alguns filósofos, ao discutirem sobre a natureza da alma, afirmaram que o comportamento irascível corresponde a uma das três partes que a compõem⁶⁰. Em sua obra, *A respeito da natureza da alma* Alcuíno também recupera esta discussão:

As bestas e os animais possuem duas destas partes em comum conosco, a concupiscível e a irascível. Somente o homem entre os seres mortais possui a força da razão, que sobressai na sabedoria e excede na inteligência. Mas a razão, que é a característica da mente, deve governar estas duas, ou seja, a concupiscência e a ira (ALCUÍNO, 2004, p. 160. Tradução nossa)⁶¹.

É de uma perspectiva cristã que ele enfatiza o abandono deste vício, ou seja, como a natureza humana é pecadora, o homem estaria condenado pelos vícios, se não fosse pela graça redentora de Deus na pessoa de Seu Filho. Porém, esta redenção está diretamente ligada ao livre arbítrio. É necessário escolher, governar as paixões e, assim, receber o que o cristianismo denomina de graça, que nada mais é que o poder divino para tal ação.

⁵⁹ Efésios 4,31; Tiago 1,20; Provérbios 15:1, 18, 18:24, 27:4; Salmos 4, 5; Romanos 12,21 e Eclesiastes 7, 9 (RIVAS, 2004, p. 132 notas 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189).

⁶⁰ Platão foi o autor desta divisão quando discutiu o dualismo filosófico - religioso entre alma e corpo. Para ele a alma se compõe de três partes: concupiscível, racional e irascível. Esta discussão é evidenciada em sua obra intitulada *Fédon*.

⁶¹ Las bestias y los animales poseen dos de estas partes en común con nosotros, la concupiscible y la irascible. Sólo el hombre entre los seres mortales posee la fuerza de la razón, sobresale en sabiduría y excede en inteligencia. Pero la razón, que es característica de la mente, debe gobernar a estas dos, es decir, a la concupiscencia y a la ira (ALCUÍNO, 2004, p. 160).

Alcuíno considera Guido como "Homem perfeito e um juízo incorruptível" (ALCUÍNO, 2004 p. 91. Tradução nossa)⁶². Este líder buscava aprender a viver de forma cristã, mas era fato que ainda não tinha alcançado seu objetivo. No entanto, seu mestre o enaltecia por ele utilizar sua razão e livre arbítrio, por escolher uma vida conforme os ensinamentos cristãos. No processo de mudança de atitudes o querer torna-se o primeiro passo.

A soberba é considerada por Alcuíno como o pior vício, porque, segundo ele, este seria o início de todos os pecados⁶³. A humildade, virtude que combate este mal, torna o indivíduo agradável aos olhos de Deus⁶⁴. A humildade promove o desenvolvimento de outras virtudes, como a compunção, a confissão e a penitência. Segundo os preceitos da Igreja, o indivíduo que observasse estas virtudes seria um bom candidato a herdar a vida eterna.

Naquele contexto social, evitar a soberba e praticar a humildade certamente seria uma forma de promover a aceitação do indivíduo por aqueles que estivessem ao seu redor. Este era um fator importante nas relações entre os líderes e seus súditos. O mestre também reprova o vício de buscar o louvor humano. Para ele, as boas obras devem ser realizadas para Deus e não com o intuito de receber fama. Isto remete a uma reflexão importante: o rei ou governante cristão não deveria buscar os louvores dos seus súditos, mas somente a aprovação de Deus.

Posteriormente aos capítulos em que adverte sobre a necessidade do temor a Deus, o mestre chama atenção para a prática de uma virtude que certamente era contrária aos costumes da aristocracia medieval⁶⁵: o jejum. Esta prática, juntamente com a oração, aproxima o homem de Deus e o impede de

⁶² "Hombre perfecto y un juez incorruptible (ALCUÍNO, 2004 p. 91)

⁶³ Alcuíno fez esta afirmação explicando da seguinte forma: "A soberba é pior que qualquer vício porque frequentemente se realizam atos bons e o homem se orgulha de suas boas obras, e desse modo perde pela altivez o que possuía pela caridade. O último de todos os vícios é a soberba porque uma vez que o homem alcança as virtudes começa a engrandecer-se delas (ALCUÍNO, 2004, p. 131 tradução nossa).

"(...) la soberbia es peor que cualquier vicio porque frecuentemente se realizan actos buenos y el hombre se ensoberbece de sus buenas obras, y de ese modo pierde por la soberbia lo que poseía por la caridad. El último de todos los vicios es la soberbia porque una vez que el hombre alcanza las virtudes comienza a ensoberbecerse de ellas. (ALCUÍNO, 2004, p. 131)".

⁶⁴ "E o que a si mesmo se exaltar será humilhado; e o que a si mesmo se humilhar será exaltado (MATEUS, 23, 12)"

⁶⁵ Segundo Favier, "A aristocracia forma um grupo social coerente, de onde emergem aqueles aos quais cabiam as oportunidades de fortuna, que são as funções públicas, como as dos condes, duques e bispos. Em suma, aquilo a que chamam "honras" (FAVIER, 2004, p. 86)

pecar. “A abstinência consome o corpo, mas robustece o coração; debilita a carne, mas fortifica a alma” (ALCUÍNO, p. 123. Tradução nossa)⁶⁶. Isto nos faz concluir que a Igreja estava preocupada em manter não só a saúde física, mas também a saúde espiritual dos indivíduos, pois, sem a primeira, a razão poderia não exercer suas funções como deveria.

Contrária a esta virtude, tem-se a gula, que afeta diretamente a saúde do corpo. Alcuíno afirma que esta atitude causa “A instabilidade da mente, a ebriedade, a luxúria; porque do ventre satisfeitos nasce a luxúria do corpo (ALCUÍNO, 2004, p. 136. Tradução nossa)”⁶⁷. Estas menções à gula e ao jejum mereceram lugar na lista de conselhos por motivos convenientes à época. Vejamos, por meio das palavras de Favier, algumas informações a respeito da alimentação de Carlos Magno:

Ele tem um comportamento bastante adequado à mesa, preferindo aos grandes banquetes os jantares com pouca gente, onde se conversa, toca-se música e se recitam poemas. (...) Nesse jantar, que se faz aí pelo meio da tarde, servem-lhe cinco pratos, um dos quais é caça assada no espeto. Para encerrar, ele come frutas. Isso significa dizer que, ainda que observe escrupulosamente os jejuns prescritos pela Igreja, eles não agradam esse grande amante da comida. Mas bebe com uma sobriedade – imposta também aos que o rodeiam – que contrasta fortemente com os hábitos da aristocracia. Carlos se cuida. (2004, p. 138).

A aristocracia tinha o hábito de beber e se faltar em grandes banquetes; por isso o sábio conselho destinado aos governantes. Carlos Magno esforçava-se em cumpri-lo e esta deveria também ser a postura de Guido. A boa alimentação também poderia ser uma alegoria do alimento espiritual. Nas palavras de Alcuíno:

Abstém-se corretamente das comidas quem jejua também dos maus atos e das ambições deste mundo. É melhor alimentar o espírito, que viverá para sempre, com o alimento da santa predicação e com alimento da palavra de Deus, que faltar o ventre com a mortífera carne e o pão terreal nos voluptuosos banquetes (ALCUÍNO, 2004, p. 123. Tradução nossa)⁶⁸.

⁶⁶ “La abstinencia consume al cuerpo pero robustece al corazón; debilita la carne, pero fortifica el alma” (ALCUÍNO, p. 123)

⁶⁷ “La inestabilidad de la mente, la ebriedad, la lujuria; porque del vientre satisfecho nace la lujuria del cuerpo (ALCUÍNO, 2004. p. 136).

⁶⁸ Se abstienen correctamente de las comidas quien ayuna también de los malos actos y de las ambiciones del mundo. Es mejor alimentar el espíritu, que vivirá para siempre, con el alimento de

O mestre procura informar ao conde sobre a importância da temperança no que diz respeito à ingestão do alimento necessário ao corpo físico, além de aconselhar sobre os perigos de se “alimentar” dos vícios. Para Alcuíno, o melhor alimento eram os espirituais, pois uniam o humano com o Divino.

Em seguida, Alcuíno discorre a respeito da esmola, prática comum entre os religiosos, mas que também diz respeito aos governantes, pois “Quem reparte os bens temporais certamente adquire os eternos (ALCUÍNO, 2004, p. 124. Tradução nossa)”⁶⁹.

Segundo o mestre, há três classes de esmolas: corporal, que consiste em atender aos necessitados com bens materiais; espiritual que é perdoar a todos aqueles que ofendem, e o terceiro tipo de esmola seria ajudar as pessoas que estão longe do caminho de Deus mostrando-lhes o caminho de volta. A esmola é uma virtude que complementa a virtude da misericórdia, além de se opor ao vício da avareza.

Carlos Magno se esforçava em cumprir estes conselhos. Nas palavras de Favier:

Quando uma grande escassez de alimentos assola o reino em 779, ordena ao clero que dê esmolas aos pobres fixando os valores destas. Naturalmente ele próprio dá esmolas. (...) O rei determina aos condes que não dêem prioridade aos casos dos poderosos, deixando em segundo lugar a causa dos humildes, que não têm a quem apelar: as causas das viúvas e dos órfãos deverão ser tratadas sem tardar (FAVIER, 2004, p. 149).

Ao mencionar a atenção com os menos favorecidos, ele inclui a preocupação que os governantes carolíngios deveriam ter para com a sociedade de forma geral, ou seja, desde a aristocracia até os camponeses. Isto evidenciaria o esforço, por parte de Carlos Magno, de construir uma sociedade justa nos padrões humanos e também divinos. Logo, consideramos que não foi por acaso que ele se tornou modelo de Rei e Imperador.

la santa predicación y con el alimento de la palabra de Dios, que hartar el vientre con la mortífera carne y el pan terrenal en los voluptuosos festines. (ALCUÍNO, 2004, p. 123)

⁶⁹ “Quien reparte los bienes temporales ciertamente adquire los eternos” (ALCUÍNO, 2004, p. 124).

Com relação aos julgamentos, há detalhes importantes a serem observados quanto à postura do governante. Primeiramente, Alcuíno adverte sobre a necessidade de se evitar a fraude, pois, do contrário, a justiça não encontraria lugar no reino. A fraude gera a avareza e esta, por sua vez, gera a injustiça. Além disso, pondera que é ilusório vender a alma por dinheiro, pois o indivíduo que comete esta falta não é considerado justo perante Deus. Para justificar a importância de evitar a fraude, Alcuíno utiliza uma citação bíblica do Evangelho de São Mateus “Pois que aproveita o homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? (BÍBLIA, N.T. Mateus 16, 26).”

Depois ele escreve sobre o dever de nunca levantar falsos testemunhos e, por fim, ressalta que os governantes devem escolher criteriosamente os seus juízes: “Nenhum governante deve nomear juízes incapazes ou desonestos porque o incapaz desconhece a justiça por sua preguiça e o desonesto a modifica por sua ambição (ALCUÍNO, 2004, p. 128. Tradução nossa).”⁷⁰

Para vencer as disposições de ânimo para praticar coisas censuráveis no que diz respeito aos julgamentos, é necessária outra virtude: a força. Esta, segundo Platão, é a conservação das leis a despeito da dor, do temor, do desejo e do prazer. Definição, a nosso ver, significativamente completa, mas que ganhou um sentido cristianizado ao ser discutido por Alcuíno.

Estas admoestações revelam seu desejo de auxiliar na constituição de uma sociedade justa, que nada mais é do que considerar o próximo da mesma maneira que se considera a si mesmo. O governante deveria zelar pelos interesses da sociedade como se fossem os seus e, desta forma, garantir uma sociedade organizada e zelosa com os interesses comuns.

Embora Alcuíno seja de um momento histórico distinto do de Platão, é possível encontrar uma proximidade no sentido social de justiça adotado pelos dois, o que prova mais uma vez que os conflitos humanos independem de épocas. Nas sábias palavras de Platão:

(...). Quer, pois a justiça que o homem, depois de haver bem disposto todas as coisas internas, depois de se haver tornado senhor e amigo de si mesmo, de haver estabelecido a ordem e correspondência destas três partes com perfeita consonância entre

⁷⁰ “Ningún gobernante debe nombrar jueces incapaces o desonesto, porque el incapaz desconoce a la justicia por su pereza y el desonesto la cambia por su ambición (ALCUÍNO, 2004, p. 128.).”

si, como entre os tres tons extremos da harmonia a oitava, a baixa e a quinta e os outros tons intermédios, se existirem; de as haver unido e ligado umas às outras de sorte que deste conjuncto resulte um tom bem ordenado e harmônico; quer digo, que somente então comece o homem a agir, seja que applique suas actividades á aquisição das riquezas ou aos cuidados do corpo, na vida privada como nos negócios públicos; que em todas estas circunstancias chame justo e honesto ao que nelle produz e mantém esta bella ordem e chame prudência á sciencia que produz acções de tal natureza; que ao contrario, chame injustiça á acção que nelle destroe esta ordem, e ignorância á opinião que a tal acção preside. (PLATÃO, s/d, p. 173)

A citação acima revela que o indivíduo, antes de ocupar funções públicas, deve ter domínio sobre si mesmo. Alcuíno, por sua vez, incentivará o governante a submeter seus vícios e paixões, uma vez que a fé cristã assimilada pelo livre arbítrio proporcionaria o fortalecimento das virtudes

Ao falar sobre a inveja, o autor utiliza a seguinte citação do livro apócrifo de Sabedoria: “Pela inveja do diabo entrou a morte no mundo (Sabedoria 2,24 apud Alcuíno, 2004, p. 130. Tradução nossa)”.⁷¹ Desta forma, ele enfatiza o mal que este vício causa, uma vez que afeta o indivíduo no âmbito espiritual e social. A avareza também é reprovada por Alcuíno, porque pode gerar uma lista de outros pecados como o furto, o homicídio, a mentira, o perjúrio, a rapina, a violência, juízos injustos, a depreciação da verdade, o esquecimento das bem-aventuranças futuras e a dureza de coração. O remédio contra a avareza seria:

(...) o temor de Deus e a caridade fraterna, pelas obras de misericórdia, pela esmola aos pobres e pela esperança na felicidade futura, pois as falsas riquezas deste século são vencidas com as verdadeiras riquezas do mundo futuro. (ALCUÍNO 2004, p. 137. Tradução nossa)⁷²

Era difícil evitar esses vícios em um tempo em que as conquistas dos territórios alheios eram fundamentais ao crescimento do Império e do poderio de seus governantes. Entretanto, o conhecimento desses conselhos talvez pudesse conscientizar os líderes na abstenção de disputas desnecessárias e

⁷¹ “Por envidia del diablo entró la muerte en el mundo” (Sabiduría 2,24 apud Alcuíno, 2004, p. 130)

⁷² (...) el temor de Dios y la caridad fraterna, por las obras de misericordia, por la limosna a los pobres y por la esperanza en la bienaventuranza futura, puesto que las falsas riquezas de este siglo son vencidas con las verdaderas riquezas del mundo futuro. (ALCUÍNO, 2004, p. 137)

principalmente enfatizar os benefícios de se viver em paz uns com os outros, o que nos leva a refletir também sobre as virtudes da prudência e da temperança⁷³.

Alcuíno dedica dois capítulos distintos a dois vícios semelhantes: acídia e tristeza. A primeira consiste em um abatimento do corpo e do espírito. Este sentimento ocasiona: “(...) a sonolência, a preguiça para as boas obras, a inconstância, o ir de um lugar ao outro, a indiferença no trabalho, o tédio do coração, a murmuração e as conversas vãs (ALCUÍNO, p. 138. Tradução nossa)”⁷⁴. Para se esquivar deste vício, o mais conveniente é evitar a ociosidade. A tristeza, por sua vez, pode ser boa se é concernente aos pecados cometidos, mas a da alma leva o indivíduo ao desânimo. Segundo Alcuíno, a cura pode ser encontrada nas Escrituras, na alegria espiritual e no diálogo fraterno.

É importante mencionar estes sentimentos, porque a imagem que geralmente se tem de um bom governante é a de um indivíduo caracterizado pela força e altivez. No entanto, Alcuíno está se referindo a ele como um homem qualquer, que tem os sentimentos comuns a todos. De certa forma, se considerarmos o contexto social, o governante não deveria permitir o abatimento; caso contrário, seria incapaz de comandar seus súditos e cumprir os deveres que lhe seriam próprios.

Guido também é advertido sobre o dever de evitar a fornicação e condescender com a virtude da castidade. Novamente, Alcuíno retoma a necessidade de a alma racional controlar os desejos da carne, sentença que regeu todo o tratado.

Por fim, em um dos capítulos conclusivos, Alcuíno retoma as quatro virtudes cardeais discutidas por Platão, Plotino e Santo Agostinho e as reformula numa perspectiva teocêntrica:

A prudência é a ciência das coisas divinas e humanas, na medida em que tem sido dado ao homem, e a ela lhe compete compreender do que se deve cuidar, e o que se deve fazer, e é isto que se lê no Salmo: “Aparta-te do mal e faça o bem”.

⁷³ A temperança foi descrita por Platão da seguinte forma: “SOCRATES – A temperança outra coisa não é que certa ordem ou freio que se põe aos prazeres e paixões. Daqui vem a expressão *senhor de si mesmo* e outras semelhantes, que são, por assim dizer, outros tantos vestígios desta virtude” (PLATÃO, s/d, p. 154)

⁷⁴ “la somnolencia, la pereza para las buenas obras, la inconstancia, el ir de un lugar a otro, la tibieza en el trabajo, el tedio del corazón, la murmuración y las charlas vanas ” (ALCUÍNO, p. 138).

A justiça é a nobreza de ânimo que dá a cada dignidade o que lhe é próprio. Desta maneira se dá o culto à divindade e o direito à humanidade, e o juízo justo, e se conserva a equidade de toda a vida. A fortaleza é a grande paciência e longanimidade da alma, a perseverança nas boas obras e a vitória contra todo o tipo de vícios. A temperança é a medida da vida, a fim de que o homem não ame ou odeie com excesso, mas também que modere com diligência todas as mudanças da vida (ALCUÍNO, 2004, p. 140. Tradução nossa)⁷⁵.

Este “espelho de príncipe” escrito por Alcuíno é uma obra importante que auxiliou Carlos Magno a constituir uma sociedade justa e correspondeu à sua preocupação com a formação do homem e ao interesse em transmitir conhecimentos úteis aos governantes, a fim de que estes seguissem a fé cristã e desempenhassem suas funções com base em princípios que certamente assegurariam o bem comum.

O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido* é, com certeza, mais que um manual de conselhos a respeito de vícios e virtudes. É possível verificar no documento o valor e a consideração que os homens atribuíam ao mestre e aos seus conselhos. Nele também estão contidos diversos valores que, embora sejam medievais, são buscados também pela sociedade contemporânea no que diz respeito aos governantes.

Alcuíno foi um mestre político. A análise a seguir, a respeito de uma aula ministrada a Carlos Magno, nos auxiliará ainda mais na compreensão desta sentença.

3.2. Contribuições de Alcuíno para a formação de Carlos Magno

Alcuíno, um mestre de grande percepção pedagógica, servindo-se de vários meios, como a prosa, o verso, o diálogo e análises de outros escritos, foi capaz

⁷⁵ La prudencia es la ciencia de las cosas divinas y humanas, en la medida en que ha sido dada al hombre, y a ella le compete comprender de qué debe cuidarse y qué debe hacer, y esto lo que se lee en el salmo: “Apártate del mal y haz el bien”. La justicia es la nobleza de ánimo que da a cada dignidad lo que le es propio. De esta manera se da el culto a la divinidad y el derecho a la humanidad, y el juicio justo, y se conserva la equidad de toda vida. La fortaleza es gran paciencia y longanimidad del alma, la perseverancia en las buenas obras y la victoria contra todo tipo de vicios. La templanza es la medida de la vida, a fin de que el hombre no ame u odie con exceso, sino que modere con diligencia todas los cambios de la vida (ALCUÍNO, 2004, p. 140).

de transmitir aos nobres da Escola Palatina os saberes clássicos e cristãos de uma maneira compreensível.

O Renascimento Carolíngio aconteceu em virtude da aquisição, desenvolvimento e preservação dos conhecimentos transmitidos pelos mestres presentes na escola Palatina. Alcuíno foi o que mais contribuiu para esse processo, uma vez que utilizou estes conhecimentos no processo de construção do homem medieval, principalmente daqueles destinados às funções de liderança como Carlos Magno e seu filho Pepino.

Carlos Magno, apesar de pouco versado nas letras, apresentava-se como um grande líder. A iniciativa de convidar intelectuais para auxiliar no processo de restauração das letras em seu Império foi deliberada. Era seu objetivo estender a todos de seu Império a oportunidade de adquirir conhecimentos úteis à vida⁷⁶.

Foi na fase adulta de sua vida que ele se dedicou de forma mais acentuada à sua própria educação. Porém isto não foi obstáculo ao seu grande intento: organizar seu Império, a começar pelas questões educacionais. Nas palavras de Favier:

Pouco instruído na infância, a princípio ele só fala a língua materna, o frâncico dos ripuários, que é um médio alemão, e certamente um pouco da língua românica [...] Foi no curso de sua vida adulta que ele buscou aprender mais. Conhece-se a participação pessoal do rei nas atividades intelectuais no palácio. Em qualquer momento do dia, na cama, como no banho, faz que leiam para ele. As conversas com Alcuíno têm sempre caráter de um curso particular. Em função disso, a cultura do rei terminará por suplantar a da maioria dos leigos seus contemporâneos (FAVIER, 2004, p. 143).

A iniciativa de aprender e o apoio intelectual que tinha disponível em seu palácio tornaram possível que ele retomasse o estudo das letras. Com base nos documentos disponíveis sobre o período, podemos perceber que ele considerava a instrução como um instrumento fundamental ao seu governo. Por isso, demonstrou interesse em conhecer todas as ciências que o auxiliassem na liderança de seu povo.

⁷⁶ Evidentemente, não estamos nos referindo à escola para todos, ou a conhecimentos de técnicas de produção, mas, sim, a princípios morais que possibilitassem a todos o convívio social.

Por meio da análise do *Debate sobre a retórica e sobre as virtudes do sapientíssimo rei Carlos e do mestre Alcuíno*, poderemos verificar que, de um lado, há um governante consciente do que precisa aprender para melhor desempenhar sua função. De outro, está um mestre que busca, nas fontes antigas, respostas às inquietações de seu aluno. Vejamos um trecho do diálogo:

[1] Porque, venerando mestre Alcuíno, Deus te trouxe e te levou de volta, peço me seja permitido fazer-te algumas perguntas acerca dos preceitos relacionados aos procedimentos retóricos (natureza da retórica); porquanto lembro-me que disseste que a sua importância está nas questões civis.. Mas como muito bem sabes, nós, por causa das ocupações do palácio costumamos dedicar-nos assiduamente a tais questões, e é certamente ridículo desconhecer as normas desta arte, em que é necessário estar envolvido cotidianamente. Na verdade, desde que me abriste, com tuas poucas respostas, as portas da arte retórica ou as sutis regras da dialética, deste-me motivo para me tornar aplicado nessas razões, máxime porque antes me introduziste com perspicácia nos domínios da matemática como também me iluminaste (encantaste) com o esplendor da astronomia.

A. Deus, ó senhor meu rei Carlos, te iluminou com a plena luz da sabedoria e te exornou com a luz da ciência, não só para acompanhares prontamente o talento dos mestres, mas também para poderes ir à frente e com rapidez em muitas coisas; oxalá a centelha do meu exíguo talento nada possa acrescentar à luz cintilante de tua sapiência; contudo, para que ninguém me olhe como desobediente respondo prontamente a tuas interrogações e, pudera, com tanta clareza quanta obediência. (DISPUTATIO DE RHETORICA ...Tradução Aluysio Favaro).

Esse diálogo revela a dedicação de Carlos Magno a algumas das artes liberais, a retórica, a matemática e a astronomia. Enfatizemos a importância destes conhecimentos para a formação de um líder: A retórica diz respeito à comunicação, fundamental ao governante; o conhecimento da matemática, por sua vez, está diretamente ligado à economia e à administração do reino; já a astronomia tem utilidade para a produção rural e o comércio marítimo do território franco. O soberano carolíngio, aos poucos, compreendia a importância dos conhecimentos para sua vida prática e para a realização de um governo melhor, motivo pelo qual se dedicava com zelo ao aprendizado.

É importante observar, também, que o imperador reconhecia a insuficiência de seu conhecimento sobre a ciência da retórica e a considerava fundamental em qualquer governo civil.

A arte da retórica, relacionada ao uso persuasivo da linguagem, é de origem antiga. Supostamente foi criada e desenvolvida pelos sofistas no século IV a.C. e posteriormente retomada por Aristóteles. Em razão do reconhecimento do poder e da importância da linguagem, esse conhecimento foi assunto de muitas obras filosóficas e, como já vimos no capítulo anterior, Cícero foi o que mais influenciou Alcuíno a respeito dele. A citação seguinte, na qual, em linguagem compreensível, ele explica os elementos constituintes da arte do bem falar, é mais uma evidência do interesse de Carlos Magno por dominar essa ciência.

C. Onde encontra a retórica sua denominação?

A. Apo tu retoreuein, deste verbo grego que significa falar em público.

C. Qual é sua finalidade?

A. Ela tem por fim a ciência de bem dizer.

C. Versa sobre que assunto?

A. Sobre questões civis relacionadas à instrução que podem ser concebidas pela força natural do engenho. Pois, como é natural que cada um se proteja e fira o adversário, mesmo que não tenha aprendido o manejo das armas e a disciplina corporal, assim é natural que de ordinário alguém acuse o outro e se exima de culpa, mesmo que não se tenha exercitado nisso. Mas, com mais proveito e mais prontamente faz uso da palavra quem se instrui e se exercita nesse mister; pois a fala é natural a todos, contudo muito mais se avanteja sobre os demais quem fala seguindo as normas gramaticais.

C. Dizes bem, mestre, também toda a nossa vida progride graças à disciplina e adquire vigor pelo exercício. Expõe-nos, então, as regras dessa disciplina retórica; a necessidade de nossas ocupações cotidianas nos obriga ao exercício dessas regras. Dize-nos primeiramente quantas são as partes desta arte.

A. São cinco as partes da retórica: invenção, disposição, elocução, memória, declamação (discurso). Invenção é a ação de pesquisar as coisas verdadeiras ou verossimilhantes que dão probabilidade a uma causa; disposição é a ordenação do que foi encontrado; elocução é a adaptação (emprego) das palavras; declamação é o equilíbrio (moderação) da voz e da postura de acordo com a importância do assunto e das palavras. Em primeiro lugar requer-se, então, encontrar o que se vai dizer, em seguida dispor o que foi encontrado, depois que explicar com palavras pela ordem do assunto, em quarto lugar que compreender na memória o que foi encontrado, organizado e elaborado em linguagem, por fim, como coroamento, proferir aquilo que a memória retém.(Idem)

Alcuíno, na primeira resposta, retoma a origem grega e o significado correspondente da palavra, demonstrando a importância do conhecimento sobre

as origens das palavras. Em seguida, afirma que a principal finalidade da retórica é o desenvolvimento da eloquência, ou seja, a arte do bem falar.

Segundo o mestre, o assunto discutido pela retórica são as questões civis relacionadas com o conhecimento. Alcuíno afirma que, nas situações de disputa retórica, é natural que o indivíduo se proteja e, ao mesmo tempo, acuse seu interlocutor. A naturalidade com que Alcuíno trata desta particularidade humana de almejar sempre a vitória, nas mais distintas situações, revela seu conhecimento dos vícios que imperam em todos os homens, especialmente nos que participam das questões civis e políticas⁷⁷. Porém, revela também sua opinião a respeito da necessidade dessas discussões nesse meio, já que visam melhorias na sociedade. Por isso, ele enfatiza que o governante se dedique à instrução na arte do bem falar, de forma a garantir êxito nas disputas que porventura enfrente.

Carlos Magno concorda com a lição e faz algumas considerações importantes a respeito do aprendizado contínuo da vida e do exercício deste aprendizado. Para ele, a disciplina tanto na aquisição dos conhecimentos quanto no exercício deles é um aprendizado prático em seu cotidiano. Seu posicionamento no diálogo é muito semelhante ao de Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*: “(...) Com as virtudes dá-se exatamente o oposto: adquirimo-las pelo exercício, como também sucede com as artes (1973, p. 267)’.

No final da citação, Alcuíno expõe a Carlos as cinco partes que constituem a arte da retórica, apresentando primeiramente suas denominações e, em seguida, explicando-as com suas próprias palavras. A organização do discurso na mente, a utilização da memória e uma linguagem coerente no momento de se expressar garantirão o sucesso no discurso.

De uma maneira prolongada, Alcuíno ressalta a importância de duas habilidades inerentes do ser humano, mas que precisam ser desenvolvidas, especialmente por aqueles que ocupam cargos de liderança: a linguagem e a memória. A primeira diz respeito à organização social e a segunda, ao não esquecimento dos conhecimentos úteis anteriormente apreendidos. O líder que não desenvolver estas capacidades certamente não terá êxito.

⁷⁷ Seu conhecimento sobre o assunto também é evidenciado numa perspectiva moral. No *Livro acerca das virtudes e dos vícios para o conde Guido* Alcuíno aconselha o líder a não buscar louvores humanos, mas sim o louvor divino. (Alcuíno, 2004, p. 133)

Na vida cotidiana de Carlos Magno, a verbalização era fundamental nas atitudes de decidir, julgar, argumentar e ordenar. Nas assembléias e concílios, a arte do bem falar estava intrinsecamente ligada à organização do próprio império. Assuntos importantes eram abordados nestas reuniões políticas, nas quais os pronunciamentos do imperador, caracterizados pela autoridade e pela sabedoria, eram ansiosamente esperados.

Favier afirma que, em momentos de discurso, Carlos Magno também contava com o apoio de seus intelectuais⁷⁸: Todavia, embora ele contasse com esse auxílio quando se tratava de falar publicamente, não estava isento da exigência de ter essa habilidade para se expressar, para questionar e para exigir de seus súditos aquilo que era necessário realizar. Vejamos um exemplo de um discurso severo e um tanto irônico relacionado aos costumes dos eclesiásticos:

Em seguida deve-se pedir-lhes que nos digam claramente o que significa para eles abandonar a vida secular e como se pode distinguir aqueles que abandonaram a vida secular daqueles que nela permanecem: a diferença está no fato de que os primeiros não portam armas e não são publicamente casados?

É preciso perguntar-lhes também se se pode dizer que abandonou a vida secular aqueles que não pára de aumentar a cada dia, suas posses, recorrendo a todo tipo de meios, utilizando todo tipo de procedimento, invocando a beatitude do reino dos Céus, ameaçando com suplício eterno do inferno e forçando, em nome de Deus ou seja lá de qual santo for, o rico ou o pobre simples de natureza, pouco instruído e imprudente, a se privar de seus próprios bens, a deserdar seus herdeiros legítimos e a levar, com isso, muita gente a se entregar, por causa da miséria, a uma vida de malfeitor, pois aqueles que não receberam a herança dos pais nada podem fazer senão se tornarem ladrões e gatunos. (CARLOS MAGNO apud FAVIER, 2004, p. 276)

Nesse discurso, Carlos Magno reprova veementemente a atitude dos religiosos, exigindo ordem no meio eclesiástico, principalmente porque estes homens estavam se aproveitando de situações para benefício próprio. É um exemplo do porquê era necessário desenvolver a arte da retórica e, assim,

⁷⁸ Favier menciona situações em que Carlos Magno era auxiliado por intelectuais. Em suas palavras: .Na prática, os conselheiros prepararam, para uso do imperador, notas que dão subsídios para o discurso e até para sua elaboração. Conservou-se uma síntese redigida para a assembléia de 811, e sem dúvida guardada até os concílios regionais de 813, nos quais foi utilizada pelos *missi*. Não apenas o autor faz uma lista das questões a serem propostas, mas também sugere uma retórica feita de perguntas capciosas e de traços irônicos às vezes ácidos, que deverão chamar a atenção dos prelados a vencer suas eventuais resistências. (2004, p. 275).

garantir êxito nos discursos. Favier afirma que “O rei precisa de um grande talento: diante da multidão de povos reunidos no reino, o menor engano pode trazer graves conseqüências” (2004, p, 276).

Para evitar erros não se tem outro caminho: a aquisição de conhecimentos sobre as diversas ciências, o que implica a retomada da cultura antiga. Por outro lado, é preciso também que o governante tenha virtudes e sensibilidade no trato das questões humanas. Naquele momento específico, o conhecimento disponível que certamente proporcionaria tal aprendizado eram os princípios cristãos:

A vida espiritual faz parte das preocupações do rei, não como um ornamento da corte, mas como uma necessidade da vida em sociedade. Um mundo mais instruído se afigura a Carlos como uma das condições para o aperfeiçoamento da Jerusalém terrena, e uma corte menos inculta parece permitir uma maior compreensão dos problemas suscitados pela administração do reino (FAVIER, 2004, p. 152).

Carlos Magno tem consciência da importância de sua educação, bem como da dos líderes que o auxiliavam. As questões espirituais eram dignas de constante atenção. No ano de 811, por exemplo, ele profere aos bispos e abades as seguintes palavras:

Há pastores para os quais é mais importante que seu clérigo ou seu monge cante e leia bem do que viva na justiça e na santidade. Embora não haja motivos para condenar, nas igrejas, a disciplina do canto e da leitura, devendo ela ser exercida por todos os meios, parece-nos que a imperfeição do canto é mais tolerável que a da vida. (CARLOS MAGNO apud FAVIER, 2004, p. 152).

Tais palavras revelam seu conhecimento a respeito da vida e dos homens, uma vez que ele é capaz de refletir sobre estes elementos na busca de alcançar o melhor governo.

Consideramos que, por trás de um grande homem, existe um grande mestre. Alcuíno, no caso, ora ensina diferentes conhecimentos, ora aconselha⁷⁹, ora auxilia o rei nas reformulações de leis e documentos religiosos necessários ao

⁷⁹ Como exemplo de conselho proferido por Alcuíno, Favier considera: “Fazer batizar à força e deixar que os missionários se entreguem ao massacre não é comportamento de um governo sábio. As dificuldades encontradas na Saxônia serviram de lição, e homens de fé como Alcuíno e Paulino advertem Carlos contra a precipitação (FAVIER, 2004, p. 151).”

império⁸⁰, ora educa todos os que necessitavam de instrução para a arte de governar.

Pepino, filho de Carlos Magno, também foi educado para ser um governante e, por meio do *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*, é possível verificar que o mestre utiliza didaticamente a brincadeira de perguntas e respostas para induzir o discípulo a fazer significativas reflexões e estimular a investigação de supostas verdades. No item a seguir, analisaremos o diálogo mencionado, com o objetivo de pormenorizar a proposta pedagógica de Alcuíno, bem como de explicitar os elementos que o mestre medieval julgava importantes na formação de um líder.

3.3. *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*: uma proposta pedagógica de ensino.

Com o fim de transmitir aos homens o conhecimento construído e acumulado socialmente, a filosofia se desenvolveu e propagou por meio dos mais variados gêneros literários. Um dos gêneros mais utilizados no desenvolvimento e formação do homem foi o diálogo, que, em geral, situava o assunto em um contexto social e estimulava o desenvolvimento do pensamento e da expressão deste por meio da linguagem. Desta forma, caracterizava a essência do homem por meio de três elementos: pensamento, linguagem e sociedade.

A capacidade de se comunicar com outrem e expressar em linguagem o que se encontra em nível de pensamento é inerentemente humana⁸¹ e só se efetiva mediante a interação social. Numa perspectiva psicológica, o desenvolvimento da linguagem está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do pensamento⁸², porque a fala auxilia o indivíduo a se apropriar dos elementos

⁸⁰ Favier também enfatiza em Alcuíno a função de mestre na corte: "Alcuíno é principalmente pedagogo. Sua principal luta é a que empreende contra o analfabetismo. Mas logo amplia o campo de suas ambições: o que pretende vulgarizar é o conjunto das artes liberais, portanto do conhecimento, buscando facilitar o acesso primeiro dos clérigos, e em seguida dos leigos. Ele conduz ativamente a reforma litúrgica, estimulando a adoção dos ritos romanos e trabalhando pessoalmente na revisão do sacramentário e do lecionário gregorianos, de que o rei obteve do papa Adriano alguns exemplares. Com Alcuíno, o classicismo latino e o rigor litúrgico triunfam na corte (FAVIER, p. 412)."

⁸¹ "(...) a natureza nada faz sem um propósito, e o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala" (ARISTÓTELES, 1985, p. 15).

⁸² "O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento se convergem (VIGOTSKI, 2002, p. 33)."

socialmente construídos e, por meio desta apropriação, criam-se as condições necessárias à constituição do intelecto.

A filosofia considera a linguagem como um veículo que auxilia o indivíduo a descobrir a essência de todas as coisas. Nesse contexto, por suas considerações sobre homem, pensamento, linguagem e sociedade, vários autores da Idade Antiga e Idade Média se destacaram. Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha, Alcuíno e Tomás de Aquino podem ser considerados referências sobre o tema.

Consideramos possível o homem desenvolver a linguagem sem se ater à filosofia, mas seria improvável o filosofar sem o desenvolvimento da linguagem, já que é por meio dela que a transmissão do conhecimento se efetiva. Por isso, o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão torna-se responsável pela formação do próprio homem.

Os diálogos filosóficos da Antiguidade travados com um ou mais indivíduos tinham a função de, por meio da discussão e da inserção de idéias dos interlocutores, buscar o mais alto grau de conhecimento a respeito de um determinado assunto, porque “a verdade não nasce nem se encontra na cabeça de um único homem, ela nasce entre os homens, que juntos a procuram no processo de sua comunicação dialógica” (BAKHTIN, 1997, p. 110).

A comunicação dialógica com intenção educativa teve sua origem no Ocidente, com o movimento sofista do séc. V a.C. Os sofistas eram sábios que, em razão da crise que ocorria no Estado grego⁸³, ocuparam-se em desenvolver e ensinar a arte da persuasão e da argumentação, geralmente utilizada no contexto público para a defesa de suas idéias. O raciocínio rápido tornou-se, no princípio do movimento sofista, um elemento importante para a discussão de temas filosóficos como o Homem, o Estado e o mundo.

Platão criticou avidamente o movimento dos sofistas e dedicou uma obra, *Diálogo/Sofistas*, para argumentar contrariamente a arte da retórica, por

⁸³ O movimento dos sofistas originou-se por causa da crise do Estado grego. Sobre o assunto Jaeger considera: “Pensemos agora na crescente legislação da democracia grega contemporânea, que tudo procurava ordenar por leis, mas que incorria em constantes contradições, ao ver-se forçada a mudar as leis vigentes ou a suprimi-las em benefício de outras novas; e pensemos também nas palavras de Aristóteles na *Política* segundo as quais é melhor para o Estado ter leis ruins, mas estáveis do que leis em contínua mudança, por melhores que sejam” (JAEGER, 1994, p. 378).

considerá-la incapaz de ensinar o indivíduo sobre a natureza das coisas. Para ele, um dos principais objetivos dos sofistas era ludibriar o adversário por meio dos argumentos, e, ao ensinar, faziam-no mediante pagamento, atitude, na época, criticada pelo Estado.

Embora no contexto social de Platão também existisse uma disputa entre a filosofia e a dialética, o diálogo sofista era considerado como um jogo, cujo objetivo principal era derrotar o adversário por meio de argumentos. Sobre o assunto, Huizinga⁸⁴ considera:

O sofista itinerante como Protágoras obtinha êxitos fabulosos. Era um autêntico acontecimento quando um sofista célebre visitava uma cidade. Era admirado como um ser milagroso, idolatrado como um herói do atletismo. Em resumo, a profissão de sofista estava no mesmo nível que o esporte. A cada resposta bem dada os espectadores riam e aplaudiam. Era um verdadeiro jogo apanhar o adversário numa rede de argumentos ou aplicar-lhe um golpe devastador (HUIZINGA, 1980, p. 164).

Pela citação, podemos destacar que o aspecto lúdico desta arte da perspicácia favorecia o entretenimento social e proporcionava o riso⁸⁵ dos participantes, mesmo diante de uma crise social. É como se os indivíduos, nesses momentos de disputas, deixassem de pensar em sua vida real, embora discutissem aspectos dela, para vivenciar uma “esfera temporária de atividade com orientação própria (HUIZINGA, 1980, p. 11)”.

Posteriormente ao período dos sofistas, os diálogos socráticos reproduzidos por Platão também apresentavam um caráter lúdico⁸⁶. Eles não eram fiéis à conversação que ocorria entre eles e muitos dos elementos eram

⁸⁴ Johan Huizinga (1872 – 1945) considera o jogo como um fenômeno cultural e compreendido numa perspectiva histórica.

⁸⁵ “O ato puramente fisiológico de rir é exclusivo dos homens, ao passo que a função significativa do jogo é comum aos homens e aos animais. O *animal ridens* de Aristóteles caracteriza o homem, em oposição aos animais, de maneira quase tão absoluta quanto o *homo sapiens* (HUIZINGA, 1980, p. 8)”.

⁸⁶ Huizinga considera que: “O diálogo é uma forma de arte, uma ficção, e evidentemente a verdadeira conversação, por mais requintada que pudesse ser entre os gregos, nunca poderia ter correspondido exatamente à forma do diálogo literário. Nas mãos de Platão, o diálogo é uma coisa leve e aérea, completamente artificial. A estrutura narrativa do *Parmênides*, que é quase igual à de um conto demonstra isso suficientemente, assim como o início do *Crátilo* e o tom descontraído e informal destes dois diálogos e de muitos outros (HUIZINGA, 1980, p. 167-168)”.

criados com um único objetivo, o de ensinar. Vejamos a seguir a estrutura deste tipo de diálogo:

O tema do diálogo socrático é a vontade de chegar com outros homens a uma inteligência, que todos devem acatar, sobre um assunto que para todos encerra um valor infinito: o dos valores supremos da vida. Para alcançar este resultado, Sócrates parte sempre daquilo que o interlocutor ou os homens de modo geral aceitam. Esta aceitação serve de “base” ou hipótese, após o que se desenvolvem as conseqüências que dela resultam, confrontando-as com outros dados da nossa consciência, considerados fatos estabelecidos. Um fator essencial deste progresso mental dialético é a descoberta das contradições em que incorremos ao aceitar determinadas teses. (...) O objetivo em vista é reduzir a um valor geral e supremo os vários fenômenos do valor (JAEGER, 1995, p. 562).

O diálogo socrático, como podemos verificar, tomava como base um assunto ou um tema de comum interesse dos interlocutores e, por meio das discussões, procurava alcançar um conhecimento significativamente superior àquele anteriormente estabelecido. O progresso mental dialético estabelecido no diálogo era uma maneira lúdica de se ensinar filosofia. Por essa razão, posteriormente, este gênero literário foi muito utilizado pelos grandes mestres da filosofia e também por intelectuais que se dedicaram à educação.

É válido ressaltar que os diálogos que possuíam intenção educativa modificaram-se com o tempo, de acordo com o homem que se pretendia formar na sociedade. Os diálogos caracterizaram-se pela disputa, pelas interrogações filosóficas, teológicas e pelos enigmas. De qualquer maneira, todas estas formas de diálogo tinham a intenção de formar o homem e torná-lo apto a viver em sociedade.

Na Idade Média, alguns intelectuais consideravam a importância das palavras e concebiam-nas como expressão da sabedoria resultante das experiências que o homem vivenciou consigo mesmo e com o mundo. A prática da filosofia tornava-se menos complexa quando a essência das coisas era analisada por meio dos significados das palavras⁸⁷.

⁸⁷ 1. O livro das etimologias de Isidoro de Sevilha é um exemplo da relação que o homem medieval fazia entre a linguagem e a filosofia. Nas palavras deste autor: “Etimologia é a origem dos vocábulos, já que por essa interpretação captamos o vigor das palavras. Aristóteles denominou-a *symbolon*; Cícero, *adnotatio*, porque a partir de uma instância de interpretação tornam conhecidas as palavras e os nomes das coisas: como, por exemplo, *flumen* (rio) que deriva

Santo Agostinho, autor que contemplava temas sociais, filosóficos, teológicos e educacionais, além de utilizar os diálogos como uma proposta educativa, fez várias referências sobre a importância da palavra e consequentemente da linguagem. Vejamos, em um trecho de sua obra *De magistro*, como ele considera estes elementos da comunicação:

AGOSTINHO

- Que te parece que pretendemos fazer quando falamos?

ADEODATO

- Pelo que de momento me ocorre, ou ensinar ou aprender.

AGOSTINHO

- Vejo uma dessas duas coisas e concordo; com efeito, é evidente que quando falamos queremos ensinar; porém, como aprender?

ADEODATO

- Mas, então, de que maneira pensas que se possa aprender, senão perguntando?

AGOSTINHO

- ainda neste caso, creio que só uma coisa queremos: ensinar. Pois dize-me, interrogas por outro motivo a não ser para ensinar o que queres àquele a quem perguntas?

ADEODATO

- Dizes a verdade.

AGOSTINHO

- Vês portanto que com o falar não nos propomos senão ensinar (AGOSTINHO, 1973, p. 291).

Vemos que Santo Agostinho considera o diálogo como uma maneira eficaz de promover o aprendizado. A pergunta e as discussões que ele possibilita resultam no processo de ensino e de aprendizagem.

Considerando, então, o objetivo principal dos tratados dialógicos, iremos analisar mais detalhadamente um documento do século IX intitulado *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*, no qual o autor apresenta questões importantes para a formação de um jovem destinado a assumir um cargo de liderança no Império Carolíngio

Esta obra é composta de 214 adivinhações: algumas são pronunciadas por Pepino, filho de Carlos Magno, na época com doze a treze anos, e outras, por Alcuíno, seu mestre e provável preceptor. Nas respostas de Alcuíno está

de *fluere*, porque fluindo, cresce. 2. O conhecimento da etimologia é freqüentemente necessário para a interpretação do sentido, pois, sabendo de onde se originou o nome, mais rapidamente se entende seu potencial significativo. O exame de qualquer assunto é mais fácil quando se conhece a etimologia (SEVILHA, livro I, capítulo 29)."

representada a essência do homem medieval, uma vez que ele discorre sobre as supostas verdades referentes à vida, à morte, à ciência e à religião, além da influência da cultura antiga e dos ensinamentos cristãos:

(...) a Idade Média herdou da antiguidade clássica suas grandes formas culturais nos domínios da poesia, do ritual, do saber, da filosofia, da política e da guerra, e essas formas eram fixas. (...) Sua tarefa era a elaboração de material tradicional, cristão ou clássico, e assimilá-lo sob uma forma nova (HUIZINGA, 1980, p. 200).

Esta nova forma de elaboração de conteúdos tradicionais apresentou-se como uma proposta lúdica de ensino que tinha nas charadas ou adivinhações o fio condutor do processo ensino-aprendizagem. Além de proporcionar o entretenimento, o ensino por meio da brincadeira facilitava a compreensão dos conteúdos que posteriormente auxiliariam Pepino na liderança do Império.

É importante ressaltar que a educação promovida por Alcuíno na Escola Palatina não era destinada a todos. Geralmente, os candidatos a participar da educação ministrada no Palácio eram reis, condes, duques, bispos e seus respectivos descendentes. Aqueles que recebessem tal formação auxiliariam Carlos Magno no Império ou seriam futuros líderes espirituais nas províncias do reino franco, o que nos faz concluir que a educação promovida no palácio estava intrinsecamente ligada à política e à religião⁸⁸.

Contudo, é conveniente considerar também algumas exceções no que diz respeito aos escolhidos para receber tal formação. Alguns eram aceitos nesta escola não por fazer parte da elite aristocrática, mas por recomendação de homens deste meio. Vejamos a seguir algumas citações de Favier sobre o assunto:

Entre os jovens que se beneficiam do meio intelectual formado pelo Palácio, cumpre considerar à parte as “crias da casa”. Aqui, Carlos apenas continua a prática dos merovíngios: o rei mantém em seu *entourage* alguns jovens escolhidos por ele ou que lhe foram recomendados. (...) Oriundos, em sua maioria, da aristocracia, filhos de condes, como é o caso de alguns, e mesmo filhos de príncipes, como Sancho Lobo, futuro príncipe dos bascos, filhos de boas famílias ou, de qualquer modo, de fiéis, às vezes enviados

⁸⁸ O renascimento Carolíngio proposto por Carlos Magno visava dois objetivos principais: reformar os costumes e elevar o nível da formação intelectual principalmente de seus dirigentes, quer estes fossem civis ou religiosos. (VITORETTI, p. 116)

por um bispo ou por um abade que os escolheu em sua própria escola, os “adotados” por Carlos Magno são meninos e rapazes de doze a dezesseis anos já com uma boa instrução elementar, mas ainda não formados no exercício das responsabilidades.

(...) O acesso à instrução afigura-se como uma prerrogativa, não formulada expressamente mas real, desse grupo político que começa a formar uma nobreza (FAVIER, p. 417).

A educação do setor dirigente garantiria a formação dos líderes e consequentemente do povo. Todavia, o povo também deveria ter acesso à educação para que, no mínimo, compreendesse as escrituras sagradas, já que o Império Carolíngio prezava pelos preceitos cristãos. Em razão disso, Carlos Magno promulgou a capitular de 789 que ordenava que:

(...) se abrissem em cada bispado e em cada mosteiro, escolas em que seriam recebidas crianças tanto de condição livre, quanto servil, e em que lhes seria ensinado o saltério, solfejo, canto, cômputo eclesiástico e gramática. Programa aparentemente modesto, mas indefinidamente extensível, pois o cômputo podia incluir toda a astronomia, e a gramática, todas as Belas Letras (GILSON, 1998, p. 224).

Como foi possível observar, a educação em âmbito geral era um dos principais objetivos do Imperador no período Carolíngio. Porém, era na Escola Palatina que se formavam os líderes dos reinos sob domínio desta dinastia e um exemplo desta formação é evidenciado no *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*.

Esta obra confere ao trabalho uma singularidade, se a compararmos aos outros documentos escritos pelo mestre que apresentam como tema a formação dos governantes. Esta distinção deve-se ao fato de que as obras analisadas que contemplaram o assunto eram dirigidas a líderes que já ocupavam a função e desejavam adquirir do mestre novos conhecimentos nos quais pudessem se apoiar para o desenvolvimento de suas atribuições.

O mesmo não acontece com Pepino. Responsável por sua formação⁸⁹, Alcuíno lhe transmite princípios morais, religiosos, científicos e filosóficos que, num primeiro momento, o formariam como homem para depois educá-lo como governante.

⁸⁹ Sobre o assunto, Lauand (1986) afirma: “Pelo próprio texto da *disputatio*, pode-se supor que Alcuíno fosse oficialmente o preceptor de Pepino” (p. 71).

A prática pedagógica do diálogo auxiliava os jovens na reflexão e memorização de alguns conceitos importantes. Nas palavras de Lauand (1986):

Na Primeira Idade Média - que tanto cultivou essas brincadeiras -, as adivinhas tinham, além do caráter jocoso, uma função pedagógica: aguçar a inteligência dos jovens_. As duas coisas andavam juntas: deve-se ensinar divertindo, diz Alcuíno a Carlos Magno (1986, p. 73).

O entretenimento obtido por meio do jogo estava ligado à cultura da corte carolíngia. Talvez, o fenômeno social do riso, os sentimentos, ora de tensão ora de alegria, acrescentados à distinção do momento com a vida quotidiana tornavam o aprendizado na academia significativamente prazeroso. Nas palavras de Favier:

A academia palatina é o divertimento literário do palácio (...) Alcuíno introduz na corte franca um jogo habitual nos meios literários anglo-saxões, um jogo que ele já praticava em sua correspondência com seus amigos e com seus alunos: eles se atribuem pseudônimos. Mas para Carlos, o recurso aos pseudônimos não é apenas um jogo. É uma diferenciação, um símbolo oferecido aos iniciados. Ainda que os membros sejam numerosos e que os alunos de Alcuíno constituíam a nova geração, a Academia é na verdade um círculo. Há, na corte, os que dela participam e os que não participam. O apelido facilita a familiaridade (FAVIER, 2004, p. 423)

Como os jogos de pseudônimos eram usuais para entreter os membros da corte, não nos surpreende que Alcuíno se utilize de charadas e/ou adivinhas como proposta pedagógica. De acordo com Matter, (1990) as charadas tinham um caráter popular e foram muito utilizadas no início da Europa Medieval. Alcuíno certamente as dispôs em dois volumes intitulados *Collectiones aenigmatum* que consistem em enigmas do período merovíngio muito semelhantes aos apresentados no diálogo. O estudo de Lauand(1986) revela que algumas das respostas das charadas do documento carolíngio foram encontradas na obra mencionada.

Sobre o caráter lúdico do jogo de adivinhas do período Carolíngio, Huizinga considera:

A cultura de corte tem uma tendência especial para adotar a forma de jogo, dado o fato de mover-se dentro de um círculo restrito. O respeito que se sentia na presença do imperador era por si só

suficiente para impor toda espécie de regras e ficções. Este tom não é para nós inteiramente desconhecido. Trata-se do velho jogo de perguntas e respostas, do concurso de enigmas, a resposta com o sentido oculto numa fórmula. Em resumo, encontramos aqui uma vez mais todas as características do jogo do saber (...) (HUIZINGA, 1980, p.172).

Este jogo de saber veiculado pelo diálogo expressa uma forma de reflexão medieval e evidencia os saberes já existentes neste período, o que surpreende qualquer leitor que desconhece as características educacionais da época. Como exemplo, temos o *Diálogo entre Pepino e Alcuíno*⁹⁰ que apresenta nas falas iniciais do mestre e do discípulo, os elementos da linguagem escrita e verbal que são necessários à interação social:

P.: O que é a escrita? (Fala 1)
 A.: O guarda da história. (Fala 2)
 P.: O que é a palavra? (Fala 3)
 A.: O delator dos segredos da alma. (Fala 4)
 P.: Quem gera a palavra? (Fala 5)
 A.: A Língua. (Fala 6)
 P.: O que é a língua? (Fala 7)
 A.: O chicote do ar. (Fala 8)

Pepino inicia o diálogo com uma pergunta, cuja resposta deve satisfazer provavelmente a sua angústia primeira, ou seja, qual seria a função da escrita. Alcuíno afirma que a comunicação que se realiza mediante a escrita implica uma função social, ou seja, o registro da história. Com certeza, o jovem presenciava esta prática entre os intelectuais do palácio, uma vez que os registros históricos dos feitos de reis e governantes eram, na maioria das vezes, registrados⁹¹.

Quando Pepino pergunta sobre a palavra, possivelmente a que expressamos verbalmente, ele novamente enfatiza a importância da interação social por meio da comunicação. Pode ser que a definição de Alcuíno tivesse como objetivo conscientizá-lo da necessidade de se comunicar com prudência, já que as palavras revelam os segredos da alma. Esta sentença se confirma quando

⁹⁰ Este diálogo possui como título original *Pippini regalis et nobilissimi juvenis disputatio cum Albino scholastico*. Foi traduzido para o português por Jean Lauand (1986).

⁹¹ Eginardo era amigo e confidente de Carlos Magno. Escreveu, no período em que era secretário de Luís, O Piedoso, uma obra intitulada *Vida de Carlos*, relatando os feitos do imperador Carolíngio. 'Os textos da época esclarecem muito mais sobre o assunto que a lenda. Eginardo não deixou de apresentar um retrato físico de seu herói nem de lhe traçar um retrato moral. (FAVIER, 2004, p. 137)

Alcuíno responde às perguntas em cadeia, feitas por Pepino: a língua é o órgão de nosso corpo que gera a palavra, mas ela se compara a um chicote do ar, uma vez que pode ferir quem ouve. Como vimos na análise anterior do diálogo entre Carlos Magno e Alcuíno, as situações em que o governante tinha que se expressar publicamente não admitiam erros de discurso, ou seja, o governante deveria ser cauteloso com as palavras

Se a língua é o chicote do ar, as perguntas em sequência contemplarão elementos que caracterizam a existência humana a partir da definição do ar, no caso, o guarda da vida:

- P.: O que é o ar? (Fala 9)
 A.: O guarda da vida. (Fala 10)
 P.: O que é a vida? (Fala 11)
 A.: A alegria dos ditos, aflição dos miseráveis, expectativa da morte. (Fala 12)
 P.: O que é a morte? (Fala 13)
 A.: Um fato inevitável, uma incerta peregrinação, lágrimas dos vivos, confirmação dos testamentos, ladrão do homem. (Fala 14)
 P.: Que é o homem? (Fala 15)
 A.: Servo da morte, caminhante passageiro, sempre um hóspede em qualquer lugar. (Fala 16)
 P.: A que é semelhante o homem? (Fala 17)
 A.: A um fruto. (Fala 18)
 P.: Qual a condição humana? (Fala 19)
 A.: A de uma candeia ao vento. (Fala 20)
 P.: O que é o sono? (Fala 29)
 A.: Imagem da morte. (Fala 30)

Nas falas de 10 a 14, Alcuíno refere-se a questões sobre a vida e a morte. Ao afirmar que o ar é o elemento necessário à vida, ele não fornece uma resposta científica, mas considera a pergunta do jovem Pepino numa perspectiva filosófica. Quanto ao conceito da palavra vida, é importante observar as duas primeiras definições fornecidas pelo mestre, porque, de certa forma, elas evidenciam a realidade daquele contexto social. A vida em sociedade poderia ser uma alegria para aqueles que não sentiam falta de nada, mas poderia ser uma aflição para aqueles dignos de compaixão por sua pobreza, quer seja ela material ou não. Um governante, por mais que almejasse um Estado justo e feliz, iria se deparar com este dois grupos de pessoas. Contudo, viver uma vida de infelicidade ou alegria não modificaria o fato inevitável que todos os seres humanos teriam de enfrentar, ou seja, a morte.

A morte confirma os testamentos⁹², sendo comparada a um ladrão de homens. Na fala 30, é representada como um sono. Devido à incerteza do homem quanto à continuidade de sua existência, a partir da fala 15, Alcuíno define o homem primeiramente como um servo da morte e depois o assemelha a um fruto, cuja característica é a perecibilidade. A candeia ao vento também é outro elemento que representa a efemeridade da vida humana. Neste contexto, é importante ressaltar que o homem medieval, em razão das condições de vida da época, não tinha uma média de vida longa. Isso ajuda a entender a ênfase que o mestre dava à fugacidade da vida.

Com base na compreensão do que vem a ser o homem, Pepino faz perguntas curiosas a respeito de como ele está inserido neste mundo:

Como ele está situado? (Fala 21)
 Dentro de seis paredes. (Fala 22)
 Quais? (Fala 23)
 Acima, abaixo; diante, detrás; direita e esquerda. (Fala 24)
 De quantos modos ele é variável? (Fala 25)
 De seis modos. (Fala 26)
 Quais? (Fala 27)
 Pela fome e saciedade; pelo repouso e trabalho; pela vigília e sono. (Fala 28)
 O que é a liberdade do homem? (Fala 31)
 A sua inocência. (Fala 32)

As seis paredes são termos alegóricos utilizados por Alcuíno para descrever as várias circunstâncias de lugar, ou seja, a noção de espacialidade. Por meio destes conceitos, o mestre ensina o seu aluno a lateralidade, ou seja, a disposição geográfica em que o homem pode se encontrar. Acreditamos que as perguntas anteriormente analisadas relacionadas ao homem e à existência humana tiveram o propósito de fazer com que Pepino primeiramente se compreendesse como homem, para depois se sentisse capaz de se compreender nos diferentes espaços. Estes conceitos eram elementares ao estudo científico das artes e dos saberes que compunham o *quadrivium* principalmente a astronomia, arte para a qual Carlos Magno mais se inclinava.⁹³

⁹² (BÍBLIA, N.T. Hebreus 9, 15-17)

⁹³ Sobre o assunto, Friaça confirma: “Carlos Magno nutre grande paixão pelas *artes liberais* e em particular pela Astronomia, o que deu grande impulso ao estudo dessa disciplina em sua época e nos reinados de seus sucessores (FRIAÇA, 1999, p. 304)”.

Quando o mestre afirma que o homem é variável pela fome e saciedade; pelo repouso e trabalho; pela vigília e pelo sono, ele ressalta as necessidades físicas e também sociais.

As falas 31 e 32 revelam a relação entre o saber e o realizar. Alcuíno, implicitamente, afirma que, se o homem não tem conhecimento do que é certo, é livre para errar: o conhecimento traz consigo responsabilidades e esta consideração é significativamente importante para aquele que futuramente ocuparia um cargo de governante.

Após as considerações filosóficas sobre o homem, Pepino e Alcuíno dialogam a respeito do homem físico. Neste momento, é possível observar a retomada dos conhecimentos da Antiguidade relacionados à anatomia humana:

O que é a cabeça? (Fala 33)
 O cimo do corpo? (Fala 34)
 O que é o corpo? (Fala 35)
 A morada da alma. (Fala 36)
 O que é a cabeleira? (Fala 37)
 A veste da cabeça. (Fala 38)
 O que é a barba? (Fala 39)
 Distinção do sexo, honra da idade. (Fala 40)
 O que é o cérebro? (Fala 41)
 O conservador da memória. (Fala 42)
 O que são olhos? (Fala 43)
 Os guias do corpo, recipientes de luz, indicadores da alma. (Fala 44)
 O que são as narinas? (Fala 45)
 Os condutos dos aromas. (Fala 46)
 O que são os ouvidos? (Fala 47)
 Captadores de sons. (Fala 48)
 O que é a fisionomia? (Fala 49)
 A imagem da alma. (Fala 50)

Pepino formula suas perguntas com a intenção de conhecer a constituição física do homem, mas encontra, nas respostas do mestre, explicações meditativas a respeito de seu próprio cotidiano. Na citação, é possível perceber explicações sobre os sentidos, quando o mestre se refere aos ouvidos e as narinas. Porém, quando ele explica o que são os olhos, oferece três definições filosóficas: são órgãos essenciais, quando se pretende encontrar um caminho, mas são também recipientes de luz e indicadores da alma, porque os olhos revelam o estado de espírito do indivíduo: se este se encontra feliz, eles são brilhantes, mas, se o

estado de ânimo for o contrário, esses órgãos também o revelarão. De forma semelhante, Alcuíno afirma que a imagem da alma é representada pela fisionomia, uma vez que os sentimentos são na maioria das vezes expressos no semblante. Esta explicação também apresenta semelhanças com o versículo bíblico de Provérbios, 15, 13, “O coração alegre aformoseia o rosto, mas com a tristeza do coração o espírito se abate”.

É importante enfatizar que, no medievo, as características físicas de um rei eram importantes, já que denotavam a sua autoridade sobre o povo. O cuidado com a fisionomia, bem como a capacidade de distinguir expressões e interesses em outrem eram habilidades importantes para aqueles que a todo momento administravam situações que envolviam pessoas. Vejamos a importância da aparência real no período carolíngio, por meio da descrição que Eginhardo fez de Carlos Magno:

Ele tinha o corpo grande e robusto, de uma estatura elevada mas que não excedia a justa medida, pois media sete vezes o comprimento do seu pé, sendo o alto de sua cabeça redondo, olhos grandes e vivos, o nariz um pouco maior do que a média das pessoas, os belos cabelos brancos, a expressão alegre e jovial. Assim, a sua aparência denotava, tanto de pé quanto sentado, autoridade e dignidade. Embora seu pescoço fosse muito grosso e curto, e seu ventre bastante grande, os membros eram bem-proporcionados (FAVIER, 2004, p. 138).

Esta descrição evidencia a relação entre a aparência física, a autoridade e a dignidade de um rei. Os aspectos como a barba e a cabeleira enfatizam a virilidade do governante, como o próprio Alcuíno afirma. A menção ao cérebro como guardador da memória nos leva a refletir sobre a importância desta habilidade para o líder, uma vez que ela está intrinsecamente ligada ao próprio conhecimento e à prática da virtude.

Alcuíno, assim como outros mestres medievais, estimulava a memorização dos conhecimentos porque ela denotava um real aprendizado, e o líder que não fosse capaz de desenvolver e utilizar estas habilidades certamente seria incapaz de colocar em prática toda a ciência apreendida. Ao ensinar Carlos Magno sobre os elementos que constituíam a arte da retórica (invenção, disposição, elocução e memória), ele retoma a filosofia antiga para fundamentar a importância da memória:

Carlos Magno: O que tu dizes sobre a nobilíssima parte da *Retórica*, como penso, a *Memória*?

Alcuíno: A mesma coisa que Marco Túlio disse: que a *Memória* é o tesouro de todas as coisas de que acreditamos que se perderão num orador, mesmo se forem mui claras, se ela, a *Memória*, não for acolhida como a defensora das coisas pensadas, imaginadas, e das palavras.

Carlos Magno: Existem algumas regras a respeito, como ela pode ser obtida ou aumentada?

Alcuíno: Não temos outras regras a respeito senão o exercício da aprendizagem, o uso da escritura, o estudo do pensamento, e o dever de evitar a embriaguez, que é prejudicial para todos os bons trabalhos, e que não somente tira a saúde do corpo, mas também priva a mente da integridade.

Carlos Magno: Estas regras são suficientes se alguém é capaz de cumpri-las, porque, como estou vendo, elas são tanto difíceis para a inteligência quanto pouco freqüentes para as palavras.

Alcuíno: Sim, difíceis e úteis (ALCUÍNO, apud COSTA, R. 2007).⁹⁴

Como se pode verificar, a memória era considerada uma habilidade importante para aqueles que tinham acesso ao meio intelectual, e principalmente para aqueles que detinham o poder, já que a ação de recordar algo anteriormente apreendido denotava dedicação ao conhecimento.

O diálogo dedica várias perguntas e respostas à anatomia humana, conteúdo que compõe a arte da medicina desde a Antiguidade grega, mais especificamente a partir da segunda metade do século V. Todavia, o desenvolvimento desta ciência deve-se em grande parte às primeiras reflexões feitas pelos filósofos jônicos, mais conhecidos como pré-socráticos, os quais buscavam encontrar, por meio da razão e não da mitologia, o princípio substancial existente em todos os seres vivos. Nas palavras de Jaeger:

A Medicina jamais teria conseguido chegar à ciência, sem as investigações dos primeiros filósofos jônicos da natureza, que procuravam uma explicação natural para todos os fenômenos, sem a sua tendência a reduzir todo o efeito a uma causa e a comprovar na relação de causa e efeito a existência de uma ordem geral e necessária, e sem a sua fé inquebrantável em chegarem a descobrir a chave de todos os mistérios do mundo, pela

⁹⁴ Esta citação foi retirada de um artigo escrito por Ricardo da Costa, intitulado de: *História e Memória: a importância da preservação e da recordação do passado..* Disponível em: http://www.indiciarismo.com/revista/Edicao%202/Ricardo%20Costa_artigo.pdf. - Acesso em 27/02/08

observação imparcial das coisas e a força do conhecimento racional (JAEGER, 1995, p. 1004).

Alcuíno retoma a filosofia pré-socrática para ensinar anatomia a Pepino e suas respostas explicitam o princípio funcional dos órgãos do corpo humano. Suas reflexões revelam também um conhecimento sobre a constituição humana, não só da parte física, mas também da filosófica. Pepino também revela ter uma curiosidade indicativa de um conhecimento prévio, ou seja, poderia não saber as respostas, mas conhecia os conceitos. Sobre os órgãos interiores o aluno questiona:

O que é o pulmão? (Fala 63)
 Depósito de ar. (Fala 64)
 O que é o coração? (Fala 65)
 Receptáculo da vida. (Fala 66)
 O que é o fígado? (Fala 67)
 O guarda do calor. (Fala 68)
 O que é a bÍlis? (Fala 69)
 A que suscita a irritação (Fala 70)
 O que é o baço? (Fala 71)
 O que produz a alegria e o riso. (Fala 72)
 O que é o estômago? (Fala 73)
 O cozinheiro dos alimentos. (Fala 74)
 O que é o ventre? (Fala 75)
 O guarda das coisas frágeis. (Fala 76)
 O que são os ossos? (Fala 77)
 A fortaleza do corpo. (Fala 78)
 O que são as coxas? (Fala 79)
 EpistÍlios das colunas. (Fala 80)
 O que são as pernas? (Fala 81)
 As colunas do corpo. (Fala 82)
 O que são o pés? (Fala 83)
 Alicerce móvel. (Fala 84)
 O que é o sangue? (Fala 85)
 Humor das veias, alimento da vida. (Fala 86)
 O que são as veias? (Fala 87)
 As fontes da carne. (Fala 88)

As repostas são compostas com base em um princípio lógico, embora não científico. Suas definições revelam a reflexão do mestre exteriorizada por meio de frases jocosas, mas que estimulavam o meditar sobre os significados dos elementos do corpo humano . Até para o leitor contemporâneo, a leitura chama a atenção pela lógica das respostas , o que implica também a reflexão sobre o conteúdo, tanto por parte do mestre Alcuíno quanto do jovem Pepino.

Nestas sentenças, é possível encontrar três esferas de compreensão de homem: a física, a social e a natural. Ao mesmo tempo em que ele descreve fisicamente o ser humano, também ressalta estados de espírito, como a alegria, tristeza, irritação, que só ganham sentido no meio social. O homem é integrante da natureza, porque foi criado por Deus e porque é um ser perfeito no que diz respeito ao seu funcionamento. Todavia, além de ser frágil quando nasce, o homem tem a vida caracterizada pela efemeridade.

A menção aos diversos elementos que constituem o corpo humano estimula também a reflexão sobre seu funcionamento. Em algumas das obras de Alcuíno, encontramos informações a respeito da manutenção de um corpo saudável⁹⁵. A medicina medieval discutida por Alcuíno contém elementos retomados das obras de grandes autores da Antiguidade⁹⁶, pois ele considerava que as informações de épocas anteriores também eram importantes ao período que vivenciava.

Ao sair da esfera de compreensão do que vem a ser o homem em sua essência e quais são suas características físicas e sociais, Alcuíno e Pepino dialogam a respeito do mundo natural do qual este homem faz parte. Várias são as perguntas e respostas que contemplam a arte da astronomia. Embora esta arte, no período medieval, seja considerada por alguns historiadores como rudimentar, há documentos disponíveis à época de Alcuíno que revelam conhecimentos que perduraram até o Renascimento (Sec. XIV)⁹⁷. Vejamos como,

⁹⁵ Informações úteis relacionadas à manutenção da saúde aparecem em várias obras de Alcuíno. O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido* contempla o tema ao discutir o perigo do vício da gula. Outra obra, *Dialectica*, apesar de tratar da prática lingüística de Alcuíno, menciona termos relacionados à saúde, o que implica que o assunto era importante à época: A. – (...) *Ab un*, é quando dizemos que um ferro é “medicinal” ou que um preceito é “medicinal”, que uma ciência é “medicinal” ou que um procedimento é “medicinal”. *Ad unum*, quando dizemos que tal remédio é “salutar”, que tal médico é “salutar”, que tal era é “salutar”; com efeito, todas as coisas estão ligadas pelo único fato de que elas visam à mesma coisa: a saúde (ALCUÍNO, apud LIBERA, 1998, p. 271)

⁹⁶ A classificação científica proposta por Alcuíno é semelhante à de Cassiodoro(480-575) e consiste em: Teologia ou *inspectiva*, trata das coisas de Deus; Ciência atual (*actualis*), trata das coisas necessárias para a vida terreal e por sua vez se divide em 1 – física (antigo *quadrivium*) 2 – (astrologia, mecânica e medicina) 3 – Lógica (composta pela dialética e retórica) e Ética segundo as quatro virtudes cardeais de Aristoteles (MENDOZA apud DE BONI, 2000).

⁹⁷ “Um documento representativo desse momento é o manuscrito, ricamente ilustrado, conhecido como o *Aratea*, que se encontra agora na Biblioteca da Universidade de Leiden. O *Aratea* é uma cópia de um tratado astronômico e meteorológico baseado no poema *Phaenomena* do poeta grego Aratus (c. 315 -240/39 a. C.). O *Phaenomena*, em forma poética e sem afetação, informa uma audiência geral a respeito dos fenômenos celestes; inspirou a arte astronômica desde a sua composição até o Renascimento. O texto do *Aratea* é uma tradução latina de Claudius Caesar

por meio da brincadeira, Alcuíno ensina temas importantes sobre este conhecimento.

P.:O que é o céu? (Fala 89)
 A.:Uma esfera que roda sobre si mesma, um imenso teto. (Fala 90)
 P.:O que é a luz? (Fala 91)
 A.:A face de todas as coisas. (Fala 92)
 P.:O que é o dia? (Fala 93)
 A.:Estímulo ao trabalho. (Fala 94)
 P.:O que é o sol? (Fala 95)
 A.:O esplendor da terra, a beleza do céu, graça da natureza, a glória do dia, o distribuidor das horas. (Fala 96)
 P.:O que é a lua? (Fala 96)
 A.:O olho da noite, doadora do orvalho, aquela que anuncia as tempestades. (Fala 97)
 P.:O que são as estrelas? (Fala 98)
 A.:A pintura que adorna o céu, piloto dos navegantes, encanto da noite(Fala 99).
 P.: O que é o ano? (Fala 131)
 A.: A quadriga do mundo. (Fala 132)
 P.: E quem a conduz? (Fala 133)
 A.: A noite e o dia, o frio e o calor. (Fala 134)
 P.: E quem dirige as rédeas? (Fala 135)
 A.: O sol e a lua. (Fala 136)
 P.: Quantos são seus palácios? (Fala 137)
 A.: Doze. (Fala 138)
 P.: Quem são os governantes dos palácios? (Fala 139)
 A.: Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Balança, Escorpião, Sagitário, Capricórnio, Aquário e Peixes. (Fala140)
 P.: Quantos dias ficam morando em cada palácio? (Fala 141)
 A.: O sol, 30 dias e 10 horas e meia; a lua, 2 dias, 8 horas e 2/3 de hora. (Fala 142)

Refletindo sobre as charadas acima, elegemos uma razão principal que justificou o estudo destes temas: o anseio de Carlos Magno e Alcuíno de retomar a cultura antiga, na qual a arte astronômica era uma auxiliar nas reflexões a respeito das relações existentes entre o homem e a natureza. Todavia, no período carolíngio, o estudo da astronomia por um futuro governante, além de valer pela própria aquisição do conhecimento, tinha também uma função prática.

Germanicus, composta no início do século I com base no original grego. Essa tradução é complementada por trechos de uma segunda versão do poema Aratus, realizada no século IV por Rufius Festus Avienus. As trinta e nove miniaturas que ilustram o *Aratea*, representando as constelações, as estações e os planetas, constituem o que há de mais precioso nesse livro. A ilustração final do *Aratea* é a mais extraordinária de todas. Trata-se de um esquema representando a configuração dos planetas contra o referencial do zodíaco, segundo o modelo geo-heliocêntrico. Lua, Sol, Marte, Júpiter e Saturno orbitam em torno da Terra, e Mercúrio e Vênus, em torno do Sol. A posição dos planetas corresponde à data de 28 de março de 579, o que permite datar o original no qual se baseou a confecção da ilustração (FRIAÇA, 1999, p. 304)".

Se pensarmos que, no período, os governantes viajavam constantemente, não só para conquistar novos territórios, mas também para comercializar produtos por vias marítimas ou fluviais, entenderemos que o conhecimento sobre os elementos da natureza auxiliava os homens a se localizar no tempo e no espaço, sendo, portanto, de muita utilidade.

Além do comércio marítimo, a produção rural também fazia parte da economia do Império Carolíngio. Na capitular criada por volta de 794, denominada *De Villis*, Carlos Magno organiza toda a vida econômica e social do domínio real, descrevendo, por exemplo, como deve ser o cultivo dos vinhedos, a criação dos animais, o calendário das caçadas, a plantação de árvores frutíferas, a fabricação da cerveja. Normatiza também a produção de queijos, manteigas e hidromel, exigindo a máxima higiene, compõe uma lista de hortaliças e plantas medicinais e ornamentais que deviam ser cultivadas nos domínios, bem como orienta sobre o tipo de solo e clima que deveriam ser observados em cada local. (FAVIER, 2004). Sobre as relações entre os elementos da natureza e a produção rural, Alcuíno e Pepino dialogam:

- P.: O que é a chuva? (Fala 101)
 A.: A fecundação da terra, a mãe dos frutos (Fala 102)
 P.: O que é a terra? (Fala 107)
 A.: A mãe de tudo o que cresce, a que alimenta os viventes, o celeiro da vida, a devoradora de todos (Fala 108)
 P.: O que é o inverno? (Fala 123)
 A.: O exílio do verão. (Fala 124)
 P.: O que é a primavera? (Fala 125)
 A.: A pintora da terra. (Fala 126)
 P.: O que é o verão? (Fala 127)
 A.: O revestir da terra, o sazonalamento do que germina. (Fala 128)
 P.: O que é o outono? (Fala 129)
 A.: O celeiro do ano. (Fala 130)
 P.: O que são as ervas? (Fala 151)
 A.: A veste da terra. (Fala 152)
 P.: O que são os legumes? (Fala 153)
 A.: Os amigos dos médicos, o louvor dos cozinheiros. (Fala 154)
 P.: O que é que faz doce o amargo? (Fala 155)
 A.: A fome. (Fala 156)
 P.: O que é que faz com que o homem não se canse? (Fala 157)
 A.: O lucro. (Fala 158).

Devido à economia do Império estar voltada para a produção rural, a menção à chuva, às estações do ano, ervas e legumes é justificada pelo fato de estarem relacionados entre si. Contudo, as falas 107-108 revelam a existência de

significados contraditórios para o elemento terra. É importante evidenciar a observação que Alcuíno faz da relação entre terra e vida, uma vez que é a partir dela que se tem o alimento necessário à manutenção da mesma. Porém, como última definição, o mestre aponta sabiamente que a terra é a devoradora de todos, ou seja, a terra é um elemento da natureza que participa da vida e da morte de todos os indivíduos.

Nas falas 157-158, Alcuíno e Pepino falam de trabalho e do que se pode adquirir por meio dele, ou seja, a riqueza. No Império Carolíngio todos os indivíduos que compunham as estruturas sociais dedicavam-se ao trabalho e esta também deveria ser a atitude do rei. É importante observar que, desde aquela época, a aquisição da riqueza era considerada com atenção. Favier menciona que “a melhora do nível intelectual de sua aristocracia, à qual o rei se liga cada vez mais, só pode ter conseqüências favoráveis para a direção local da economia rural (p. 340). A citação evidencia a importância da formação intelectual do governante para administrar seu reino, além do fato de que um Estado próspero exigia governantes bem formados.

Embora os conteúdos abordados no diálogo sejam variados, é importante ressaltar que Alcuíno observa os fenômenos da natureza e tenta explicar sua relação com o comportamento humano. Isto é uma prova de que a educação medieval baseava-se na razão e na sensibilidade diante das coisas que existem no mundo. Além da exploração de conteúdos científicos, o mestre também aborda temas sociais ligados à religiosidade, como podemos verificar a seguir:

P.: O que é o sonho dos acordados? (Fala 159)

A.: A esperança. (Fala 160)

P.: O que é a esperança? (Fala 161)

A.: Refrigério nos trabalhos; evento incerto. (Fala 162)

P.: O que é a amizade? (Fala 163)

A.: A igualdade das almas; a igualdade dos amigos. (Fala 164)

P.: O que é a fé? (Fala 165)

A.: A certeza das coisas não sabidas e admiráveis. (Fala 166)

Alcuíno elege três elementos de que o ser humano necessita para viver em sociedade: a esperança, a amizade e a fé. A esperança e a fé dizem respeito ao futuro, o que implica em um ensino sobre como viver o presente e ao mesmo tempo pensar no futuro. Daí a menção ao trabalho, já que, diante das incertezas

da vida, é a ação que garante a sobrevivência futura. A amizade, por sua vez, revela a necessidade que o homem tem de se relacionar com as pessoas, o que implica mais uma característica da essência humana. Acreditamos que este trecho do diálogo seja uma retomada das três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade, as quais deveriam ser observadas por Pepino. Estes elementos, elucidados numa perspectiva cristã, seriam capazes de transmitir a paz ao indivíduo, estado de espírito fundamental ao governante, porque, antes de promover a paz em seu governo, ele precisava estar em paz consigo mesmo.

Há uma parte do diálogo em que o autor se manifesta sobre a responsabilidade que o conhecimento produzia no homem medieval. Pepino, após ouvir definições sobre os vários temas propostos em suas perguntas, dá a impressão de que, por alguns instantes, ele demonstrou receio em continuar buscando o conhecimento:

P.: Mestre, tenho medo de ir ao alto! (Fala 143)

A.: Quem te trouxe para o alto? (Fala 144)

P.: A curiosidade. (Fala 145)

A.: Se tens medo, descerei. Eu te seguirei aonde quer que vás. (Fala 146)

P.: Se eu soubesse o que é um navio, prepararia um para ti, para que viesses a mim (Fala 147)

A.: Um navio é uma casa errante, é hospedaria em qualquer parte, um viajante que não deixa pegadas, um vizinho da areia (Fala 148).

Possivelmente, ao refletir sobre a afirmativa de Alcuíno de que “A liberdade do homem é a sua inocência”, Pepino temeu a responsabilidade que estava adquirindo juntamente com os conhecimentos e que o capacitariam a assumir o governo. Por isso, afirmou: “Tenho medo de ir ao alto”. O governante, embora ocupe uma função, na maioria das vezes caracterizada por honras e prestígio social, também convive com as disputas, inimizades e sentimentos de inveja por parte das pessoas o rodeiam. Talvez essa preparação para o governo tenha de certa forma inibido o jovem na busca do conhecimento; por isso proferiu a frase carregada de temor.

Ao afirmar que a curiosidade foi o elemento propulsor de todo o conhecimento que até então tinha adquirido, Pepino nos oferece uma lição valiosa. A de que a curiosidade é um sentimento humano, comum a todos, o que

implica que a ação de aguçar a inteligência por meio da curiosidade é capaz de promover também um aprendizado significativo.

Ressaltemos também a resposta de Alcuíno: “Se tens medo, descerei. Eu te seguirei aonde quer que vás”. Isto revela a sabedoria do mestre e o respeito para com os limites do seu aluno. Esta atitude talvez revele que o mestre tinha a consciência de que conhecimento transmitido diante do desinteresse não produziria um aprendizado genuíno. A última parte da resposta revela também um apoio em qualquer circunstância, o que evidencia a relação de proximidade que havia na época medieval entre o mestre e governante.

Em seguida, Pepino resolve continuar os questionamentos, ou seja, ele implicitamente assume as responsabilidades que porventura adviriam com os conhecimentos adquiridos. A nosso ver, esta passagem demonstra nitidamente o aprendizado de Pepino, pois ele compreendeu a relação existente entre o conhecimento e a prática.

Como última parte do diálogo há 18 enigmas⁹⁸, propostos não mais por Pepino, mas, por Alcuíno. O fato desses enigmas se encontrarem no final do diálogo e não o contrário pode ser explicado da seguinte maneira. Após todo o conhecimento adquirido por meio das respostas do mestre, chega o momento de o aluno demonstrar, sua capacidade de resolução de problemas com base no raciocínio rápido. Vejamos alguns exemplos de jogos que estimulavam a inteligência dos jovens na época medieval:

A.: Já que és um bom rapaz e dotado de natural engenhosidade, vou te propor mais algumas "admiráveis"; provarás se, por ti mesmo, podes adivinhá-las. (Fala 172)

P.: Sim e se eu errar, tu me corrigirás. (Fala 173)

A.: Farei como desejas. Um desconhecido, sem língua e sem voz, falou comigo; ele nunca existiu, nem existirá. É alguém que não conheço e nem ouviria. (Fala 174)

P.: Acaso um sonho te importunou, mestre? (Fala 175)

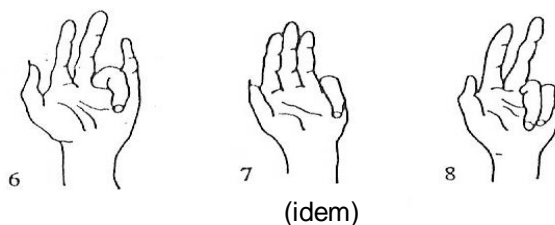
A.: Sim, filho, acertaste. Ouve esta agora: vi mortos gerarem um vivo e o hálito do vivo consumiu os mortos. (Fala 176)

P.: Esfregando-se galhos secos, nasce o fogo que consome os galhos. (Fala 177)

⁹⁸ “O enigma ou, em termos menos específicos, a adivinhação é, considerando à parte seus efeitos mágicos, um elemento importante das relações sociais. Como forma de divertimento social se adapta a toda a espécie de esquemas literários e rítmicos, como, por exemplo as perguntas em cadeia, onde cada pergunta conduz a outra, do conhecido tipo “O que é mais doce que o mel?” etc. Os gregos gostavam muito da aporia como jogo de sociedade, ou seja, de fazer perguntas às quais era impossível dar uma resposta definitiva (HUIZINGA, 1980 p. 125-126)”.

A.: Mas, psst!, põe teu dedo sobre a boca; não aconteça que os meninos ouçam o que é. Fui eu com outros a uma caçada, na qual o que apanhamos não trouxemos conosco e o que não pudemos caçar, sim, trouxemos conosco. (Fala 184)
 P.: É a caçada dos camponeses, não é? (Fala 185)
 A.: É. Vi o que nasceu, antes de ser concebido. (Fala 186)
 P.: Viste e talvez comeste. (Fala 187)
 A.: Comi. O que é o que não é e tem nome e responde a quem faz barulho? (Fala 188)
 P.: Pergunta aos papiros na floresta. (Fala 189)
 A.: Vi um morador correndo junto com sua casa; ele calava, mas ela fazia barulho. (Fala 190)
 P.: Prepara-me uma rede e eu to mostrarei. (Fala 191)
 A.: Quem é o que não podes ver, senão de olhos fechados? (Fala 192)
 P.: O que dorme profundamente indicar-te-á. (Fala 193)⁹⁹
 A.: Vi um homem com oito na mão; de oito, tirou sete e ficou com seis. (Fala 194)
 P.: As crianças, na escola, sabem isso. (Fala 195)
 A.: Eram três: um nunca nasceu e morreu uma vez: outro, nasceu uma vez e nunca morreu; o terceiro, nasceu e duas vezes morreu. (Fala 198)
 P.: O primeiro é homônimo da terra; o segundo, do meu Deus; o terceiro, do homem pobre. (Fala 199)
 A.: Dize as iniciais dos nomes. (Fala 200)
 P.: 1,5 e 12 (Fala 201)

Os enigmas apresentados acima, além de entretenimento, tinham como objetivo exercitar ou desenvolver o raciocínio lógico. Como a maioria delas consiste em jogos de palavras, analisaremos as falas 194-195, porque abordam o ensino matemático por meio da brincadeira. Este enigma se refere ao *Loquela digitorum*, ou seja, a uma maneira de realizar operações utilizando os dedos. Lauand o explica da seguinte forma: “O dedo mínimo é o que faz o 7; o anular, o 6; ambos, o 8. De tal modo que, se do 8 tiramos 7 (isto é o dedo que faz o 7) fica 6” (LAUAND, 1986, p. 77). Segue Ilustração abaixo.



⁹⁹ Algumas das soluções dos enigmas são explícitas no diálogo, outras foram encontradas por Lauand nos volumes “Collectiones Aenigmatum”, como é o caso das falas 184 e 185, cuja resposta é piolhos e/ou caçar piolhos (Cf. CCL 133^a, p. 651) Nas falas 186 e 187, a solução seria o ovo (Cf. CCL 133^a p. 554). O eco seria a resposta para o enigma da fala 188 (Cf. CCL 133^a, p. 719). Na fala 191, a solução é o peixe no rio (Cf. CCL 133^a, p. 633) E na fala 192, a solução é o sonho (Cf. CCL 133^a, p. 720) (LAUAND, 1986, p. 74-75)

Os problemas aritméticos da época medieval não tinham como objetivo primeiro uma utilidade prática, mas sim desenvolver e estimular a inteligência dos indivíduos. Lauand afirma que “A pouca matemática que se conhece na época é ensinada de modo vivo, prático, atraente e bem humorado (1986, p. 95).

Por meio da brincadeira, Alcuíno explorou conceitos da ciência desenvolvida até aquele momento, bem como elementos do cristianismo e reflexões filosóficas oriundas da antiguidade. As charadas certamente proporcionaram um aprendizado significativo sobre conteúdos complexos, o que contribuiu para a formação de Pepino, que, na época, era ainda menino, mas poderia se tornar o sucessor da dinastia Carolíngia.

Por fim, o documento é concluído com as seguintes charadas:

- A.: O que é que é e que não é? (Fala 206)
 P.: O nada. (Fala 207)
 A.: E como pode ser e não ser? (Fala 208)
 P.: É enquanto palavra; não é, enquanto realidade. (Fala 209)
 A.: Quem é o mensageiro mudo? (Fala 210)
 P.: O que tenho aqui comigo. (Fala 211)
 A.: O que tens aí contigo? (Fala 212)
 P.: Uma carta tua. (Fala 213)
 A.: Que a leias com proveito, filho. (Fala 214).

No início, quando Pepino pergunta “O que é a escrita” e obtém como resposta “O guarda da História”, o diálogo contempla a linguagem em sua forma escrita. Na conclusão, é novamente mencionado o elemento palavra, além de outro meio de comunicação que utiliza a escrita, ou seja, a carta. Pode-se considerar, com base nesta observação, que o documento ressalta o aspecto da linguagem e da comunicação, talvez pelo fato destes atributos se constituírem como parte apenas do universo humano.

(...) esse primeiro e supremo instrumento que o homem forjou a fim de poder comunicar, ensinar e comandar. É a linguagem que lhe permite distinguir as coisas, defini-las e constatar-las, em resumo, designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda a expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda a metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza. (HUIZINGA, 1980, p. 7)

Consideramos que o diálogo em si proporciona o desenvolvimento da humanidade de seus interlocutores, uma vez que explora a palavra expressa verbalmente. Desta forma, muito além de transmitir conhecimentos, busca expressar a vida.

4. CONCLUSÃO

A importância da formação intelectual do governante na construção do Estado medieval no Ocidente foi tema dos três capítulos desta dissertação. No entanto, foi no terceiro que nos dedicamos mais detalhadamente sobre a atuação de Alcuíno como mestre de governantes.

Alcuíno, tinha a concepção de que a educação é capaz de modificar os homens e, conseqüentemente, a própria sociedade. Ao desenvolver suas propostas pedagógicas para a formação intelectual dos líderes, ele contribuiu ativamente para a construção do movimento que se tornou um marco na História, o Renascimento Carolíngio.

Ele demonstrou, pela sua atuação na corte, a importância de se desenvolver habilidades humanas como reflexão, memória e linguagem, as quais, juntamente, com os conhecimentos cristãos auxiliariam na educação moral dos indivíduos. Pela natureza dessa proposta educacional, é possível concluir que, na Idade Média, paralelamente à característica religiosa que predominou em suas instituições, houve uma preocupação com o desenvolvimento da razão e, conseqüentemente, da própria humanidade de seus indivíduos.

Tivemos, no decorrer deste trabalho, a oportunidade de refletir sobre a história do povo franco e sobre os progressos sociais conquistados, os quais foram resultantes, em grande medida, da consciência adquirida pelos líderes carolíngios a respeito da importância da educação. Pudemos acompanhar também como a Igreja participou deste processo de civilização e que a educação foi a base de sua atuação. Esta instituição, em nossa análise contribuiu diretamente e indiretamente para a construção da sociedade medieval, pois, além de educar o povo, foi responsável pela formação dos grandes mestres e intelectuais que, por sua vez, educaram os governantes.

Foi importante analisar a função que a maioria dos mestres desempenharam naquele período. Além de ocupar um cargo nobre, eles participavam ativamente das decisões políticas, uma vez que eram conselheiros de seus soberanos. No caso especial de Alcuíno, consideramos que ele contribuiu significativamente para a construção daquela nova sociedade, porque, ao educar

o rei ou o príncipe, ele educava também o povo que estava sob o comando desse governante.

Como afirmamos na introdução, estudar o passado sem considerar o presente parece-nos uma ação destituída de sentido, até porque os conhecimentos que adquirimos sobre outras sociedades e outras épocas nos induzem inevitavelmente a compará-los aos nossos dias. Com relação à formação de governantes, desde a Antiguidade e Idade Média até a época contemporânea, Foucault considera:

Certamente, na Idade Média ou na antiguidade greco-romana, sempre existiram tratados que se apresentavam como conselhos ao príncipe quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos; conselhos para amar e obedecer a Deus, introduzir na cidade dos homens a lei de Deus, etc. Mas, a partir do século XVI até o final do século XVIII, vê-se desenvolver uma série considerável de tratados que se apresentam não mais como conselhos aos príncipes, nem ainda como ciência da política, mas como arte de governar. De modo geral, o problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo – reatualizado, por exemplo, pelo retorno ao estoicismo no século XVI; problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problemática central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI; enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. Como se governar, como ser governado, como fazer para ser melhor governante possível, etc (FOUCAULT, 1979, p. 277-278).

Foucault aponta que uma das principais questões que se apresentava aos governantes no século XVI era a do governo de si mesmo. Esta questão moral motiva-nos a refletir sobre o período de Alcuíno, especialmente sobre as instruções contidas em seu *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, cuja intenção era auxiliar o destinatário a conseguir o governo de si mesmo, de forma a desenvolver as virtudes e evitar os vícios. Consideramos que o manual medieval era essencialmente religioso, o que não condiz com a realidade da época do autor. No entanto, é importante ponderar que os aspectos educativos da religião, por meio da educação moral dos indivíduos, contribuíram diretamente, como já mencionamos, para a organização da sociedade Medieval.

Entendemos que o “problema do governo das almas e das condutas”, mencionado por Foucault, relaciona-se diretamente ao do governo de si mesmo. Se um governante não for capaz de dominar seus próprios instintos e inclinações à luz da filosofia, será incapaz de governar a outrem. É por isso que, em suas obras, Alcuíno apresenta a ética e a moral como virtudes fundamentais que devem nortear as ações dos dirigentes: elas é que garantirão que os interesses da sociedade sejam satisfeitos.

Difícil tarefa é discutir ética e moral no meio político em nossos dias. Aliás, poucos dos políticos sabem o que significam estas palavras. O poder, que para Carlos Magno era sinônimo de dever, em nossos dias significa apenas a realização de projetos individuais que distantes se encontram de um compromisso social. Mesmo que estejamos nos referindo a diferentes sociedades, os valores que nos tornam humanos continuam o mesmos e ultrapassam eras históricas, pelo simples fato de se referirem aos homens.

De nosso ponto de vista, as ações de “como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível” estão explicitamente evidenciadas nas propostas pedagógicas de Alcuíno para os governantes. Todavia, na contemporaneidade, estas ações não são devidamente consideradas, o que parece atestar a ausência de consciência social sobre a importância da educação. Se o homem não é formado pelo processo educativo, viverá passivamente em seu meio sem se encontrar. No que se refere aos governantes, a frase de sabedoria popular “ninguém pode oferecer o que não tem” implica diretamente a necessidade de sua formação, de forma que eles possam incentivar os outros à educação.

Alcuíno oferece uma importante lição aos educadores da atualidade: a importância de ensinar reflexivamente. Se vivemos em uma sociedade sem exercer a habilidade que nos faz humanos, precisamos nos perguntar que sociedade é esta. Giroux¹⁰⁰, em sua obra *Os professores como intelectuais*, considera:

Ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importante idéia de que toda atividade humana envolve alguma

¹⁰⁰ Henry Giroux é um autor do século XX que discute uma teoria de resistência sobre a pedagogia e o currículo.

forma de pensamento. Nenhuma atividade, independente do quão rotinizada possa se tornar pode ser abstraída do funcionamento da mente em algum nível. Este ponto é crucial, pois argumentamos que o uso da mente é uma parte geral de toda atividade humana, nós dignificamos a capacidade humana de integrar o pensamento e a prática, e assim destacamos a essência do que significa encarar os professores como profissionais reflexivos. (GIROUX, 1997, p. 161)

Ao colocar esta discussão na ordem do dia, este autor nos induz a refletir sobre sua importância. Ao enfatizar a necessidade de os intelectuais desenvolverem o pensamento reflexivo, Giroux não apresenta nada de novo, uma vez que, desde a Antiguidade, os mestres já insistiam nela.

Isto nos remete a uma conclusão: a reflexão é uma habilidade que se adquire com o exercício e este é um ato educativo que independe de épocas históricas. O homem continua homem e necessita ser educado como tal e, por isso, enfatizamos a necessidade da formação do governante. Dependendo da compreensão que este tem de educação, os homens que ele dirige serão formados e educados, ou não.

REFERÊNCIAS

A FONTES PRIMÁRIAS

AGOSTINHO. *De magistro*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1973.

ALCUÍNO. *A respeito da natureza da alma*. In: RIVAS, R. Alcuíno de York: Obras Morales. Espanha: EUNSA, 2004.

_____. *Diálogo acerca da verdadeira filosofia*. In: RIVAS, R. Alcuíno de York: Obras Morales. Espanha: EUNSA, 2004.

_____. DISPUTATIO DE RHETORICA ET DE VIRTUTIBUS SAPIENTISSIMI REGIS KARLI ET ALBINI MAGISTRI. Disponível em < <http://www.thelatinlibrary.com/alcuin/rhetorica.shtml>>. Acesso em: 20 de Maio de 2007. Tradutor: Aluysio Favaro.

_____. *Livro acerca das virtudes e dos vícios para o conde Guido*. In: RIVAS, R. Alcuíno de York: Obras Morales. Espanha: EUNSA, 2004.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Política*. Brasília: UNB, 1985.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução: João Ferreira de Almeida. 43. ed. Rio de Janeiro. Imprensa bíblica Brasileira, 1980.

BOÉCIO. *A Consolação da filosofia*. São Paulo. Martins fontes, 1998.

CÍCERO. *De L'Orateur (De Oratore)*. Trad. François Rechard. Paris, Librairie Garnier frères s/d

CASSIODORO, *Sobre os copistas e a recordação da ortografia* - Cap. 30. In: LAUAND (Trad.) *Cassiodoro e as Institutiones: o Trabalho dos Copistas*. Disponível em < www.hottopos.com>. Acesso em: 26 de Junho de 2007.

DIÁLOGO ENTRE PEPINO E ALCUÍNO. In: LAUAND. *Educação, teatro e matemática medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

OS PRÉ- SOCRÁTICOS. In: Os pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1996.

PLATÃO. *A República* . São Paulo: cultura brasileira, s/d.

_____. *A República. Livro VI*. Brasília: Ed. UNB, 1985.

_____. *Diálogos: Sofistas*. In. Os pensadores. São Paulo: Abril cultura, 1973.

_____. *Diálogos: Fedon. Sofistas. Político*. Rio de Janeiro: Globo, 1961

REGRA de São Bento. Petrópolis: vozes, 1993.

SEVILHA, I. *Livro I, capítulo 29 – a Etimologia*. In: Lauand (Org.). *Cultura e educação na Idade Média: textos do século V ao XIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

XENOFONTE. *A Educação de Ciro*. São Paulo: Cultrix (197?)

B FONTES SECUNDÁRIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 4 ed. São Paulo: Martins fontes, 2000

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra 2ed. Rio de Janeiro: forense universitária, 1997.

BAKER, G. *Charlemagne. Créateur d'empire*. Payot, Paris 1936

BOVOLIM, Zenaide, Z. C. Polido. *A proposta educacional de Rosvita de Gandersheim no século X*. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

BLOCH, M. *Apologia da História, ou, Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUN, J. *O Neoplatonismo*. Trad. José Freire Colaço. Rio de Janeiro: Biblioteca básica de filosofia, 1988.

CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

DURKHEIM, E. *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DAVIS, J. Dicionário da bíblia. Rio de Janeiro: JUERP, 1996.

DUCKET, E. *Alcuin, friend of Charlemagne*. New York: The Macmillan Company. 1951.

FAVIER, J. Carlos Magno. São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org. e trad. De Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979)

FRIAÇA, A. A unidade do saber nos céus. Astronomia medieval. In MONGELLI, L. (Coord.) Trivium & Quadrivium: as artes liberais na Idade Média. Cotia: Íbis, 1999.

GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

GUIZOT, François. O estado da sociedade religiosa no século V. Org. Terezinha Oliveira. Apontamentos nº 77 Janeiro 1999.

HALPHEN, L. *Carlos Magno e o Império Carolíngio*. Lisboa, 1970.

HUIZINGA, J. *Homo ludens. O jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo, Perspectiva, 1980.

JAEGER. *Paidéia. A formação do Homem grego*. trad. Artur Parreira. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. Trad. Francisco Fontanella. 4 ed. UNIMEP. Piracicaba, 2004.

LAUAND, Luiz Jean. *Educação Teatro e Matemática Medievais*; São Paulo. Perspectiva. Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. (Org.). *Cultura e educação na Idade Média: textos do século V ao XIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF. *A civilização do Ocidente medieval*. Vol. I,. Imprensa universitária. Editorial estampa. 1983, Lisboa.

LIBERA, A. *A filosofia medieval*. Edições Loyola. São Paulo, 1998.

MATTER, A. *Alcuin's Question-and-answer texts*. Rivista di storia della filosofia. n. 4, 1990 (p. 645 – 656).

MENDOZA, C. *El concepto y la clasificación de la ciencia en el medioevo (ss. VI-XV)* In: DE BONI (Org). *A ciência e a organização dos saberes na Idade Média*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

OLIVEIRA, T. (org.) *François Guizot: O estado da sociedade religiosa no século V*. Apontamentos nº 77: Janeiro, 1999.

_____. *O papel dos Mosteiros na preservação do ensino e da vida na Primeira Idade Média*. VI ANPEDSUL, 2006.

PEREIRA, Silvina Rosa. *Da épica cavaleiresca a Os Lusíadas Reflexões sobre a literatura e a história*. 1994. Tese (Doutorado em letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Julio de Mesquita Filho, Assis.

RIBEIRO, D. *A sacralização do poder temporal. Gregório Magno e Isidoro de Sevilha*. In SOUZA, J. *O reino e o sacerdócio. O pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre. Edipucrs, 1995.

RIVAS, R. *Alcuino de York: Obras morales*. Introdução, tradução e notas. Espanha: (EUNSA), 2004.

SCHLESINGER. H & PORTO. H. *Dicionário enciclopédico das religiões* . Petropolis: Vozes, 1995.

SOUZA, J. *O reino e o sacerdócio. O pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

STRAYER, J, *As origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d.

ULLMANN, R. *A Universidade Medieval*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VIGOTSKI, L. *A formação social da mente*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VITORETTI, Regiani Aparecida. *Carlos Magno e as propostas de reforma social e educacional (final do século VIII e início do século IX)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2004.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AGUILAR, R., *Estudos em Ecclesiastes*.

Disponível em:

www.cpb.com.br/htdocs/periodicos/licoes/adultos/2007/arqcom/doc/com112007.doc
- Acesso em: 05/02/2008

DISPUTATIO DE RHETORICA ET DE VIRTUTIBUS SAPIENTISSIMI REGIS KARLI ET ALBINI MAGISTRI. Disponível em

< <http://www.thelatinlibrary.com/alcuin/rhetorica.shtml> >. Acesso em: 20 de Maio de 2007. Tradutor: Aluysio Favaro.

CASSIODORO, *Sobre os copistas e a recordação da ortografia* - Cap. 30. In: LAUAND (Trad.) Cassiodoro e as Institutiones: o Trabalho dos Copistas. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur31/jean-cassiodoro.htm> Acesso em: 26 de Junho de 2007.

COSTA, R. *História e Memória: a importância da preservação e da recordação do passado*. Disponível

em: http://www.indiciarismo.com/revista/Edicao%202/Ricardo%20Costa_artigo.pdf.

Acesso em 27/02/08

